

CAPÍTULO 2 ÁREA DE ESTUDOS: GURUPATUBA, UMA OUTRA AMAZÔNIA

*“A vila de Monte Alegre é tão linda [...] é alegre por sua boa vista, pela situação porque está sobre um monte [...] vão acompanhando o rio fazendo uma bizarra planície, esta senhoreando grande parte do Amazonas para cima e para baixo, além dos lagos[...]mas também todo o continente, que tem atrás, já matos, e já campinas, lagos e ribeiras”.
PADRE JOÃO DANIEL, 1760.*

7 UM ENCLAVE DE CERRADO NA AMAZONIA ORIENTAL

7.1 LOCALIZAÇÃO

O bioma do cerrado é um dos 25 centros prioritários (*hotspots*) para a preservação da biodiversidade do planeta (MYERS *et.al.* 2000; MMA,2002). Sua biodiversidade é expressiva. Em uma área de 1,86 milhão km², 10.000 espécies de plantas; 189 espécies de mamíferos; 837 espécies de aves; 180 espécies de répteis e 150 espécies de anfíbios foram identificadas e demonstraram também um alto grau de endemismo (MYERS et al. 2000, KLINK e MACHADO, 2005). Assim, segundo dados da Conservação Internacional (2004), o grau de endemismo é de 44% para as espécies vegetais, de cerca 9,5% no caso dos mamíferos, 28% para os anfíbios e 38% para os répteis.

A partir de 1998, com o projeto Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (MMA, 1999), a importância biológica e social deste bioma torna-se reconhecida. Apesar desse reconhecimento, hoje, juntamente com a caatinga, é um dos biomas mais fortemente ameaçados.

Não existem dados oficiais sobre o atual estágio de conversão do bioma Cerrado, as informações disponíveis são contraditórias. A ONG Conservação Internacional (CI), por exemplo, aponta que, aproximadamente 55% do bioma Cerrado já tenham sido convertidos em agricultura e pastagem (MACHADO et al., 2004). Outros estudos estimam uma conversão na ordem de 40% (MITTERMAYER et al., 1999; SANO et al., 2002). O mapa de cobertura vegetal da América do Sul, produzido pela Comissão Européia, indica 53% de área convertida (EVA et al., 2004). No ano de 2006, o projeto PROBIO/Cerrado (Embrapa Cerrados-CPAC) estimou a área convertida em 39%. De qualquer modo, a situação da biodiversidade do Cerrado é dramática, e apenas 2,2% do bioma estão inseridos em áreas protegidas (MITTERMEIER et al. 2000; KLINK e MACHADO, 2005).

O domínio¹⁶ dos cerrados abrange aproximadamente 22% do território brasileiro. O termo cerrado é comumente utilizado para denominar o conjunto de ecossistemas (savanas, matas, campos e matas de galeria) que ocorrem no Brasil Central. (RIBEIRO et. al., 1981). A fisionomia dominante da vegetação é a de savana com dois estratos dominantes, porém de importância relativa variável: o estrato lenhoso, constituído por árvores e arbustos, com troncos e ramos tortuosos e raízes profundas; o estrato herbáceo, formado por ervas e sub-arbustos, com espécies também predominantemente perenes.

Coutinho (1978), descreve o cerrado como um complexo de formações vegetais que apresentam fisionomias e composição florística variáveis:

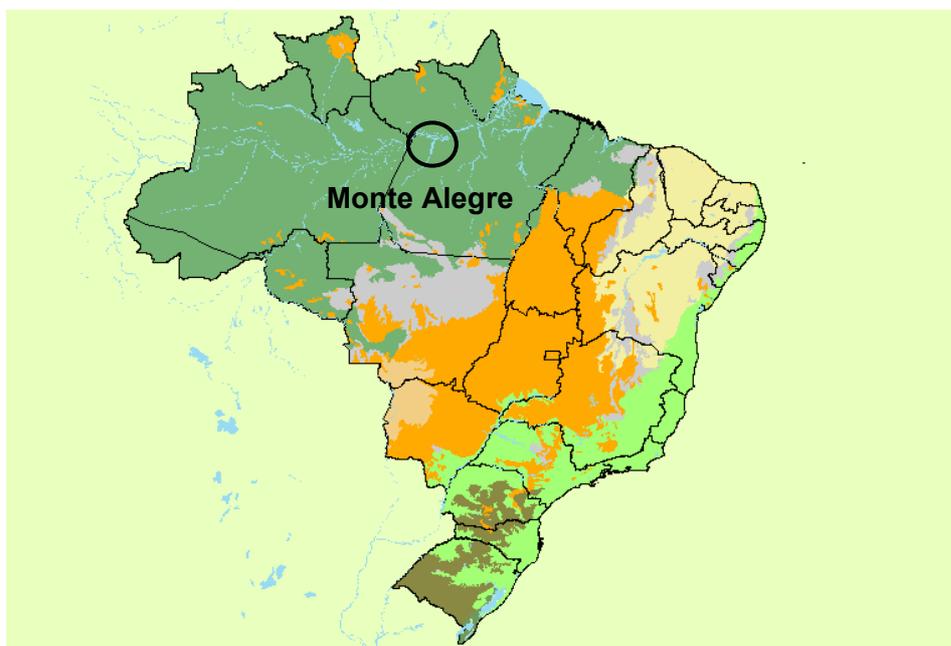
- campestres ou campo limpo, onde a flora é caracterizada por um tapete de ervas latifoliadas ou de gramíneas curtas, havendo em geral a ausência de exemplares arbustivos, ou a presença de raríssimos espécimes lenhosos, neste caso enraizados em frestas da camada rochosa;
- savânicas que é o campo sujo, onde a vegetação herbácea mescla-se aos sub-arbustos;
- campo cerrado que é encontrado em áreas de contato do cerrado com floresta e está caracteristicamente composto por uma vegetação arbustiva de distribuição aberta ou fechada;
- cerrado *stricto sensu* que é a vegetação característica do cerrado, composta por exemplares arbustivo-arbóreos, de caules e galhos grossos e retorcidos, distribuídos de forma ligeiramente esparsa, intercalados por uma cobertura de ervas, gramíneas e espécies semi-arbustivas;
- florestais conhecido como cerradão, este tipo de vegetação cresce sob solos bem drenados e relativamente ricos em nutrientes, as copas das árvores, que medem em média de 8-10 metros de altura, tocam-se o que denota um aspecto fechado a esta vegetação;
- vegetação de afloramento de rocha maciça representada por cactos, líquens, musgos, bromélias, ervas e raríssimas árvores e arbustos, cresce sob penhascos e morros rochosos, formando um mosaico ecológico que é determinado pelo mosaico de manchas de solo (mais férteis ou menos férteis), pela irregularidade dos regimes e características das queimadas de cada local (frequência, época, intensidade) e pela ação humana.

¹⁶ O termo 'domínio' é aqui utilizado para se referir a uma grande extensão geográfica, onde predominam certas características morfoclimáticas e fitogeográficas, distintas daquelas predominantes nas demais áreas.

O clima típico do domínio dos cerrados é quente, semi-úmido e claramente sazonal, com verão chuvoso e inverno seco. A pluviosidade anual fica em torno de 800 a 1600 mm. A precipitação média mensal é mais alta nos meses de primavera e verão (outubro a março). No período de maio a setembro os índices pluviométricos mensais reduzem-se bastante, podendo chegar a zero. Seus solos são arenosos, areno-argilosos, argilo-arenosos ou, eventualmente, argilosos, porém plano e profundo, devido à sua origem sedimentar eles são bastante ácidos e quimicamente pobres. Sua capacidade de retenção de água é relativamente baixa.

Uma característica do relevo deste domínio em geral bastante plano ou suavemente ondulado é a presença de chapadas e encostas íngremes. Cerca de 50% de sua área situa-se em altitudes que ficam entre 300 e 600 m acima do nível do mar; apenas 5,5% vão além de 900 m. Vale lembrar que é no interior do bioma de Cerrado que nascem os rios do Pantanal e boa parte dos rios da Amazônia (DA SILVA et.al., 2002; KLINK e MACHADO, 2005; COUTINHO, 2007).

A região nuclear ou "core" de cerrados, considerada mais característica e contínua, ocupando 1,5 milhões de km² está situada no Planalto Central brasileiro. Estende-se pelos estados de Goiás, Tocantins, Distrito Federal, parte de Minas Gerais e Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e parte de Maranhão, Piauí e Rondônia (Figura 1). De maneira disjunta, forma enclaves, manchas de cerrado e se distribui pelos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Paraná.

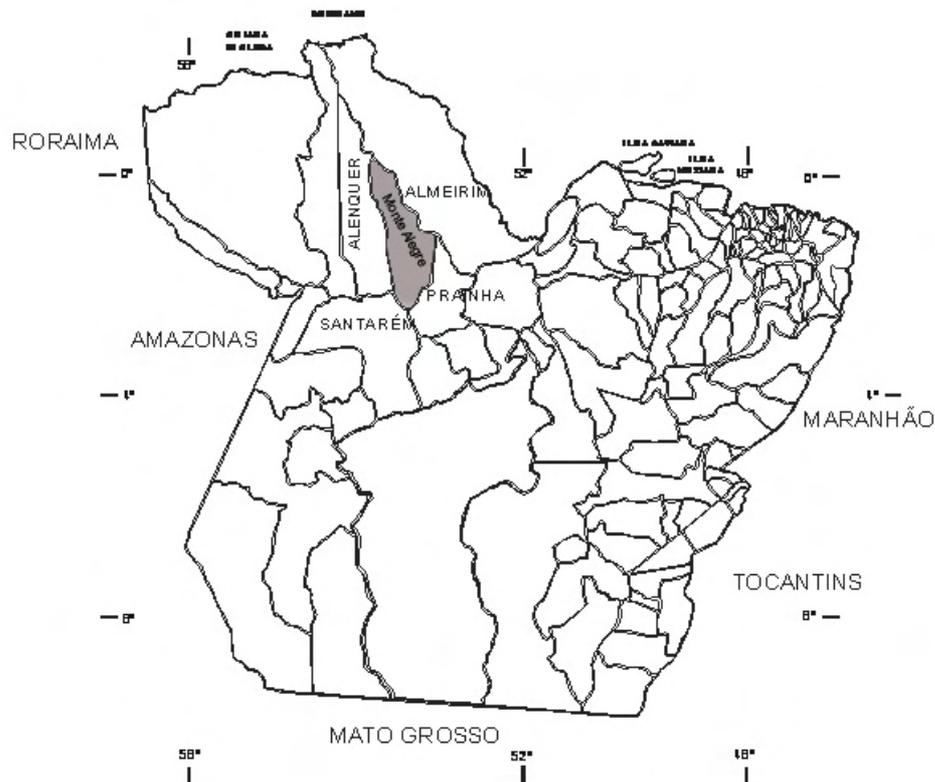


Fonte: Conservação Internacional, Brasília, DF. (adaptado de IBGE, 1993).

Figura 1 - Mapa da vegetação do Brasil, mostrando a área central do bioma do Cerrado e enclaves em outros biomas (na cor laranja); e as áreas de tensão ecológica ou áreas de transição existentes nas áreas de contato dos biomas (na cor cinza).

Altamente ameaçadas pela expansão agrícola, mineração, pecuária e queimada, as savanas ou cerrados amazônicos correspondem a 1,54% do território da Amazônia Legal e 4,4% dessas savanas apresentam área sob desmatamento (VIEIRA, et.al.2006). No Estado do Pará, as savanas ou cerrados estão localizados na região sul do estado, na divisa com o Mato Grosso, Serra do Cachimbo, no município de Belterra e de Santarém (Alter do Chão) e no norte do Estado na região dos municípios de Alenquer, Prainha e Monte Alegre e Ilha do Marajó.

O município de Monte Alegre está localizado na porção nor-nordeste do Estado do Pará, na mesorregião do Baixo-Amazonas. A cidade de Monte Alegre, sede municipal, situa-se na parte su-sudeste do município, na margem esquerda do Paranã do Gurupatuba, afluente da margem esquerda do rio Amazonas (Figura 2).



Fonte: Primaz. CPRM,

Figura 2 - Localização do município de Monte Alegre no Estado do Pará.

Na região de Monte Alegre, os enclaves são chamados de “Campos de Monte Alegre”. A vegetação de cerrado apresenta variações locais, de acordo com o relevo e os diversos tipos de solo. Nos campos, a vegetação é composta por arbustos de porte mediano, entre quatro a sete metros, dispersos sobre uma vegetação de gramíneas

contínuas, com predominância de *Andropogon* sp., *Paspalum* sp. e *Bulbostylis* sp. Os solos predominantes são arenoso frouxo, com manchas de areias expostas em um relevo plano. Nos campos abertos predominam espécies das *Poaceae* e *Cyperaceae*, especialmente sobre solo arenoso erodido.

As espécies mais freqüentes neste ecossistema são: lixeira (*Curatella americana*), muruci do campo (*Byrsonima spicata*) e mangaba (*Hancornia speciosa*). Na vegetação herbácea, encontra-se o capim barba de bode (*Aristida* sp.) (EMBRAPA, 1999).

Em 1999, a floresta tropical densa cobria a maior parte do município (63,5 %), principalmente na parte centro-norte. O ecossistema de várzea cobria 3,2 % da área e está situado a nordeste e sul do município. Os ecossistemas de cerrado e de pastos nativos ocupam uma superfície de 725 km², correspondendo a 3,6 % da área. Em torno de 18,9 % da área era ocupada por agricultura e pastos cultivados. As áreas de transição correspondiam a 4,1 % e as demais correspondiam às águas do Lago Grande (OLIVEIRA JUNIOR 1998, SILVA E PASTANA, 1999) (Figura 3).

O Rio Amazonas mede cerca de 9 km de largura em frente à Ilha de Gurupatuba, a leste de Monte Alegre. Nesse trecho, o rio é pontuado por inúmeras ilhas fluviais e canais com inúmeros meandros. O rio Gurupatuba, que desemboca no rio Amazonas, tendo o rio Paytuna como afluente à esquerda; o Paranã de Monte Alegre, desenhando-se quase como uma continuação do rio Gurupatuba, e ainda o rio Maecuru ou Maicuru desemboca no Lago Grande.

Na área da várzea, entre os inúmeros lagos existentes, destacam-se o Lago Grande, que é o maior de todos, com cerca de 35 km de largura, além do Lago Socoró, o Lago do Acari, o Lago do Panacun, o Lago do Paytuna, o Lago do Jacaré Capa, situados à margem esquerda do rio Amazonas, todos são considerados como lagos piscosos.

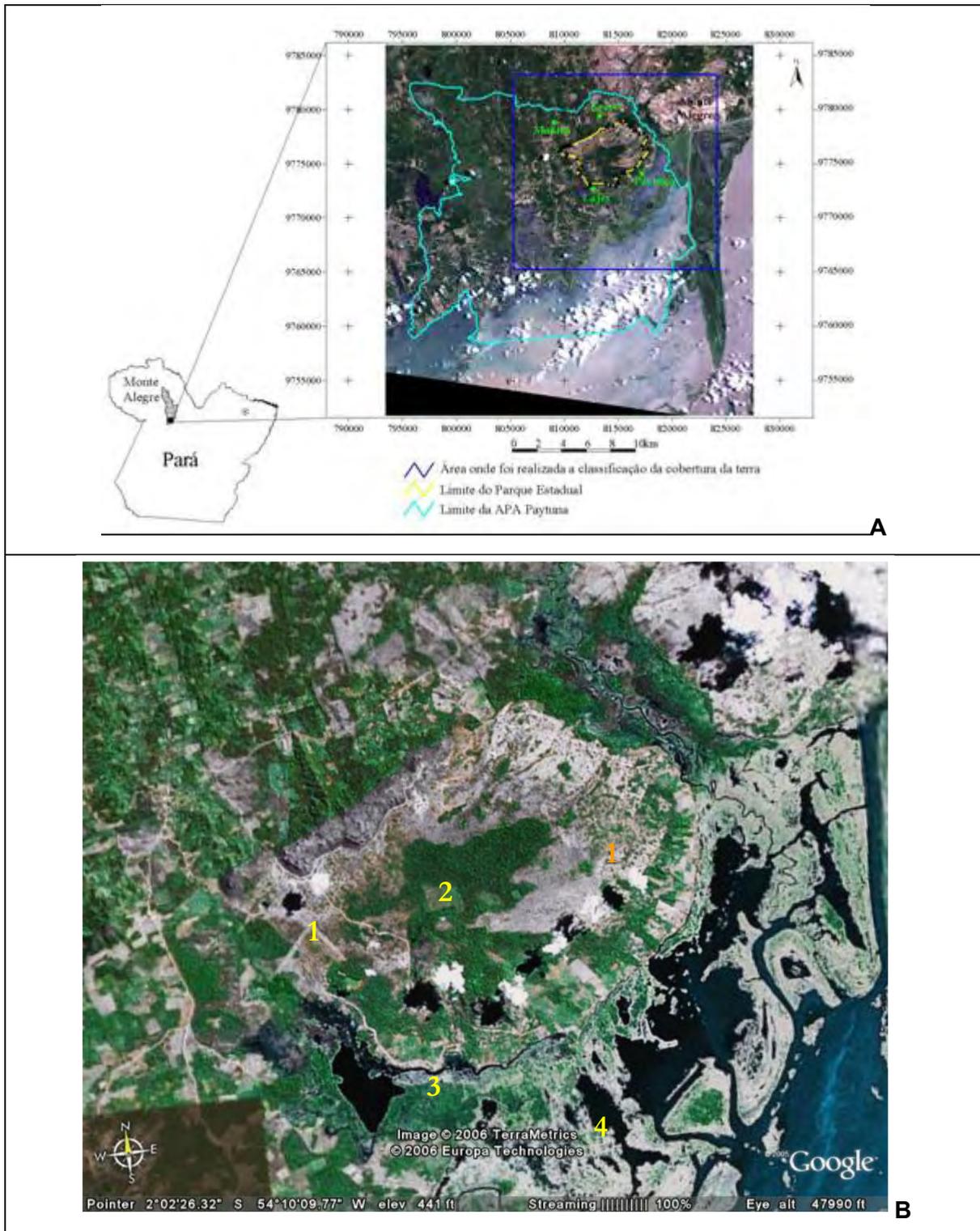


Figura 3 – Imagem da região, localizando no Pema. A) Localização do Pema no Estado do Pará e no município de Monte Alegre. B) Principais formações vegetais: 1. Cerrado; 2. Ilha de floresta tropical alterada; 3. Ecótono de floresta e cerrado; 4. Várzea.

7.2 GEOLOGIA

Os estudos, realizados pelo Grupo Espeleológico do Pará - GEP (1984) apontam que a região de Monte Alegre destaca-se no contexto da Amazônia brasileira, sob o ponto de vista geológico, por concentrar, em uma área relativamente pequena, afloramento de rochas paleozóicas e terciárias. Uma das principais estruturas geomorfológicas da região é o chamado Domo de Monte Alegre. Este consiste de uma estrutura circular com diâmetros de 15 x 25 km.

Essa feição é desenhada no relevo por serras e colinas assimétricas, podendo ser descritas como *hogbacks*, com assimetria centrífuga e serras que tem sua altitude variando de 50 m até mais de 400 m (VISEU &ALMEIDA, 2007) (Figura 4). Estão desenhadas por inúmeras pequenas serras isoladas, incluindo as serras do Ererê, do Maxirá, de Paytuna, de Itauajurí, dispostas em um círculo de cerca de 20 km de diâmetro, onde afloram rochas paleozóicas a oeste de Monte Alegre. O Domo de Monte Alegre é considerado uma estrutura sem igual na bacia amazônica.

O Domo apresenta duas falhas. Ao norte, a falha soergueu rochas paleozóicas, conformando a Serra do Itauajuri. Ao sul, a chamada Falha Ererê soergueu rochas paleozóicas colocando-as em contato com rochas arenosas terciárias da Formação Alter do Chão. O bloco sul dessa falha, domínio das rochas terciárias, está representado nas serras do Ererê e Paytuna, onde o Parque Estadual de Monte Alegre está localizado. As águas termais sulfurosas existentes na região são indicações desse aspecto particular da geologia da área. Da mesma forma importantes ocorrências fossilíferas dão à região uma importância ímpar no cenário geológico-paleontológico amazônico (VISEU &ALMEIDA, 2007).

As serras do Ererê e Paytuna se destacam como pontos culminantes da área de várzea do Rio Amazonas, alcançando cerca de 250 m de altitude na Serra do Ererê, que representa um mirante natural da planície. Segundo Viseu (2006), há na região inúmeras formas de relevo nas encostas e topo destas serras. As Serras do Ererê, da Lua e do Paytuna são também os locais onde estão as cavernas e grutas esculpidas pela erosão pluvial.

A principal caverna do local é a Itatupaoca, localizada na Serra do Ererê, e a escultura rochosa mais notável é a chamada Pedra do Pilão (ou “induí-mena” ou ainda “mão de pilão”, segundo Katzer (1933), localizada na Serra do Paytuna. Esse cenário faz da região um dos alvos mais importantes para qualquer estudo geológico referente à Bacia do Amazonas.

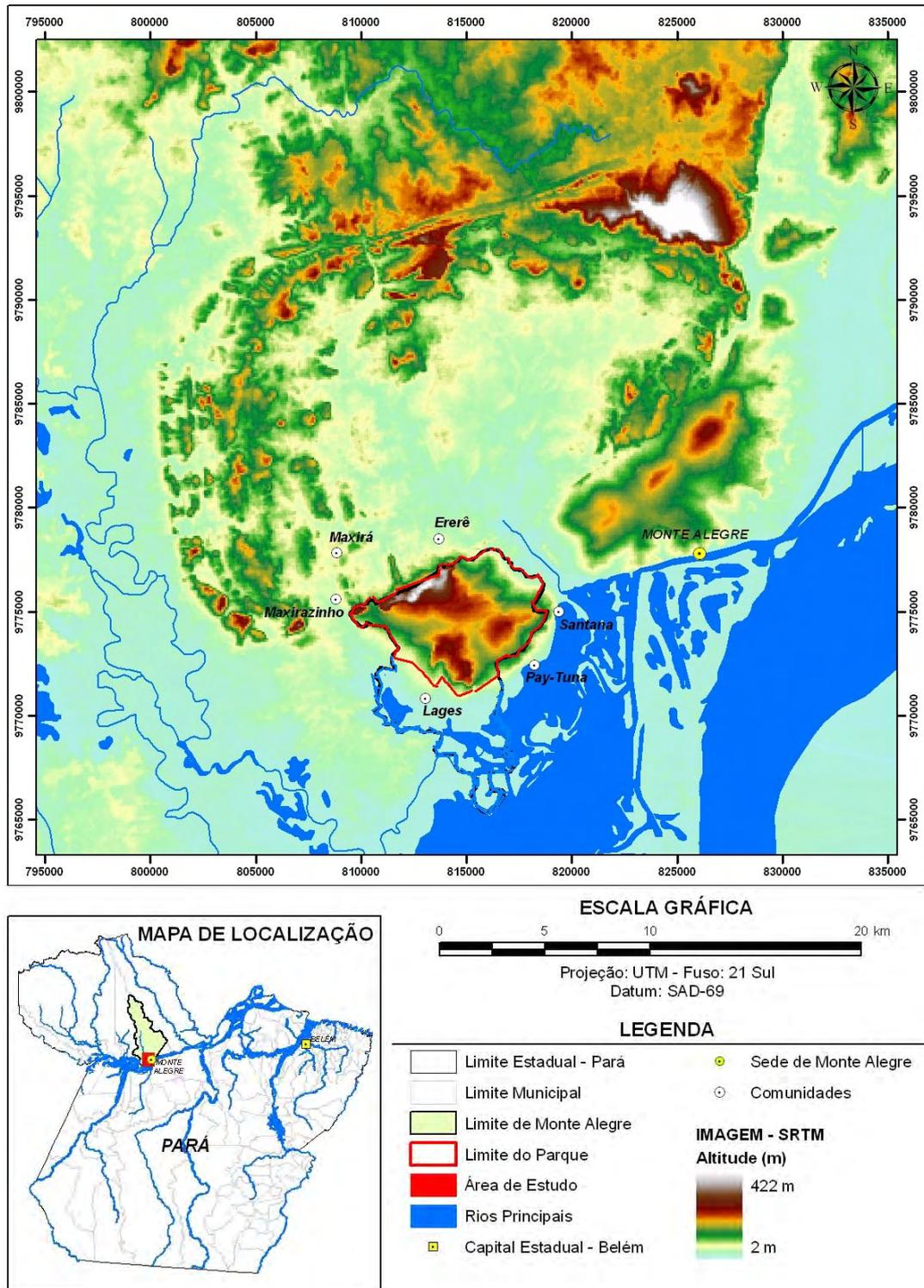


Figura 4 - Domo de Monte Alegre. Em destaque a área do Parque Estadual.

7.3 SOLOS

Nas áreas de terra-firme predominam solos do tipo latossolo. As áreas na região das Serras do Ererê e Paytuna são cobertas por solo arenoso ligado às influências das rochas expostas nessas serras. Nos terrenos de várzeas, os tipos glei e lateritas hidromórficas são predominantes, sempre relacionados a locais de topografia plana e baixa. Os aluviões, por outro lado, formam perfis pouco desenvolvidos e sempre ricos em matéria orgânica, nos leitos e algumas porções das margens dos rios principais (EMBRAPA, 1999).

7.4 CLIMA

Na região de Monte Alegre, predomina o clima tipo An (classificação de Köppen), caracterizado por uma estação seca, bem acentuada no período do inverno, tendo pelo menos um mês com precipitações inferiores a 60 mm, com temperatura do ar com média anual acima dos 22,5° C.

A umidade relativa do ar na região acompanha o ciclo anual da precipitação e, normalmente, apresenta valores elevados, com média anual de 72,8% e valores médios mensais entre 62,8% (outubro) e 79,9% (março e abril).

As precipitações anuais atingem em média 1.780 mm. Observam-se duas estações chuvosas. A primeira vai de dezembro a junho, com altas precipitações superiores a 200 mm que aumentam até o mês de março (estação chuvosa propriamente dita), a segunda é a estação menos chuvosa que vai de julho a novembro com médias, por vezes, inferiores a 60 mm.

O mês de abril contribui com 18% do total anual da chuva, enquanto que os meses de outubro e novembro, os menos chuvosos, contribuem individualmente apenas com 2% do total anual. O trimestre mais chuvoso é o compreendido entre os meses de março a maio, enquanto o trimestre mais seco situa-se entre os meses de setembro e novembro (estação de estiagem) (PRIMAZ, 1999, VISEU, 2001; VISEU e ALMEIDA, 2006). Os dados da estação meteorológica que foi mantida entre 1984 e 1994, em Monte Alegre, indicam, neste período relativamente curto, uma fraca variação interanual.

7.5 VEGETAÇÃO E FLORA

Embora o município de Monte Alegre apresente todas as formações vegetais que caracterizam o ambiente amazônico, na região de estudo, o Parque Estadual e em seu

entorno, predomina o tipo Cerrado ou Savana. Em manchas de extensão reduzida, são encontrados resquícios de Floresta Tropical em diversos graus de antropização. Há em toda a região do estudo, áreas antropizadas com uma vegetação secundária que resultam em dois extremos de um uso intensivo (áreas onde são retirados remédios, lenha, utensílios) a um uso pouco intensivo (áreas de caça) (FERREIRA, 2001; FERREIRA e ROCHA, 2006).

Nos locais mais distantes das áreas de moradias, que são as áreas mais centrais, é onde estão localizadas as manchas remanescentes de vegetação original, principalmente, de cerrado. Ferreira (2001) destacou a predominância de vegetação secundária com níveis de degradação e/ou a vegetação original fortemente alterada, e classificou os tipos de vegetação florística e fisionomicamente como: (Figura 5)

(1) Floresta Equatorial Ombrófila Aluvial.

(2) Formação Pioneira Arbustiva.

(3) Formação Pioneira Lenhosa-Graminóide.

(4) Cerrado ou Savana.

(5) Vegetação secundária de uso intensivo, de uso médio e de pouco uso.

(6) Áreas de tensão ecológica: contacto formação pioneira/ savana; contacto formação pioneira/floresta; contacto formação floresta/ savana.

Nas classes de vegetação das áreas alagadas a menos alterada é a floresta equatorial ombrófila aluvial (várzea). Incluem-se nessas áreas os locais de assentamentos humanos e adjacências as comunidades de Lages, Paytuna e Santana que, além de terra firme, possuem ambientes permanente ou temporariamente alagadas.

Essas comunidades têm como principal base de sustentação econômica os recursos pesqueiros; por isso, a vegetação dos lagos de várzea e arredores é relativamente bem conservada. Os lagos são denominados Lago do Tucumã, Lago Branco, Lago da Ponta e Lago Arimató, na comunidade Paytuna; e Lago das Dores, na comunidade de Lages. Os lagos representam a base da cadeia alimentar nesse ambiente e, de uma maneira empírica, são reconhecidos e respeitados pela população local.

Segundo Ferreira (2001), as regiões de várzea, com a formação pioneira lenhosa-graminóide, que forma a chamada ilha flutuante, são constituídas basicamente de macrófitas aquáticas, entre elas, a vitória-amazônica, denominada localmente de forno-de-jacaré e gramíneas. Nas margens dos rios e lagos de várzea, há as formações de origem edáficas, com predominância de aningas (*Montrichardia arborescens*) A vegetação de várzea, propriamente dita, está bem alterada, principalmente nas margens dos rios e próximo às comunidades. Apresentam árvores de porte médio, misturadas com palmeiras e com algumas espécies emergentes com destaque para a andiroba (*Caraipa* sp.), açacu (*Hura crepitans*), breu branco (*Protium* sp.). Entre as palmeiras, destacam-se o jauari

(*Astrocaryum jauari*), o açaí (*Euterpe oleracea*), o inajá (*Attalea maripa*), o buriti (*Mauritia flexuosa*), o urucuri (*Attalea phalerata*) e o curuá (*Attalea monosperma*).

A vegetação predominante é a formação de cerrado conhecida, também, como “Campos de Monte Alegre”. Ao longo das encostas encontra-se uma vegetação mais fechada assemelhando-se a um cerradão. Nas escarpas mais íngremes das serras aparecem campos com predomínio de espécies das famílias *Poaceae* e *Cyperaceae*, especialmente nas áreas onde o solo é arenoso e erodido.

A vegetação de cerrado apresenta poucas variações locais. Segundo Ferreira e Rocha (2006), em alguns locais, o estrato arbustivo é dominante; em outros o estrato herbáceo domina com gramíneas, com arbustos isolados ou em manchas de vegetação, com algumas árvores. Nas áreas, onde há contato com a floresta ocorre um tipo de cerradão com estrato arbóreo bem desenvolvido. Aí foi registrado por Lima (1958 apud FERREIRA e ROCHA, 2006): *Krameria tomentosa*, *Heisteria flexuosa*, *Ixora martinii*, *Vernonia fruticulosa*, *Anacampia coriacea*, *Tibouchina spruceana*, *Trachypogon vestitus*, *Protium heptaphyllum*, *Dioclea glabra*.

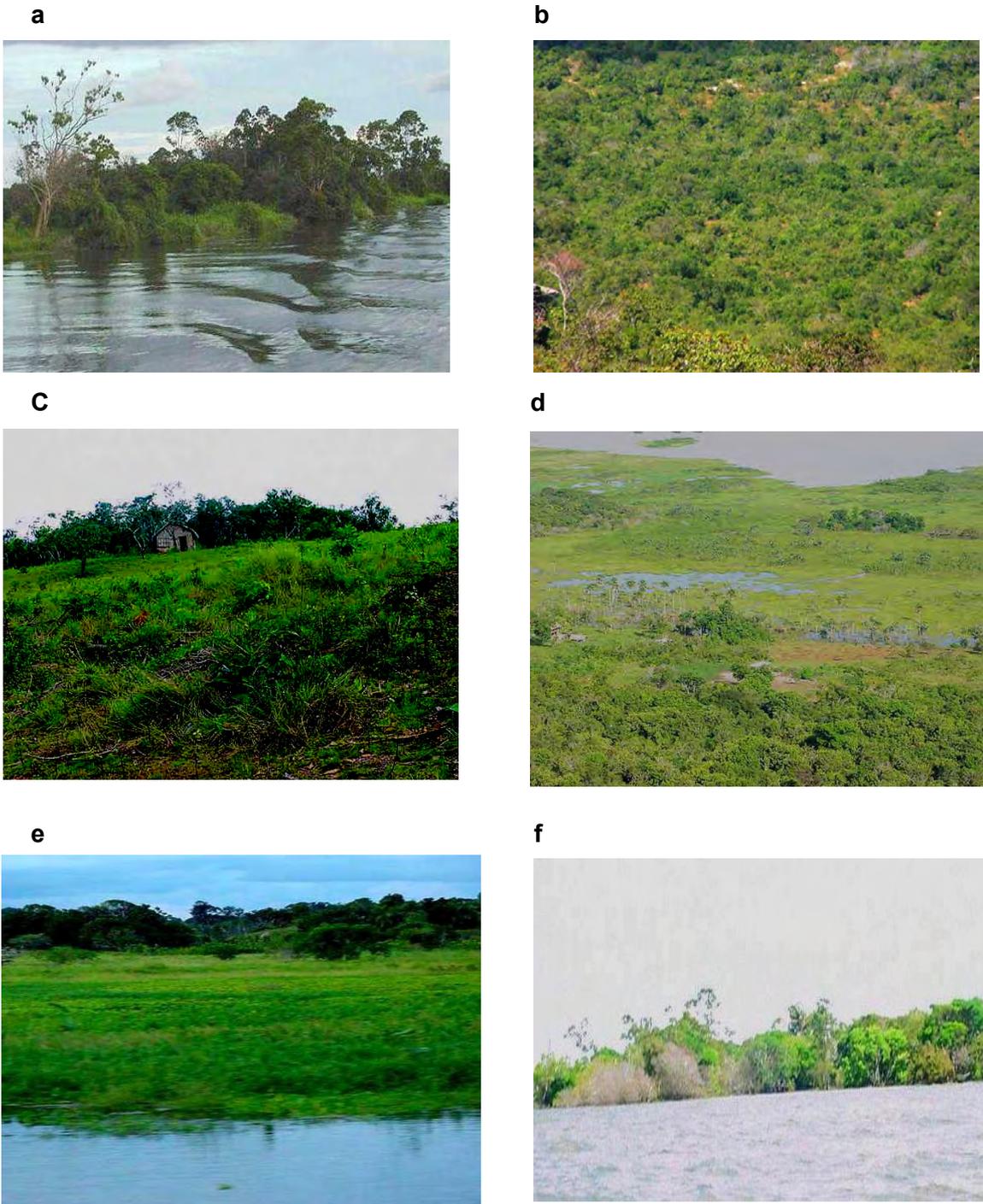
Fisionomicamente, o cerradão é formado por um estrato herbáceo com uma cobertura graminóide contínua, com arvoretas esparsas retorcidas, onde a palmeira sacuri (*Attalea microcarpa*) é muito freqüente. Entre as gramíneas, as espécies dominantes são: *Trachypogon spicatus* (*Poaceae*) e *Fimbristylis capilaris* (*Cyperaceae*).

As arvoretas mais freqüentes nesse ecossistema são a sucuba (*Himatanthus sucuuba*), o ipê (*Tabebuia* sp.), o ariuaú (*Qualea grandiflora*), o jutaí (*Hymenaea parvifolia*), o caju (*Anacardium occidentale*), a copaíba (*Copaifera martii*), o muruci (*Byrsonima crassifolia*) e o lacre (*Vismia baccifera*).

No alto do planalto, a vegetação é de cerrado. Nessa área ocorrem, irregularmente, pequenos agrupamentos de diversas espécies arbóreas e arbustivas, como a vassoureira (*Casearia grandiflora*), a furoia (*Alibertia edulis*), a murta (*Eugenia tapacumensis*), o cipó de fogo (*Davilla pedicellaris*).

As áreas de floresta alterada formam “ilhas” de floresta de terra firme que sofreram alterações em sua composição e estrutura original. A vegetação de porte mais desenvolvido é formada por um estrato superior com árvores de 20-25 metros, com algumas emergentes, alcançando 30 metros de altura. As espécies mais freqüentes, registradas por Ferreira (2001) são: embiriba (*Eschweilera ovata*), aração (*Bellucia grossularioides*), tapiriri (*Tapirira guianensis*), tachi (*Sclerolobium paniculatum*), copaíba (*Copaifera martii*). A palmeira sacuri (*Attalea microcarpa*) aparece nessa área de transição com o cerrado. Localmente esta área de floresta é conhecida como “mata” ou “capoeirão”. Nas áreas de transição do cerrado com

a capoeira as espécies arbóreas de floresta como cedro (*Cedrela fissilis*) e embiriba (*Eschweilera ovata*) também são encontradas.



Figuras 5 - Flora da região: a) Floresta Equatorial Ombrófila Aluvial; b) Cerrado ou Savana; c) Áreas Antrópicas; d) Área de Tensão Ecológica; e) Formação Pioneira Lenhosa Graminóide; f) Formação Pioneira Arbustiva (Fotos Manoela Ferreira, 2001).

7.6 FAUNA

Segundo Bonaldo (2001), as observações realizadas na região atestam a existência de uma considerável diversidade de espécies de invertebrados. Os principais *micro-habitats* são folhagem de arbustos e árvores, troncos de árvores vivas, troncos em putrefação e serrapilheira e abrigam principalmente ácaros. Há abundância de insetos de diversas ordens, como: dípteros (moscas), himenópteros (formigas, abelhas e vespas), coleópteros (besouros) e lepidópteros (borboletas). Não foram realizados estudos na região com invertebrados vetores e transmissores de doenças tropicais.

Nas matas de várzea, ocorrem vários Crustáceos, os Diplópodes. Nas áreas de solo arenoso foi observada a ocorrência de coleópteros predadores, pertencentes à família *Cicindelidae*. Representantes da ordem Odonata (libélulas) e dípteros das famílias *Drosophilidae* e *Tabanidae* são freqüentes.

Os aracnídeos pertencentes s ordens *Acari*, *Araneae*, *Opiliones* e *Amblypygi*. Amblipígeos de grande porte estão presentes nas grutas. Os opiliões de diversas espécies foram registrados no cerrado, habitando a serrapilheira ou troncos caídos em processo de decomposição. Foram registrados representantes de 14 famílias de aranhas nas áreas de cerrado, várzea e nas macrófitas das margens do Lago Grande.

Os peixes de interesse comercial representam o componente da fauna da região mais conhecido. O trabalho, desenvolvido no âmbito do Projeto Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas - Estados do Pará e Amazonas, Projeto IARA/IBAMA, por FERREIRA et al. (1998), listou 128 espécies de peixes comerciais ocorrentes na região de Santarém e médio Amazonas, em levantamento realizado nos portos e áreas de desembarque.

A herpetofauna é bastante variada na região de Monte Alegre, onde todos os grandes grupos estão presentes: quelônios, serpentes, lagartos e jacarés. De acordo com entrevistas realizadas com a população local, os jacaré-tinga (*Caiman crocodyilus*) e jacaré-açú (*Melanosuchos niger*) são freqüentes na região próxima dos lagos que margeiam as comunidades do Paytuna e Lages. Algumas espécies de quelônios são utilizadas pelos moradores locais como fonte de alimentação.

Os levantamentos da fauna de répteis realizados por Galatti et al. (2006) destacam a baixa diversidade de anfíbios na área, provavelmente em função da escassez de corpos d'água existentes no ambiente. Em geral, a área abriga um conjunto de espécies de anfíbios e répteis que ocorrem em áreas de cerrado ou savana. Apesar da presença de anfíbios

relacionados à região das Guianas, predominam as espécies com ampla distribuição na Amazônia e na América do Sul.

Os ofídios e as serpentes presentes no ambiente são espécies distribuídas geograficamente no extremo norte do país e região das Guianas. Não há ocorrência de espécies endêmicas da região ou ameaçada de extinção. Relatos de moradores confirmam a presença de espécies de cascavéis onde o *habitat* de cerrado com afloramentos rochosos é propício à sua ocorrência.

Os registros e estudos na região de Monte Alegre têm recebido a atenção de diversos ornitólogos e outros pesquisadores, ao longo dos anos. De acordo com Dantas (2006), a avifauna do Pema e arredores é constituída, principalmente, por espécies insetívoras de pequeno a médio porte, como os *Tyrannidae* (bem-te-vis) e *Thamnophilidae* (papa-formigas). Há ainda espécies frugívoras de pequeno a grande porte (papagaios, pombos, alguns passeriformes), frugívoros-insetívoros (anambés, sabiás) e aves aquáticas (garças, martim-pescador). A *Aratinga pintoi*, uma espécie de psitacídeo encontra-se na lista estadual de aves ameaçadas do Pará (SECTAM, 2006).

Em recentes estudos realizados na região por Souza et al. (2006), apenas sete das 11 ordens de mamíferos neotropicais foram registradas. A degradação ambiental reduziu (e em alguns casos extinguiu) grande parte das populações de mamíferos, em decorrência de fatores, como a destruição dos *habitats* e a atividade de caça o que pode justificar a baixa diversidade para esse grupo na região. As espécies mais frequentes avistadas pertencem as ordens Xenarthra, *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-de-colete); Primates, *Saguinus midas* (sagüi); Carnívora, *Cerdocyon thous* (raposa); Artiodactyla artiodátilos; *Tayassu pecari* (caititu); *Mazama americana* (veado-mateiro); e *M. gouazoubira* (veado-fuboca). Os roedores como *Agouti paca* (paca) e *Dasyprocta leporina* (cotia) também estão presentes na fauna local (Figura 6).

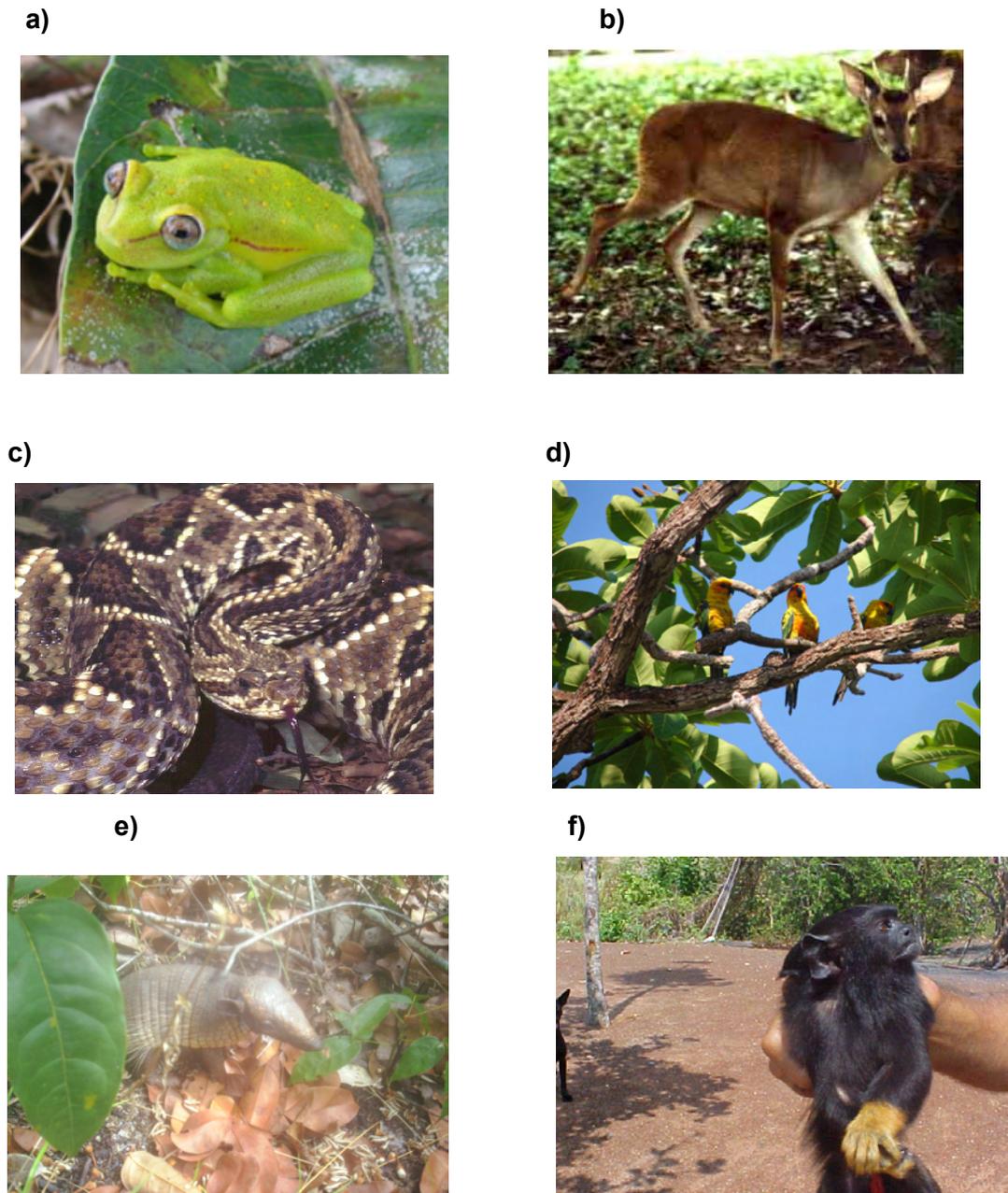


Figura 6 - Fauna da região: a) anfíbio *Hyla punctata*; b) Cervídeo *Manzana* sp.; c) ofídio *Crotalus durissus*; d) Psitacíde da região: *Aratinga pinto*; e) *Xenartha* primeiro registro para a região *Euphractus sexcinctus*; f) Primata: *Saguinus* sp. (Fotos: Ulisses Gallati(a , c) Eldianne Lima (b, e), João Meirelles(f) e Regina Oliveira (f)).

7.7 INTERESSE DA REGIÃO PARA A CONSERVAÇÃO

7.7.1 Aspectos históricos

Segundo Pereira (2006), a região de Monte Alegre sempre foi conhecida, em termos arqueológicos, pelas pinturas rupestres existentes no conjunto de serras. Essas pinturas tornaram-se mundialmente conhecidas, a partir de 1848, quando o naturalista inglês Alfred Wallace percorreu a região e visitou os vários locais onde ocorrem estes vestígios.

Muitos são os relatos, livros e publicações sobre a região, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, quando naturalistas e historiadores percorreram a Amazônia. Em 1820, os naturalistas alemães, Spix e Martius, descrevem as técnicas de pesca utilizadas por índios da região. Wallace visita a região em 1848 e descreve as grutas com pinturas rupestres, as fazendas de gado, o plantio de cacau e a pesca do pirarucu. Em 1869, Ferreira Pena, em comissão do Governo do Pará, descreve a região, tece comentários sobre a Vila, as casas cobertas de palha e a agropecuária.

As pinturas rupestres ganham notoriedade e, em 1895, Hartt organizou as conhecidas "Expedições Morgan", discorrendo sobre as formas e dimensões das figuras, técnicas de execução e a matéria prima utilizada na sua confecção. Em 1898, o autor faz uma descrição sumária da gruta Itatupaoca.

Sobre a formação rochosa da região, Derby, em 1878, propõe a denominação grupo Ererê para formação geológica das serras. Com ele, Paul Wells e Steere, que participam da expedição geológica comandada por Derby, descrevem a serra do Itauajurí, as formações rochosas das serras do Paytuna e Ererê. Frederich Kazter, em 1933, foi outro geólogo que percorreu a região e que informou sobre a existência de pinturas rupestres na área, principalmente na serra do Ererê.

Em 1924, Curt Nimuendaju esteve na região de Monte Alegre onde visitou, entre outros lugares, as serras do Ererê e Paytuna. Na serra do Ererê, ele copiou as pinturas rupestres de dois sítios: a Serra da Lua (que ele menciona como Pedra da Lua). Ainda na Serra do Ererê, Nimuendaju menciona ter visto de longe as pinturas rupestres de um lugar chamado Pedra do Sol. Esse lugar é o sítio arqueológico da Serra do Sol. Na Serra do Paytuna, ele copiou algumas pinturas do sítio Gruta do Pilão.

A flora e a fauna foram primeiramente pesquisadas e estudadas por Spix e Martius. Em 1930, o botânico Ducke menciona a fenda existente entre as serras da Lua e do Arouxi, relatando que os gases quentes possuem forte odor amoniacal. As primeiras coletas de aves na região foram feitas no início do século XX, por Emilie Snethlage. A vegetação

hidrófila e das chapadas foi registrada por Lima, em 1959; e Barbosa Rodrigues descreve, em 1875, a flora da região no texto *Exploração e Estudos do Valle Amazonas*.

O Barão do Marajó, em seus relatos de viagem, descreve, em 1883, a região dos rios de Monte Alegre, enfatizando o rio Gurupatuba e os igarapés do Paytuna e Ererê e destacando a navegabilidade e a quantidade de lagos, chamando atenção também para a geologia do local. Em 1847, Paul Marcoy, em suas viagens pela Amazônia, descreve fatos históricos da região e sua prosperidade em função da plantação de cacau. Madame Coudreau chega à região em 1903 e sobe o rio Maicuru, descrevendo as populações ribeirinhas e a coleta de balata na vila do Ererê (Figuras 7 e 8).

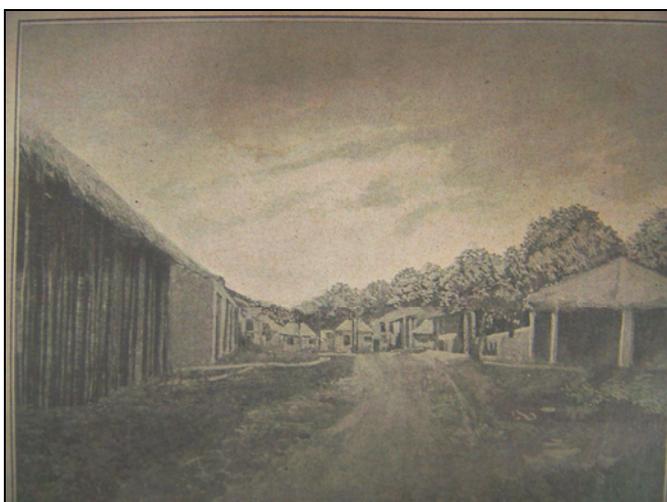


Figura 7 – Vila do Ererê em 1903. (M. Coudreau).
Fonte: Biblioteca Museu Goeldi, coleção Obras Raras.



Figura 8 – Exportação de produtos no porto da cidade.
Fonte: Arquivo Nelsi Sadeck s/d, Monte Alegre.

7.7.2 Enfoques recentes sobre a conservação

O conhecimento acumulado em dois séculos sobre a região, as belezas cênicas da região, somadas aos aspectos da geologia e da arqueologia, foram aspectos cruciais e os principais argumentos que atraíram os interesses para a criação de áreas protegidas na área.

O documento que propõe a instalação de mecanismos para proteção do ambiente no Estado do Pará é de 1988. Foi resultado de um estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado em parceria com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o GEP-Pará (LOBATO, 1988) e levou à identificação de 36 áreas prioritárias no estado do Pará para conservação (Figura 19, *cf.* capítulo 3). Estas foram definidas a partir dos dados do projeto RADAM-Brasil, dos reconhecimentos das áreas consideradas como refúgios do Pleistoceno (WETTERBERG, 1976) e das áreas indicadas por técnicos do instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp).

As áreas foram definidas após a realização de visitas até os locais selecionados. Foram realizadas avaliações preliminares de cunho ambiental, socioeconômico, infraestrutura de acesso e levantamento da situação atual. Esses dados subsidiaram a definição das categorias de manejo para as áreas selecionadas.

O documento propôs a criação de três unidades de conservação no município de Monte Alegre, sem, no entanto, serem efetivadas: duas Áreas de Proteção Ambiental, a das Garças de Monte Alegre e a das águas hipotérmicas e sulfurosas de Monte Alegre, além do o Parque Estadual Monte Alegre (LOBATO, 1988). Uma nova tentativa de criação de unidades de conservação no município ocorreu em 1992, no bojo dos movimentos ambientais e da RIO-92, mantendo as mesmas categorias citadas. A criação das unidades de conservação no município somente concretizou-se em 2001 (*cf.* capítulo 3).

Atualmente, com a elaboração do plano de manejo, outros aspectos da área têm recebido atenção para a conservação. Para Souza et al. (2006), a fauna local tem importância para conservação e pode ser utilizada como atrativo para o ecoturismo. A região do entorno do Parque faz parte da área de distribuição geográfica de 19 espécies de mamíferos, consideradas em perigo de extinção, sendo 54 de interesse ecoturístico.

8 A OCUPAÇÃO HUMANA

Dos primeiros assentamentos humanos do Pleistoceno, à ocupação pelos portugueses, às migrações nordestinas e de outros povos que na cidade se instalaram a ocupação humana fez história em Monte Alegre. Esta se diferencia das demais cidades amazônicas, não somente pelos seus aspectos físico-geológico de serras e montanhas, e sim também pelos aspectos biológicos e culturais, como descritos pelos naturalistas e historiadores. A importância destes fatos para a história contemporânea permite entender a situação atual do município no que tange a sua nova conformação ambiental.

8.1 PRÉ-HISTÓRIA

A presença de grupos humanos na região é bem anterior à chegada do colonizador europeu. Foram cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) até hoje 14 sítios arqueológicos e inúmeras pinturas rupestres. As pesquisas iniciais datam de 1984, quando o Grupo Espeleológico do Pará realizou os levantamentos geológicos. O arqueólogo uruguaio Consens (1988, 1989) descreve com minúcias seis sítios com as pinturas rupestres e sugere datas para sua origem. Para o autor as representações de determinados animais (macacos, lagartos, corujas) e o de formas específicas antropomórficas e antropomorfas são notáveis.

Apesar das pinturas rupestres serem o vestígio arqueológico mais conhecido de Monte Alegre, existe outros tipos de materiais arqueológicos, como as cerâmicas e artefatos em pedra. As cerâmicas encontradas foram caracterizadas como da Cultura Santarém que ocorre em toda a região do baixo Amazonas.

Segundo Pereira (1996, 2003) em Monte Alegre existe uma concentração de sítios com pinturas rupestres cujas características estilísticas não encontram paralelo nem na Amazônia, nem no resto do Brasil. Uma delas é a utilização de determinadas formas da rocha como orifícios, arestas ou protuberâncias que são utilizadas para compor figuras ou dar volume a elas. Nas pinturas rupestres dessa região, Pereira (1996) identificou cinco temas: antropomorfos, mãos, zoomorfos, biomorfos e grafismos puros.

Nos anos de 1991 e 1992, a arqueóloga Anna Roosevelt escavou o sítio Gruta do Pilão, por ela denominado Gruta da Pedra Pintada, que foi o primeiro sítio com pinturas

rupestres escavado no Pará. O resultado dessa pesquisa permitiu estabelecer uma relação entre as pinturas rupestres e a ocupação humana.

Segundo Roosevelt et al. (1996), as camadas mais profundas apontaram uma ocupação datada entre 11.200 e 9.800 B.P. Essa ocupação corresponde ao período Paleoíndio, representado pela Cultura Monte Alegre que se caracterizou pela presença de artefatos de pedra, por pinturas rupestres esquemáticas e por uma economia de floresta tropical e de coletores de várzea. A relação das pinturas rupestres com a escavação foi estabelecida por meio da semelhança entre a composição química dos pigmentos encontrados nos níveis antigos da escavação com os das pinturas situadas na parede e nos fragmentos de parede, encontrados na estratigrafia.

Não existe consenso entre os arqueólogos, sobre a antigüidade da ocupação humana na América do Sul. O ponto de vista mais aceito era o de que os primeiros habitantes do continente sul-americano teriam chegado há pouco mais de 11 mil anos. No Brasil, a presença humana está documentada no período situado entre 11 e 12 mil anos atrás. Novas evidências têm sido encontradas na Bahia e no Piauí que comprovariam ser mais antiga esta ocupação. Pesquisas recentes indicam datações mais antigas, entretanto, há uma tendência cada vez maior de os pesquisadores reverem essas datas. No Piauí, há datações comprovadas de 60.000 anos antes do presente, nos mais dos 400 sítios arqueológicos já catalogados na região do parque nacional da Serra da Capivara (PESSIS, 2003).

Segundo Reis (1942), a região era ocupada pelos povos Gurupatuba ou Curupatubas além dos Carabocas, os Bubuizes, os Mariaus e os Serranos, na época que os europeus chegaram. Frias (1995) relata que outros povos como os Aretús e Magues viveram na região, e estes não aceitando os colonizadores fugiram para outros locais. Os Gurupatubas mantinham fidelidade aos portugueses e é provável que estes sejam os que atualmente se denominam Apalai. As referências a esses povos são escassas e a compreensão da seqüência das populações necessitaria uma abordagem etnohistórica fora do foco do presente trabalho.

8.2 BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

Há controvérsias quanto à ocupação lusitana na região. Segundo o padre Serafim Leite (1943 *apud* SANTOS, 1980), os padres da Companhia de Jesus chegaram à região em 1657. Segundo Frias (1995), os relatos históricos do Frei Cristovam Acunha, em 1639, sobre Gurupatuba e sua gente destacam a região como o primeiro povoado ou aldeia a

gerar o que têm os portugueses a favor de sua coroa, destacando que a missão Gurupatuba já existia antes da chegada dos padres da Companhia de Jesus.

A Companhia de Jesus assumiu a catequese na aldeia. Esses padres fundaram a aldeia Gurupatuba, mais tarde missão Gurupatuba, que pelo seu desenvolvimento foi denominada Missão Central do Baixo Amazonas, atendendo às missões dos Tapajós e Concari. Nos textos de Reis (1942), a região de Monte Alegre é uma das mais antigas ocupações da Amazônia, criada a partir das missões dos padres carmelitas e jesuítas no ano de 1755. Como o governo de Portugal, em 1693, dividiu o campo missionário da Amazônia entre os jesuítas, que ficaram a com a região sul e os franciscanos o comando do norte, a Missão Gurupatuba passa então para o domínio dos franciscanos.

Os índios Gurupatuba eram considerados com “boa aptidão” para o trabalho e produziam as “cuias pintadas”, consideradas por Ferreira (1750) como “os pratos, os copos e toda a baixela dos índios”. Os povos indígenas que ocupavam a região foram escravizados e missionados desde a criação da Missão Gurupatuba. Caracterizadas como “tropas de resgate”, as missões militares, promovidas pelos portugueses, destruíam as aldeias e prendiam os índios e os levavam como escravos. Com o aumento do interesse do governo português pela Amazônia, as missões religiosas perdem poder e, com as ações políticas do Marques de Pombal, as ocupações da região são transformadas em Vilas que passam a receber os nomes de cidades portuguesas, visando garantir a presença lusitana na área. A missão de Gurupatuba é elevada à categoria de vila em 1758.

Ainda no período imperial é instalada na Vila de Monte Alegre, a Serraria Real, para exportação de madeira aparelhada para abastecimento do Arsenal de Marinha em Belém. As “drogas do sertão”, peixes salgados e caça eram os produtos exportados pela Vila. Ao lado deste extrativismo, a agricultura praticada era de subsistência. O gado é introduzido na região em 1760 pelo Capitão General Manoel Bernardo, trazendo o gado *vacum* das ilhas do Marajó para outras regiões do Baixo-Amazonas (REIS, 1942).

A introdução do cultivo do cacau ocorre no ano de 1802, pelo Conde dos Arcos e ocupa a área das várzeas e terras altas, margeando o rio Gurupatuba e Amazonas, região, hoje, conhecida como Cacoal Grande. Segundo Vieira (1915), o Estado do Pará era o maior exportador de cacau. O cacau nativo da Amazônia era a princípio colhido nas matas e chamado de cacau bravo. A partir de 1678, quando sua cultura foi autorizada pela “ordem régia”, o cacau cultivado foi chamado de cacau manso.

A instalação da vila de Monte Alegre coincidiu com os primeiros anos da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal. Esta teve a finalidade de incentivar o comércio de produtos e mão-de-obra importada da África. A

introdução da mão-de-obra escrava africana, em Monte Alegre, data de 1785. Com ela, é desenvolvido o plantio da cana de açúcar, a instalação de engenhos e de uma olaria para fabricação de telhas e potes. Esses produtos eram exportados para Belém e Macapá.

A exportação de produtos como o melaço, o cacau, o cará, batata da terra, e a mandioca sustentavam a economia do município. Do algodão eram produzidos tecidos para abastecimento do mercado interno; o café era produzido apenas pra o consumo familiar. Os escravos ocupam os serviços com o gado e no trabalho nas fazendas mantidas pela elite local.

O Conselho Provincial da Província do Grão-Pará estabeleceu uma reestruturação administrativa para a Amazônia em 1833, extinguindo e criando novas vilas. A vila de Monte é mantida e os vereadores da época organizam a administração dos distritos que são chamados “quarteirões”. Em Monte Alegre foram criados onze quarteirões, entre eles, o do Ererê e Paytuna, com nomeação dos líderes locais. Essa ação fortalece os territórios que pertenciam à Vila.

Em 1835, após a Independência, surge na região a Revolução da Cabanagem - movimento revolucionário de libertação do Pará, envolvendo principalmente a população ribeirinha (os cabanos) e os portugueses. O conflito armado chega a Monte Alegre um ano depois de ter sido iniciada na cidade de Belém. Segundo Santos (1980), em Monte Alegre predominava a lealdade à Coroa Portuguesa, os juizes e legalistas a favor do império eram denominados pelos rebeldes de caramurus. A cidade fica dividida politicamente, de um lado os que apoiavam a revolução dos cabanos liderados pelo Brigadeiro Machado de Oliveira, presidente da Câmara Municipal e de outro os que estavam a favor da coroa imperial.

A cidade é invadida no ano de 1836 e os Cabanos executam as autoridades. Com a Vila dominada pelos Cabanos, muitos dos moradores fogem para Santarém e Macapá, abandonando seus cultivos. Santos (1980) e Frias (1995) descrevem as batalhas ocorridas na cidade, à formação das milícias pró e contra a Cabanagem e ressaltam o envolvimento no movimento de famílias da cidade. Entre elas, a família Malcher que tinha entre os mentores e líderes do movimento um de seus representantes. Segundo Ferreira Reis (1949), Monte Alegre é libertada do domínio cabano ao final do mesmo ano, pelas tropas leais ao império. Porém, em 1842, houve conflito na cidade, ainda por conta do movimento cabano.

O impacto da Cabanagem para a economia local foi, segundo Lins (s/d) e Santos (1980) grande e causou muitos prejuízos. As fazendas de gado, os cacauais e a agricultura de subsistência estavam destruídas. O comércio ficou paralisado, não havia produtos e a farinha, tinha de ser importada com altos preços. Muitos dos fazendeiros que fugiram para

se proteger dos cabanos, ao retornarem para a cidade encontraram seus plantios de cacau destruídos.

A economia do município foi abalada com a destruição dos cacauais, e veio a se recuperar com a produção de algodão, café e cacau a partir de 1858, quando também a Vila de Monte Alegre foi desmembrada de Santarém. A recuperação econômica da Vila foi favorecida pelos vereadores com concessão de terrenos e facilitação de abertura para casas comerciais.

A vila é elevada à categoria de comarca em 1873 e, posteriormente, à categoria de cidade em 1880. Nessa época, o rebanho bovino é destaque na economia regional. A cidade possui o maior plantel do baixo Amazonas, com 54.500 cabeças. Monte Alegre, entre o final do século XIX e a década de 30, destaca-se como exportador de balata e cacau.

O movimento republicano somente é reconhecido em Monte Alegre no ano de 1890. Ao final do século XIX, em 1896, é instalado na cidade o telégrafo submarino “The Amazon Telegraphic”. A cidade ganha seu primeiro serviço de abastecimento de água no ano de 1930, e no ano seguinte o serviço de energia elétrica. Esses serviços se modernizam em 1940.

No ano de 1947, o município foi acusado de subverter a ordem democrática, ao apresentar candidatos do Partido Comunista em suas eleições municipais, sendo inclusive invadida por soldados. Durante o período da ditadura militar no Brasil, o município, visto pelo governo do estado como oposicionista, perdeu, em 1973, sua autonomia e o direito de realizar eleições. A cidade é então categorizada como uma Estância Hidromineral e perde apoio financeiro de projetos do poder público tanto estadual quanto federal, sendo excluída do então Programa Poloamazônia.

8.3 A SITUAÇÃO ATUAL

8.3.1 A construção de um modelo de ocupação concentrada

Na Amazônia, a criação dos Núcleos Coloniais, na segunda metade do século XIX, foi constituída como ações governamentais para atender às demandas de fomento à produção e reforma das técnicas agrícolas, a intensificação dos sistemas produtivos e o aumento da produtividade. Os Núcleos Coloniais na Amazônia se tornaram espaços de experimentação de novas técnicas produtivas, melhor aproveitamento da terra, do domínio das florestas e de promoção do povoamento (NUNES, 2007). Sua criação ocorre como parte da política de imigração desenvolvida pelos governos central e provincial, num momento em que se

discute o processo de reorganização da propriedade da terra, iniciado com a criação da lei de Terras de 1850¹⁷.

Essa lei se propõe à reorganização da atividade agrícola, com a adoção de novas técnicas de plantio: se exige um maior aproveitamento da terra e dos recursos florestais, associando à atividade agrícola e extrativa. Propõe ainda, a construção de espaços de atuação de mão-de-obra livre nacional e estrangeira, como estratégia de superação da falta de trabalhadores agravada com as leis abolicionistas (NUNES, 2007).

No Pará, a primeira colônia agrícola é estabelecida em 1875, na região nordeste do estado. Os cearenses que migraram para Monte Alegre, em 1877, devido à seca nordestina, não se enquadram em nenhum programa do governo. Eles chegavam em busca de terras para agricultura e trabalho nas fazendas, vindos de Santarém. Em Monte Alegre, eles se estabelecem nas proximidades do então povoado do Ererê, que na época era um dos povoados mais produtivos, sendo inclusive elevada à categoria de freguesia (Arquivos da Prefeitura).

O governo local fornecia instrumentos de trabalho como terçados e enxadas. Os fazendeiros incentivavam os recém-chegados a produzir os gêneros alimentícios para manutenção dos seus vaqueiros. Esses produtos eram adquiridos a preços mais baratos do que os produtos comprados dos regatões. Os regatões, por sua vez, procuravam trocar suas mercadorias com os produtos da terra. O sistema de troca denominado aviamento, financiava a agricultura de Monte Alegre. Não somente migrantes de origem brasileira, mas estrangeira, vindos dos Estados Unidos começaram a chegar à região, tendo como foco de chegada inicial o município de Santarém, com o estabelecimento da colônia americana de Fordlandia.

Com a República instalada e as mudanças de regime político, a idéia de colonização com migrantes europeus ganhou força. Em Monte Alegre, o Estado do Pará cria em 1894 duas colônias: a colônia de Itauajurí e a de Igarapé-açu para fixação de migrantes espanhóis. Estas colônias, segundo Cruz (1958 apud Santos, 1980) “são estabelecidas ao norte do Airi e dos terrenos do patrimônio municipal e os marginais à Serra do Itauajurí.” Os terrenos devolutos “além da Serra do Ererê, no lugar denominado Terra Preta” também são disponibilizados ao governo. As áreas dispunham de 3.673 ha e foram divididas em 147 lotes de 25 ha, cada um.

¹⁷ Originalmente todas as terras no Brasil pertenciam à Nação Portuguesa, por direito de conquista, sendo, portanto, públicas. Depois, passaram ao Império da República, sempre como domínio público. A legislação sobre terras surgiu esparsa e sem sistematização até a Lei Imperial nº. 601, de 18.09.1850, denominada Lei das Terras. Essa Lei dentre outros assuntos dispôs sobre a *legitimação de posses* (OLIVEIRA et al, 2002).

Os colonos espanhóis são os primeiros europeus que se estabelecem no município. Eles dão impulso à agricultura com o plantio de fumo e milho e trabalham também como marceneiros. Os italianos e os sírio-libaneses se estabelecem no final do século XIX e impulsionam o comércio. Segundo Santos (1980) e Lins (s/data), os prédios comerciais da cidade foram construídos pelos italianos que também se dedicaram à comercialização do gado. Os sírio-libaneses se instalam no comércio varejista.

O governo do Pará concede à Companhia Nipônica de Plantação S.A (NANTAK), um milhão de hectares de terras, sendo 600 mil ha no atual município de Tomé-açu e 400 mil ha no município de Monte Alegre. Os japoneses se instalam na região em dois momentos: o primeiro no ano de 1929 quando se estabelecem na região do Itauajurí, nas localidades denominadas Mulata, Açaizal e Dois Galhos (UENO, 2005). Nesse período fundam a Companhia Nipônica de Plantações S.A. e cultivam algodão e milho. No ano de 1954, se instalam nas antigas áreas (Itauajurí e Mulata) e atuam no plantio da pimenta-do-reino. Nesse período implementaram a primeira cooperativa agrícola NIPON.

Em 1928, com a nova investida colonizadora fomentada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura foi instalado no município o Núcleo Colonial “Inglês de Souza”. O núcleo passa a ser ocupado pelos colonos nativos e oferece assistência médica, mas não propõe financiamentos ou assistência técnica. Nordestinos e colonos, vindos de outras regiões próximas, instalam-se na área engenhos de cana de açúcar e fabricam o mel, o açúcar moreno e aguardente, produtos que eram exportados pelo município.

Durante o Governo Vargas foi incentivada maciçamente a migração nordestina em função de uma nova política para a colonização da região amazônica, privilegiando as migrações internas às estrangeiras. A criação das Colônias Agrícolas Nacionais – CAN's foi a principal ação dessa política. Nesse período, em 1942, ocorreu também outro fluxo migratório intensivo para a região, sendo criada, em Monte Alegre, a Colônia Agrícola Nacional do Pará – CANP (antigo distrito Inglês de Souza). A CANP, assim como as demais Colônias Agrícolas criadas em outros municípios do Estado, trouxe em seu bojo a criação de um Projeto Integrado de Colonização (PIC). O PIC Monte Alegre, criado em 1943, englobou, aproximadamente, 500 mil hectares (para assentamento inicial de 3.800 famílias) divididos nas glebas Inglês de Souza, Major Barata e Mulata (CONCEIÇÃO, 1994; OLIVEIRA, 2002).

O processo de ocupação foi dinamizado nas décadas de 70 e 80 a partir do “boom” das grandes políticas de desenvolvimento e Projetos implantados na Amazônia. Esses programas, entre os quais se destacam Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), Programa de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) Operação Amazônia, POLAMAZÔNIA,

resultaram na construção das principais rodovias federais e estaduais (Belém-Brasília, Transamazônica, Santarém-Cuiabá) e das principais hidrelétricas da região.

Nesse período ocorre a última grande entrada de famílias na região, motivada pela melhor fertilidade dos solos e pela quantidade de terras disponíveis. A construção da PA-254 (Monte Alegre-Prainha) reativa o PIC Monte Alegre. Seguindo o sentido da estrada, a ocupação foi formada por uma população de origem variada, contando com nordestinos, migrantes de outros Estados e/ ou municípios da região e, principalmente, com famílias locais originárias de outras zonas do próprio município de Monte Alegre.

Monte Alegre constituiu-se em um caso particular no Baixo Amazonas, devido ao fato de ser colonizado a partir de programas e projetos implementados pelo governo. Alvo dessas iniciativas de colonização dirigida, o povoamento do município foi formado a partir de uma mistura de famílias caboclas, imigrantes japoneses, espanhóis, italianos, sírios-libaneses e migrantes nordestinos (em sua maioria, cearenses).

O município de Monte Alegre conta com uma população atual de 69.372 habitantes, segundo uma estimativa do IBGE (2006) e ocupa uma área de 21.703 km². Predomina no município a pecuária e a agricultura de subsistência, centrada em produtos como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca de cultura temporária. Os citros e a pimenta-do-reino e, mais recentemente, o café, são as culturas perenes.

8.3.2 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária do município, de acordo com a classificação estabelecida pela antiga Comissão de Política Agrária, é caracterizada por médias propriedades, de 10 a menos de 100 ha. A disposição dos lotes, no PIC Monte Alegre, obedeceu a um modelo de setores, perpendiculares à estrada principal e núcleos populacionais a cada 2 km, ao longo da estrada. Nesse PIC, de 1943 até 1980, cerca de 2.600 famílias já haviam sido assentadas em três glebas do município: Inglês de Souza, Major Barata e Mulata. Segundo Oliveira (2002), esse modelo serviu de referência para o projeto de Colonização implementado na Transamazônica, substituindo setores por travessões e implementando as agrovilas.

No que se refere à condição do produtor, em relação a terra, predominam os posseiros, que segundo informações da Prefeitura Municipal, representam 60% de produtores rurais. Os 40% restantes são de proprietários. As áreas destinadas à reforma agrária são os campos do Popó e Altamira. A maioria das propriedades não possui titulação.

Atualmente, o projeto de assentamento, denominado Maicuru, prevê assentar 1.500 famílias.

Em 2006 é criado pelo INCRA, na região da várzea do município, o Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE JAQUARÁ. Esse projeto destina uma área de 1.845 ha para assentamento de duzentas unidades agrícolas familiares nas comunidades de Jaquará, Cerquinha, Calvário, Flexal I e Flexal II. (D.O.U., 2006).

Como parte da política do governo federal para os municípios da área de influência da BR-163 existe a promessa de criação de assentamentos de reforma agrária nas modalidades sustentáveis. Esses assentamentos, tais como: o projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e o projeto de assentamento florestal (PAF), são partes do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163¹⁸ para conter o avanço de desmatamento e conflitos fundiários.

Para diminuir os impactos sociais e ambientais da pavimentação, o governo definiu como prioridade, na área de influência da BR-163, a promoção de ações para ordenamento territorial, regularização fundiária, implantação de obras de infra-estrutura, pesquisas, fiscalização, criação de unidades de conservação e apoio à agricultura familiar e às práticas sustentáveis de exploração.

Em abril de 2007, onze novos assentamentos¹⁹ são impugnados pelo o Ministério Público Federal (MPF), ao constatar que eles foram criados sem licenciamento ambiental e sem infra-estrutura para atender aos trabalhadores rurais. Esse procedimento gerou conflitos entre o Incra, o MPF e o movimento social local.

A gleba Inglês de Souza, o mais antigo núcleo de colonização do município, está localizada em sobreposição a área do Parque Estadual Monte Alegre e foi motivo de ampla discussão e questionamento durante a elaboração do plano de manejo do Pema. O Governo do Estado do Pará doou por meio dos Decretos nº. 4.350 de 19.02.27, nº. 4.179 de 24.11.42 e nº. 4.296 de 14.05.43 terras de seu domínio à União. O objetivo foi dar prosseguimento ao processo de Colonização iniciado pela Colônia Agrícola Nacional do Pará criada pelo Decreto nº 8.671 de 30.12.42 no município de Monte Alegre.

Esses processos são motivos de conflitos de interesse entre as políticas federais e estaduais. Por um lado o Governo Federal por meio dos assentamentos minimiza os

¹⁸ Um conjunto de políticas públicas estruturantes e coordenadas para conciliar fortalecimento econômico e conservação de recursos naturais ao longo do trecho da estrada que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) a ser asfaltado.

¹⁹ PAC Cauçu B e Balança; PAC Nova Altamira; PA Muriçoca; PA Vai quem quer; PA Maripá; .PA Terra-preta e Olho d'água; PA Baixão; PA Cristo rei; PDS Serra-Azul.

conflitos por ocupação de terras, e por outro lado o Governo Estadual tenta impor sua política ambiental. (cf. capítulo 3).

8.3.3 O papel da cidade

A cidade de Monte Alegre é dividida em “cidade alta” e “cidade baixa”. Na parte alta, estão concentrados os bairros de moradia, os centros comerciais, as escolas. Na cidade baixa, próxima do rio, estão os portos, o mercado de peixe, de gelo, a prefeitura e alguns núcleos de moradias mais antigas etc. Na região de Monte Alegre, a ocupação humana dos cerrados tem sido descrita em relatos de historiadores, biólogos e arqueólogos (WALLACE, 1889; LIMA, 1959; EGLER, 1960; ROOSEVELT et al. 1996; PEREIRA, 1996; AUGUSTO E MOREIRA, 1998).

Quanto à sociedade local (eminentemente agrícola), é composta por pequenos produtores (agricultores, extrativistas, agregados), grandes pecuaristas, donos de geleiras²⁰ e atualmente empresários agrícolas que chegaram com a expansão do cultivo de soja. Dentro dessa sociedade existe uma estrutura de poder estável, mas não rígida formada por famílias tradicionais que passaram por um processo de consolidação social e econômica no passado, mediante os ciclos econômicos que marcaram a região do Baixo Amazonas.

Essas famílias foram adaptando-se rapidamente a cada nova situação econômica regional, conseguiram e se mantiveram no poder ao longo do tempo. Dessa maneira, não é difícil perceber que famílias que dominaram no passado atividades econômicas importantes, e que também detiveram o característico sistema de aviação, são praticamente as mesmas que prevalecem hoje na exploração pecuária e/ou pesqueira. Além disso, essas famílias também figuram entre os principais comerciantes locais e normalmente fazem parte do quadro político municipal.

Esse fato caracteriza o desequilíbrio de poder perpetuado durante várias gerações, que é característico da sociedade brasileira, onde quem detém o poder o usa para se perpetuar nesta condição (poder econômico, político e social, assim definidos).

A estrutura do poder foi acrescida de novos investidores do setor primário, profissionais liberais, líderes religiosos – de origem local ou não – que passaram a destacar-se no âmbito municipal. A região conta, ainda, com uma estrutura organizacional dos Sindicatos e Colônias de Pescadores que se fortaleceram com os avanços obtidos pelas organizações ligadas a essa categoria. Outros tipos de organização, como os clubes de

²⁰ Relacionado com a evolução econômica de ciclos, não é difícil encontrar atores que surgiram/ desapareceram conforme a ascensão e declínio de uma dada atividade (a exemplo dos malveiros, juteiros, seringueiros, balateiros etc.).

futebol, grupos comunitários ou religiosos, exercem uma influência maior sobre as comunidades rurais.

Em termos de oferta de serviços, o município possui uma estrutura mínima de serviços básicos (escola, saúde, lazer, serviços gerais e outros) que permitem à sociedade local suprir suas necessidades sem recorrer aos grandes centros. Internamente, no entanto, o nível (qualitativo e quantitativo) dessa oferta nas áreas da educação e saúde (principalmente) é desigual entre os meios urbano e rural.

Além dessa estrutura de serviços, Monte Alegre apresenta uma significativa estrutura institucional ligada à agricultura, contando com sedes de alguns órgãos federais e estaduais como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Incra (com sede regional e superintendência), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e Secretaria Estadual de Agricultura (Sagri).

O município é servido por duas agências bancárias, hotéis de pequeno porte, energia elétrica (CELPA), rede telefônica (Telemar). A comercialização de produtos é centralizada no local denominado “Bosque”, situado na cidade alta.

A cidade nos últimos cinco anos ganhou investimentos dirigidos à infra-estrutura por meio dos programas estaduais de turismo com a modernização do porto e construção da hidroviária. A expansão da fronteira agrícola e o asfaltamento da BR-163 também dinamizaram os serviços no município com a instalação de postos de combustíveis, aeroporto, rede de informática.

Ressalto que hoje a criação do Parque Estadual é vista na cidade como uma oportunidade de negócios, com a idéia de que muitos turistas visitarão a cidade e com eles o surgimento de novas oportunidades para empreendimentos. Alguns moradores já atuam como agentes de turismo, desde 1993, época em que o resultado das escavações na região identificou a ocupação por paleoíndios. Outros grupos promovem visitas voluntárias à região das serras e criam sites para divulgar a região.

8.3.4 As comunidades estudadas

As comunidades de Maxirá, Lages, Santana, Ererê e Paytuna estão localizadas no entorno do Parque Estadual Monte Alegre (Pema). As comunidades mais antigas são as de Paytuna e Ererê. Registros de historiadores e do Arquivo Público Municipal apontam os produtos extraídos dessas comunidades já no ano de 1832 (Figura 9).

8.3.4.1 As famílias fundadoras e a estrutura fundiária

A ocupação das regiões do Baixo Amazonas, a partir da colonização portuguesa, ocorreu na direção várzea terra-firme, a partir do século XVIII, com a igreja no intuito de "abrir caminho" para confirmar e expandir os domínios da colonização europeia (OLIVEIRA, 2002). Evidentemente que, a história das comunidades do entorno do parque estadual está ligada aos processos históricos de ocupação na região.

Na comunidade do Maxirá/ Maxirazinho, os terrenos e lotes foram demarcados provavelmente durante a criação do núcleo agrícola em 1928 e posteriormente pelo INCRA. Alguns moradores possuem seus lotes com escrituras e outros possuem titulação. Utilizam os lotes para moradia, produção agrícola e pasto. Segundo seu morador mais antigo e ex-presidente da comunidade a *“região possuía muita mata, mas o coberto²¹ já existia e vivia-se da lavoura para sobreviver e muita caça”*. Ele se refere ao ano 1937, quando sua família se instalou na comunidade, época da recente instalação da Gleba Inglês de Souza.

A divisão da comunidade do Maxirá, segundo seu ex-presidente, foi realizada pelos padres em 1975, com o intuito de facilitar a realização das missas e deu origem as duas comunidades o Maxirá e o Maxirazinho. A origem do nome, segundo alguns moradores, está ligada a um de seus fundadores e maior proprietário, chamado de Manoel Maxirá. A região foi loteada com a implantação das áreas de colonização.

Seus moradores têm relações de parentesco, próximos ou distantes, e formam cerca de cinco núcleos familiares, cada um representado por moradores antigos e seus descendentes. Houve intensa venda de posses nestas comunidades em função da criação de outros assentamentos próximos, que foram utilizados para expandir do rebanho bovino, com a implantação dos de pastos. Essas duas comunidades estão localizadas próximas às estradas que dão acesso as comunidades de Lages e Ererê, a CANP e a PA-254 que liga Monte Alegre a Prainha, facilitando o acesso dos moradores destas comunidades às outras colônias. Atualmente está ocorrendo uma nova divisão para formar a comunidade do Maxirá 2, em função da formação e legalização da associação, da divisão de núcleos familiares e de conflitos políticos, causados pelo pleito eleitoral de 2006, durante a eleição de novos vereadores para o município. As principais atividades econômicas são a pecuária e a agricultura de subsistência como plantio de mandioca e milho.

²¹ Denominação local para a área de Cerrado.



Figura 9: Comunitários de Ererê, Maxirá, Lages, Santana e Paytuna: a) Núcleo Familiar Ererê; b) Família do Maxirá fazendo farinha; c) Adolescente e conserto da rede de pesca em Lages; d) Moradia local; e) Trabalho feminino Santana ; f) Crianças no banho e divertimento Paytuna.

Nas comunidades de Paytuna e Santana a divisão de limites entre as comunidades é confusa tanto para os moradores, como também é a história da divisão e formação das comunidades. Segundo eles, a divisão foi realizada pelos vereadores conhecidos como Edilson Andrade, “filho” do Paytuna, e Toca que “queria entrar pra conseguir votos”. As famílias: Valente e Andrade dominam a região e todos os seus representantes são posseiros.

A família dos Andrade é reconhecida como a dos grandes comerciantes e regatões da região no passado. Compravam a produção de banana, pirarucu, mandioca e farinha. Ainda, hoje, a “estrada dos andrades”, caminho utilizado pelos produtores que atravessa o Parque para chegar até o barracão comercial da família, é reconhecida pelos moradores locais. Os mais jovens classificam a comunidade de Santana como um “bairro” de Paytuna²², por essa ser a comunidade mais antiga. As posses são herdadas pelos filhos quando estes se casam e então ocupam outras partes do terreno da família. Não há conflitos por terras e posses nessa comunidade.

No levantamento fundiário realizado para o plano de manejo do Parque, não foi encontrado nenhum registro em cartório atestando as posses. A maioria dos moradores da comunidade do Paytuna e Santana afirma que seus terrenos se estendem pelo PEMA limitando-se aos fundos com a Serra Ererê. Os atuais moradores são descendentes dos dois núcleos formadores das comunidades e muitos alegaram ser herdeiros dos Andrade. Alguns não possuem os documentos originais, alegam ter perdido ou estes terem se estragado com o tempo.

Na comunidade de Santana, as famílias descendem do tronco dos Valente, e sua origem é antiga. Segundo um dos moradores mais idosos, que afirma que sempre existiu a comunidade “desde que eu me entendi, o meu avó já contava estórias do lugar, o finado Antonio Valente era o maior proprietário”. Uma possibilidade provável a partir deste relato, é que a comunidade de Santana tenha surgido ainda no século XIX. Os moradores de Santana se mudam para a várzea no período da baixa de água (de novembro até fevereiro), onde constroem e habitam casas temporárias para o período do verão cuidando do gado e da pesca e alguns moradores cultivam produtos como o feijão e melancia.

A área dos moradores da comunidade de Lages está em conflito desde a década de 1990, quando os atuais moradores reivindicaram e ocuparam as terras, que segundo eles lhes pertence “desde os tempos dos antigos”. Nessa região, o domínio das terras está nas mãos da família dos Palmeiras, que segundo seu patriarca foi comprada de herdeiros

²² O município é dividido em oito regiões administrativas, a partir de fatores como densidade demográfica, atividade econômica e vias de comunicação. A região Paytuna abarca cerca de 20 comunidades.

parentes. As terras são distribuídas entre os irmãos, filhos e outros que chegam pedindo área para plantar e tem algum vínculo de parentesco, mesmo que distante.

O conflito de disputa de terras foi entre parentes e herdeiros e segundo o levantamento fundiário realizado há conflito de terras entre o Sr. Luiz e o Sr. Pedro que reclamam a posse da mesma área. Contudo, a escritura do Sr. Luiz indica uma área diferente daquela identificada na escritura do Sr. Pedro. Em litígio judicial foi sentenciado que a área reclamada pelo Sr. Pedro é verdadeiramente de propriedade do Sr. Luiz, mas até o momento esta decisão não está averbada em cartório (BARROS, 2006). Os mais antigos descrevem a região como área de fartura e muito plantio, além das formas de ocupação pelos herdeiros:

“quando nós entramos aqui, aqui tudo era mata, era um lugar esquisito, tinha aquelas varedinhas, aí devagar nos fumos abrindo mais e colocando roçado, tiramos muita safra, muita lavoura isso nós tivemos, muito milho, arroz, feijão, tivemos muita fartura, aí foi o tempo que as terras foram fracassando, já entrou os filhos, os netos, todos trabalhando aí”. Sr. Luiz, em entrevista dia 6/03/2006.

A formação da comunidade é descrita pelos moradores, como oriunda no ano de 1970, quando foi construída a escola e a professora foi designada como representante da comunidade, “começamos a formar uma comunidade, aí ela fez a programação da estrada”. Até então os moradores de Lages viviam isolados, praticavam a agricultura nas terras-firmes e se mudavam para a várzea no período de seca. A comunidade saiu da invisibilidade com a criação da escola e a abertura da estrada.

Na comunidade do Ererê, a distribuição de terras é diferenciada das demais, pois segundo seus moradores (Figura 10), há seis categorias de posse de terra na região que são, segundo seus próprios termos, as seguintes:

- (1) área de proprietários- moradores que possuem os títulos das terras;
- (2) área dos herdeiros: formada pelos que tem a herança da terra que ainda não foi inventariada e possuem título;
- (3) área do Incra: lotes demarcados da Gleba Inglês de Souza;
- (4) área patrimonial: área doada pelos proprietários herdeiros para instalação das casas dos moradores e formação da vila;
- (5) área do governo: área de terra doada pelo governo municipal para o plantio dos moradores da vila; e
- (6) resto de terra: pequenas áreas que não estão inseridas em nenhuma das categorias, por provavelmente por erros de demarcação e/ ou marcação dos terrenos.

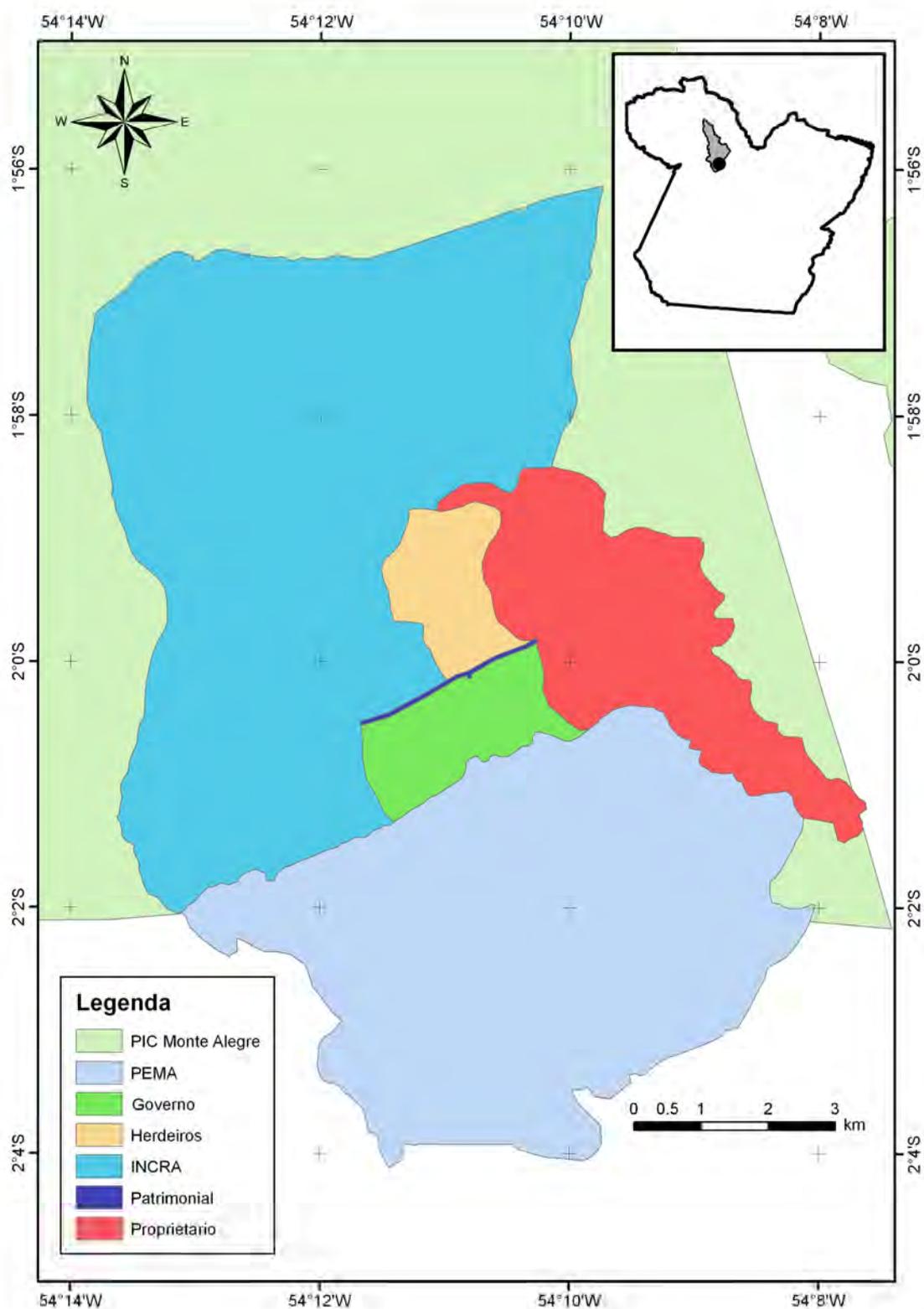


Figura 10 - Localização das categorias fundiárias da comunidade do Ererê. Mapa elaborado de acordo com a base do Incri e na delimitação descrita pelos moradores da comunidade, para as áreas denominadas patrimonial, herdeiros e governo.

O acesso à comunidade do Ererê se dá pela estrada que foi aberta na década de 1940 em direção oeste da cidade de Monte Alegre. Após sua abertura, a prefeitura colocou um funcionário com um barco para levar os pedestres de uma margem a outra no igarapé Ererê e igarapé da Cachoeirinha, para então seguirem para a cidade. Essas áreas não são utilizadas, atualmente. O acesso agora é feito pela estrada que corta o local conhecido como desterro, área de retirada de pedras e seixos.

Os fazendeiros da região estão representados pelas famílias do Arinos Costa, Ademar Chaves, Ernani Chaves, Mario Costa que mantêm grandes áreas terras com fazendas de gado. Estes são conhecidos como proprietários. Há muitos desencontros entre os relatos históricos dos moradores mais antigos e os documentos e publicações sobre a ocupação da região e a formação da área patrimonial e do governo. A área do patrimônio é assim explicada pelo presidente da comunidade:

“foi pelos herdeiros, os primeiros comunitários - já morreram - fizeram um acordo: eles adoavam essa área, que vai lá desde o igarapezinho do Beraca até lá no igarapezinho da ponte, isso foi passado no papel, na escritura, o estado propôs então doar uma área do estado, e pôs uma cerca e ficou para a colônia dos pessoal do patrimônio”. Sr. Arnaldo, morador do Ererê, um dos herdeiros. Entrevista em 29/04/2006.

As áreas denominadas de patrimônio correspondem à área núcleo da comunidade. Juridicamente a área patrimonial corresponde, segundo Barros (2006), a extensão territorial de 28.813 ha, cujo título de legitimação de posse de nº. 14, expedido em favor do Município de Monte Alegre em 1887, foi registrado do pelo Instituto de Terras do Estado do Pará. São as terras do estado que foram doadas ao município. Vale ressaltar que no documento de escritura dos moradores, que são herdeiros dos antigos proprietários, está descrita a doação de parte das terras desses proprietários para a comunidade.

No relato dos antigos moradores do Ererê, essa doação de terras pelos herdeiros está ligada à festa do santo padroeiro da comunidade, o Santo Antônio, comemorado em junho. Segundo os moradores, o santo foi encontrado por caçadores na década de 1910, em cima de uma pedra, onde hoje é erguido o mastro por ocasião das festividades em comemoração ao santo²³. O Santo foi retirado da pedra e levado para casa de oração já existente na comunidade, mas logo voltava para o local onde tinha sido encontrado. Por causa disso, uma nova igreja foi construída no local mais próximo de onde o Santo foi encontrado. Desde que o Santo Antônio passou a ser o padroeiro da comunidade, uma pessoa moradora da comunidade se dedica a zelar pelo Santo, ou seja, cuidar de sua manutenção e das

²³ Essas informações já foram repassadas aos moradores atuais pelos familiares e outros moradores ainda mais antigos.

atividades da igreja. Essa atividade ficava sob a responsabilidade do zelador enquanto vida ele tivesse.

A área, hoje denominada patrimonial, segundo os moradores mais antigos, foi doada pela dona Antonica Costa,²⁴ que possuía a maior propriedade de terra na localidade de nome São Manoel, para o Santo Antonio (padroeiro). Por ser uma área de uso comum, várias famílias fixaram residência, dando origem à Vila do Ererê.

A versão dos moradores remete ao período de ocupação do município e à chegada dos migrantes espanhóis e italianos que, segundo Santos (1980), fixaram-se próximo ao Ererê. Rodrigues (1875 apud SANTOS, 1980) menciona que havia missas e ladainhas em latim no lugar chamado Ererê, cantadas pelo índio Liberato “acompanhado em coro por todo o canto das índias era correto”. Nesse lugar havia uma capela construída pelo espanhol de nome Murrieta no início do século XIX, em louvor a Santo Antonio. Na época foi constituída uma Irmandade, que dava assistência aos associados.

Segundo os antigos moradores da comunidade, havia na região um engenho de propriedade do Coronel José Trajano de Almeida, que recrutava mão-de-obra nas localidades próximas. Outros moradores citam que o engenho pertencia à família Uchoa, que possuía ainda muito gado. No entanto, segundo Lins (s/data), a vila do Ererê é citada por Ferreira Pena (1868), descrevendo a igreja e o engenho construídos pelo D. Manoel Oneti. A comunidade do Ererê, por sua produção e importância econômica, chegou à categoria de Freguesia, ainda, ao final do século XIX.

As áreas do Incra estão incluídas na Gleba Inglês de Souza que atingem parte da área da comunidade. Muitos dos atuais moradores possuem lotes na gleba e moram na vila do Ererê. Alguns lotes ainda estão com a mata nativa e outros são utilizados para a agricultura, especialmente para o cultivo de mandioca. Os chamados restos de terra são, em geral, utilizados por grupos que não possuem nenhuma área e são motivo de disputa por donos de lotes e dos que possuem terrenos.

A questão fundiária suscita a muitas estórias e histórias sobre a ocupação da área pelas comunidades. É claro que a posse da terra, está ligada à história cultural de cada comunidade e das diferentes gerações que a ocuparam. Ainda que, atualmente, os conflitos sejam menores no sentido de serem resolvidos entre famílias, há no futuro possibilidades de conflitos pela posse da terra e/ ou pela indenização nas áreas perdidas para o parque.

²⁴ Dona Antonica é a matriarca do núcleo Arinos Costa, fazendeiros locais.

8.3.4.2 População

Segundo dados da contagem populacional do IBGE, do ano de 2000, o município de Monte Alegre possuía um total de 61.372 habitantes, sendo que 40.413 encontravam-se na área rural. A população de Monte Alegre apresenta duas características marcantes: uma população jovem com idade até 14 anos e um maior contingente populacional do sexo masculino. A maioria desses jovens vive na área rural do município, onde dos 40.413 habitantes, 21.847 são homens e 18.566 são mulheres com idades entre 0-14 anos.

Na pesquisa de campo, realizada em 2001, foi verificada a presença muito maior de homens do que de mulheres. Segundo justificativa dos moradores locais, a diferença seria causada pelo nascimento de um número maior de crianças do sexo masculino e principalmente pela migração das suas filhas adolescentes que vão à cidade para estudar, trabalhar como domésticas ou porque casam e vão embora morar em outras comunidades.

A população pode ser considerada jovem, uma vez que 46% do total de comunitários são crianças e adolescentes. Estão em idade produtiva, pois as crianças a partir de 8 anos já vão trabalhar nas atividades da família como a roça, a pesca, pecuária ou extrativismo. Há baixa incidência de idosos nas comunidades, menos de 10% dos entrevistados (Figura 11).

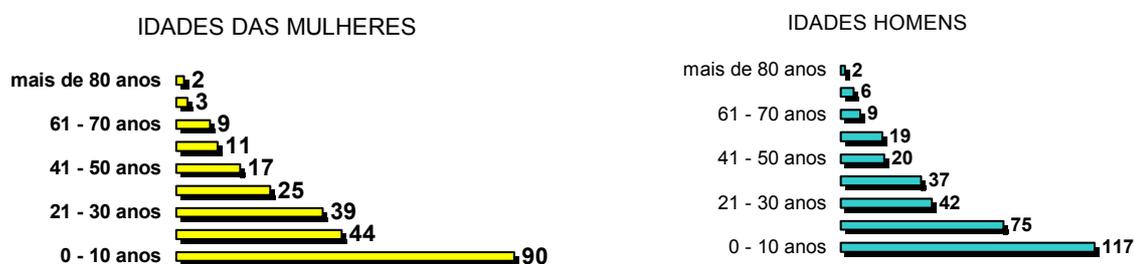


Figura 11 - Distribuição da população por faixa etária em 2001 – Comunidades do entorno do Pema (total da população entrevistada N=228). Fonte: Oliveira et al., 2001.

No quesito educacional, as comunidades do entorno não são mais privilegiadas que outras da Amazônia: os prédios das escolas são precários, não possuem água encanada, há ausência de professores com segundo grau completo e a merenda escolar é sempre ausente. Os estudos realizados na região (OLIVEIRA et al., 2001), em todas as comunidades do entorno, mostram que 75 %²⁵ dos moradores completou ou está cursando o Ensino Fundamental até a 4ª série primária. O analfabetismo atinge 15 % dos moradores

²⁵ Foram entrevistadas 114 famílias em 2001. Correspondendo a 50% do número de moradias em cada comunidade.

de mais de 45 anos. Entre os moradores com 30-40 anos de idade, cerca 4% assinam somente o nome, e 3% declararam ler precariamente (OLIVEIRA et al. 2001).

O município conta com 5.234 beneficiários do programa bolsa família do Governo Federal. Nas comunidades do entorno, das 116 famílias entrevistadas em 2006, 77 declararam receber o benefício. No estudo realizado em 2001, das 114 famílias entrevistadas, apenas cinco declaram receber o benefício (Ministério da Saúde, 2006).

Nas comunidades, obter documentação civil não é uma dificuldade. Os moradores possuem documentos, sejam eles: a Certidão de Nascimento, a Carteira de Identidade, o CPF, a Carteira de Trabalho ou o Título de eleitor. Ter esses documentos não é necessariamente um aspecto relacionado à cidadania, mas sim uma exigência para quem vai começar a estudar ou para quem vai procurar algum tipo de benefício. Em geral, esses documentos são obtidos via organizações, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) ou nas Colônias de Pesca, como a Z-11 ou ainda via Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Educação.

A maioria da população, representada por 72% das famílias entrevistadas (n=114), nasceu nas próprias comunidades de Ererê, Maxirá, Lages, ou Paytuna ou Santana. Outros provêm de comunidades próximas como Bacabalzinho, Cuçaru, São Felipe, Maturupi etc. Há presença de pessoas de outros Estados como Rio Grande do Sul, Paraíba, Maranhão, são pessoas que foram comprar terras nas áreas para investir na agricultura ou pecuária.

Esses dados permitem afirmar que muitos dos moradores atuais são descendentes das famílias que se estabeleceram na área por ocasião das migrações. Quando questionados sobre a origem de seus avós, muitos moradores afirmaram “que vieram do Ceará” ou ainda “eram soldados da borracha”. Há ainda estórias sobre a descendência “estrangeira” como os representantes da família Bruni que viveram no Ererê, e os representantes da família Uchoa que viveram nas comunidades do Ererê e Maxirá.

As casas nas comunidades não possuem saneamento. Seguem um padrão de construção habitacional que tem um formato de “cumieira” (parte mais alta do telhado com forma de cume). São construídas com palha, madeira, algumas são de alvenaria. Em geral, o material para construção das casas é oriundo das áreas com vegetação próximas às comunidades e da área denominada Ilha Grande, no interior do parque estadual.

Os quintais ou terreiros, denominados por eles como a área que circunscreve a casa, são os locais onde está construído o sanitário, o banheiro, o poço, a casa de farinha, o galinheiro, o jirau, e em algumas moradias uma pequena horta, onde são cultivadas as plantas de remédio e hortaliças. Nos quintais estão plantadas fruteiras em geral espécies nativas do cerrado como o caju e plantas úteis como as cuieiras. Usualmente é mantido

“limpo” deixando poucas plantas ao redor da casa, o que segundo os moradores impede a entrada de animais peçonhentos, com cobras e aranhas. A limpeza do quintal costuma ser mais freqüente no período do verão pela facilidade para se queimar as folhas e outros dejetos.

As casas possuem de dois a três cômodos, sala, um quarto e cozinha. A mobília pouco varia, constando de bancos, mesa, redes, cama de casal, fogão a gás, e fogão a lenha. Quanto aos bens adquiridos, as diferenças se dão em função do poder aquisitivo dos familiares, e das atividades econômicas. Casais mais velhos e aposentados têm maior número de produtos industrializados que os jovens casais. Os agricultores priorizam a compra de motores para as casas de farinha e os pescadores de canoas, motores de barcos, baterias e máquinas de costura. Além disso, a energia elétrica é motivo para aquisição de bens como televisão, geladeira, freezer, liquidificadores. Vale destacar que a chegada da energia elétrica na comunidade do Ererê no final de 2005, desencadeou a compra dos bens citados, em prazos muito curtos. No ano de 2006, mais de 80% dos moradores já possuíam pelo menos a televisão e a geladeira.

Cada comunidade comemora o seu santo padroeiro, com festas em diferentes épocas do ano. Em geral, as festas são realizadas nos barracões comunitários e organizadas pelo festeiro²⁶. Em Maxirá e Santana, não foi relatada festas de santo.

Na comunidade de Lages, o santo padroeiro é o Espírito Santo, também comemorado no mês de janeiro. São rezadas as missas e feitos os pedidos ao Santo. Na comunidade do Paytuna, as festas giram em torno do padroeiro São Roque, no mês de julho, que segundo alguns moradores mais antigos “era mais festejado no passado, quando o patriarca dos Andrade, tinha barracão”. Atualmente ainda é organizado pelos Andrade, porém com menos expressão e atração.

Na comunidade do Ererê, o santo padroeiro é o Santo Antônio, e as comemorações se iniciam no primeiro dia de junho e têm duração de 13 dias. Os festejos são conhecidos na cidade e em outras comunidades, atraindo moradores de outros locais. A festa é antiga e descrita por Almeida (1979) como um dos “acontecimentos” do município, com danças de três dias e três noites de duração, comidas e bebidas, oferecidas aos participantes pela “protetora” da imagem do santo. A festa comemora também o início da colheita do verão, a safra de produtos agrícolas a ser plantada.

Dois mastros de madeira (o mastro das mulheres e o mastro dos homens) são erguidos em louvor ao santo no primeiro dia da festa e derrubados no último dia. Nos

²⁶ Pessoa da comunidade ou não que promove a festa. São as pessoas que querem pagar promessa administrando a festa. Ficam responsáveis pela organização e pela busca de patrocínio para os músicos, bebida, atrações etc.

mastros são amarrados os produtos que se deseja ter garantia de produção como as frutas, produtos de subsistência e comercialização. Destaque para o mastro das mulheres, onde são pendurados pedidos de casamentos e outros pedidos amarrados com fitas coloridas. No último dia da festa, que é o dia do santo no calendário, há a disputa entre os que desejam ser o festeiro do próximo ano. Cada um dos candidatos a festeiro dá uma machadada no mastro. Aquele que derruba o mastro é o festeiro do próximo ano.

8.3.4.3 A infra-estrutura das comunidades

O acesso às comunidades do Ererê e Maxirá é feito pela estrada vicinal que parte da cidade, e da comunidade do Maxirá há estradas para outras colônias. O acesso à cidade pelos moradores de Lages, Paytuna e Santana é por via fluvial, descendo o igarapé do Ererê até o lago Paytuna e o rio Gurupatuba, ou pela estrada recém aberta pela prefeitura, que atravessa o Parque. As estradas são precárias, o que dificulta o escoamento dos produtos para a comercialização, feita em quase sua totalidade na sede do município.

Um posto de saúde existe nas comunidades de Maxirá e Paytuna. Agentes de saúde há em todas as comunidades, exceto em Lages que é atendida pelo agente de saúde do Paytuna. Segundo o presidente da comunidade de Lages o fato tem gerado conflitos, pois, a agente de saúde (funcionária da prefeitura) deveria visitar os moradores de Lages e cuidar deles. Mas segundo o presidente, esta só aparece quando tem que “pegar minha assinatura para receber o salário dela na prefeitura, já fizemos reclamação, mas, ela é minha sobrinha e com parente não se deve brigar”, revelando a estreita relação de parentesco entre as comunidades e a negação e entendimento dos direitos cidadãos.

Todas as comunidades possuem escolas. Estas são mantidas pela prefeitura, e oferecem Ensino Fundamental até a 4ª série. Os professores são funcionários da prefeitura e possuem até o Ensino Médio completo, com exceção do professor do Ererê, que se formou recentemente em pedagogia. As comunidades possuem igrejas: católica e evangélica, barracão comunitário e barracão da igreja.

8.3.4.4 As principais atividades de produção

Como em quase toda Região, a maioria dos moradores tem na agricultura sua principal atividade econômica e cultivam para subsistência, basicamente milho, feijão, arroz e mandioca, que ainda é praticada sem a utilização de instrumentos como arados ou

tratores. A agricultura é familiar e é uma das alternativas mais importantes para as comunidades. A mandioca é um dos produtos mais plantados pelos comunitários, sendo utilizada para fazer principalmente a farinha. Eles produzem também o tucupi, a farinha de tapioca, as gomas, que são consumidos e/ ou comercializados quando excedente.

A pecuária também é praticada pelas comunidades do entorno, onde a criação do gado tem um significado muito importante para os moradores: o de poupança. Ter gado é uma garantia de ter dinheiro para uma necessidade imediata ou futura. O gado também é utilizado para presentear os filhos ou filhas que se casam, a fim de que possam contar com um recurso imediato.

A principal atividade econômica dos moradores de Lages, Paytuna e Santana é a pesca, seguida da atividade de roça e pecuária que é praticada por poucos moradores. Em Santana, todos os moradores vivem somente da pesca.

A comunidade do Ererê vive basicamente da agricultura, do extrativismo e da pecuária. O método de preparo da área para o plantio continua sendo o tradicional: broca, derruba, queima e coivaramento. Não dispõem de nenhum tipo de insumo, como sementes melhoradas e de novas práticas culturais, nem assistência técnica. Cultivam mandioca e milho. Do extrativismo, o principal produto extraído é o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o açai (*Euterpe oleracea*).

Muitos moradores afirmam que gostariam de cultivar outras culturas ou as mesmas que já cultivam, mas com novas tecnologias, uma das mais citadas foi a mecanização agrícola, a exemplo da utilizada pelos “gaúchos” que chegaram à região a partir do ano de 2003, em busca de terras para o plantio da soja. Além da agricultura e pesca, outras atividades promovem o sustento das famílias. Alguns moradores são empregados como diaristas e vaqueiros, outros têm pequenos comércios ou são funcionários públicos.

8.3.4.5 As associações locais

Nas comunidades quando perguntado aos moradores se participam de alguma organização, mais de 50% deles responderam que estavam envolvidos em alguma organização, esteja ela legalizada ou não. Além da Associação Comunitária, as outras formas de organização social, citadas pelos moradores das comunidades foram: clubes de futebol, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) e a Colônia de Pesca, Z-11 na Cidade de Monte Alegre.

Cada comunidade possui seu presidente, que é o representante da comunidade perante a Prefeitura de Monte Alegre e foram nomeados pelo prefeito. Esse presidente é responsável, entre outras coisas, por manter a “paz” na comunidade, a ordem e levar para a prefeitura as demandas locais.

São os presidentes das comunidades quem determinam a área de instalação da moradia e plantio para os novos moradores. Eles também são responsáveis pela resolução de conflitos em primeira instância: esses conflitos estão associados à invasão nos cultivos para plantios por animais de outros, invasão de terrenos e brigas por áreas para plantio.

Em caso de uma maior dificuldade para a solução dos conflitos o caso é então encaminhado para o INCRA ou para a delegacia na cidade de Monte Alegre. Não há, em nenhuma das comunidades, um período certo para as votações e escolha de um novo presidente, que parecem ter cargos vitalícios. Nas comunidades do Ererê, Lages e Maxirá os presidentes já estão pelo menos há dez anos na função.

As comunidades são também representadas na prefeitura por seus vereadores. Esses vereadores, quando não são originários da comunidade como no caso de Paytuna, ou possuem parentes que vivem na comunidade como em Ererê ou buscam apoio junto aos moradores e retribuem em forma de alguma obra ou auxílio social.

Das comunidades do entorno, a única que não possui organização juridicamente formada é a comunidade do Paytuna. A família Andrade é ainda quem domina a região, estando nas mãos de seus representantes a presidência da comunidade, a escola e o posto de saúde. O conflito identificado é de poder em função do representante da comunidade, o vereador Edílson: “dominar a comunidade e não fazer nada por ela”.

No ano de 2005, em decorrência da seca que atingiu a Amazônia, os moradores formaram um mutirão para elaborar um acordo de pesca, visando a proteger os peixes do lago próximo a sua área de uso e proibir o uso dos lagos para os pescadores “de fora”. Acompanharam essas medidas de proteção de providencias técnicas, fazendo remanejo de peixes, principalmente dos filhotes para outras áreas mais profundas. Segundo o professor Gonzaga, atual presidente da comunidade, houve a partir deste evento um inicio de discussão para formação da Associação que esbarrou no processo jurídico para o pagamento do CNPJ.

Vale destacar que, em 2001, os moradores das comunidades do entorno foram convidados para uma reunião na cidade. Essa reunião teve como propósito discutir a participação destas comunidades nos projetos a serem apresentados junto ao FNMA. Na ocasião, os moradores do Paytuna foram representados pelo vereador Edílson Andrade. Isso retrata o poder ainda exercido pela família Andrade na comunidade.

A Associação de Desenvolvimento de Santana ADESAN foi fundada no ano de 2001 e possui 49 sócios. O candidato a vereador Toca foi quem apoiou a criação da associação em troca de votos e pagando os custos jurídicos cartoriais. Segundo os moradores, a idéia inicial era formar uma única associação junto com os moradores do Paytuna, que foi descartada pelo candidato Edilson. Para os moradores de Santana, no *“Paytuna as pessoas são umas diferentes das outras”* explicando porque não funciona a organização da comunidade.

Na comunidade do Ererê, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Ererê (Asprore) foi juridicamente formada, no ano de 2001, com o apoio da vereadora Rosinha Maranhão, que têm parentes morando na comunidade. A associação foi constituída nos moldes das demais associações existentes, com estatuto e cargos administrativos. Possui 20 sócios e é pouco atuante na comunidade. Segundo alguns moradores, a criação da associação aconteceu de forma rápida e sem muitas explicações:

“foi uma reunião rápida, de uma hora, a D.Rosinha, chegou, mandou todo mundo reunir no barracão e disse que a comunidade precisava ter uma Associação e perguntou quem queria ser o presidente. Alguns se candidataram o seu Beque, o seu Pretinho e ela escolheram primeiro o Beque, depois ficou o Pretinho, porque sabia ler. Então todo mundo assinou o documento que criava a associação e ela falou que pagava os custos.” Marcione, Moradora do Ererê, contando como foi a criação da Associação no Ererê.

Na comunidade de Lages, provavelmente pela sua história de formação, a organização social de seus moradores teve como base a instalação da escola. A idéia de associação foi instituída há cerca de dez anos, quando da chegada da atual professora, que segundo ela, “aqui era tudo quase pagão, não rezavam, faltava à casa de Deus”. A igreja tem forte influência na comunidade de Lages, muito provavelmente em função dos acontecimentos para a garantia das terras. Os catequistas são também os que fazem os cultos.

Atualmente estão construindo o barracão comunitário com o apoio do vereador Toca que foi também o mentor da formação da Associação Comunitária em 2001. Em entrevista realizada com o presidente da comunidade de Lages, Sr. Luiz, ele descreve a formação da Associação Comunitária e a relação estabelecida com os políticos locais.

“aqui nessa comunidade, quem alevantou ela foi o Toca. No principio foi a professora Ismênia, ela trouxe a estrada e se candidatou e não ganhou , o Toca andou pertinho e ela jogou os votos dela pro Toca, ele se elegeu. Aí ele mandou marcar uma reunião e já trouxe o estatuto da associação prontinho, e leu tudinho- agora vamos trabalhar nessa associação e meteu a cara [...] ele ajudou discunforme, começou esse barracão, mas foi tempo de eleição ele não teve competência e perdeu então tá parado.” Sr. Luiz, 75 anos, presidente da comunidade de Lages. Entrevista em 7/03/2006.

A Associação de Desenvolvimento Sustentável de Lages (Aslages) é reconhecida pela comunidade e bastante ativa. Os sócios participam das reuniões e assembléias, contribuem com a mensalidade e estão em contato com o STR e com a Emater em busca de assistência técnica e outros serviços. O presidente da associação é o mesmo desde a época de sua criação e foi nomeado pelo presidente da comunidade, de quem é genro. Recentemente, alguns moradores da comunidade de Lages adquiriram financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para cultivo de urucum e manejo de gado. A Associação dos moradores foi intermediária com o Banco da Amazônia para a inclusão de seus moradores no Programa.

Muitos moradores da comunidade de Lages que atuam na pesca são associados da Colônia de pesca (Z-11). Por meio da Z-11 é possível conseguir documentação e financiamentos, além de garantir o seguro desemprego no período do defeso. A Z-11 não tem outra atuação na comunidade.

Em Maxirá e Maxirazinho, a formação das associações não foi distinta das demais. Em Maxirá, ainda em 2001, a associação foi criada também com a presença do vereador Toca. No Maxirá, a família do presidente da comunidade, não apoiou a manutenção da Associação e esta não se concretizou imediatamente. Houve uma forte disputa pelo poder frente à Associação e assim foi criado o clube de futebol. O clube de futebol nestas duas comunidades, além de responsável pelo lazer, tem força política, pois representa a comunidade nas reuniões junto à prefeitura.

Em 2004, a comunidade tentou articular a formação de uma nova associação, que também não vingou. No ano eleitoral houve uma corrida por votos de candidatos locais a deputados estaduais. No Maxirá e Maxirazinho, o apoio para a estruturação da associação, nos moldes do já aplicado nas demais comunidades é introduzido pelo candidato a deputado estadual do município de Prainha. O apoio à estruturação da associação ganha espaço entre os moradores pela oferta de construção e financiamento para produção de casas comunitárias de fabricação de farinha. A formação da associação se configura, visando uma futura transformação em cooperativa, voltada para o mercado consumidor de farinha. Nas palavras do morador de Maxirá: “a terra da mandioca é aqui”, referindo-se à principal atividade da comunidade e à qualidade do produto.

As demais formas de organização existentes dentro das comunidades como o clube de futebol, são criados em função dos times e pode ter mais de um clube em cada comunidade. Como é o caso do Ererê e Maxirá. Embora os clubes tenham o apoio de vereadores, estes têm lideranças próprias, quase particulares sendo as pessoas que os representam chamados na comunidade como “o dono do Clube”. Os clubes têm função meramente de lazer. Os participantes são em geral os jogadores, e estes recebem seus

uniformes do dono do clube e têm como obrigação manter o campo de futebol. Os donos do clube são os responsáveis por conseguir transporte para seus jogadores nos períodos de campeonatos, que em geral coincidem com os festejos pelas comunidades.

O grupo catequista é formado com o apoio da igreja e liderado por um membro da comunidade que tem boa relação com os párocos. Seus componentes têm como função evangelizar as crianças da comunidade, manter a igreja e realizar os cultos dominicais. São responsáveis pelos velórios e enterros da comunidade.

Na comunidade do Ererê há disputa de poder entre a associação e os catequistas, principalmente para a realização das festas do santo e para as tomadas de decisão sobre o uso da área patrimonial da comunidade. Em geral, nas comunidades, a representatividade das associações comunitárias, perante os moradores das comunidades, é fraca. Existem conflitos de poder em relação às eleições das diretorias, com disputas acirradas entre os grupos familiares e disputas pelo gerenciamento de projetos externos.

8.3.4.6 A visão do Pema pelos moradores

Para os moradores das comunidades do entorno, o Pema pode representar mudanças na vida de alguns ou muitos conflitos para outros. Sobre o parque, os moradores de Santana: “não tem muito a dizer, participaram de uma reunião em Paytuna organizada pelo professor Gonzaga, que disse que vão construir esse parque aí, ninguém vem pra cá”. Para os moradores de Santana: “o que estraga é a proibição, porque cultivavam muita madeira na Ilha Grande”; para outros o Parque: “não reconhecia nossa comunidade, não citavam nossa comunidade”; e outros acreditam que: “o parque poderia melhorar a vida deles”.

O conflito da comunidade do Ererê com a área do Parque está na chamada área do governo. Essa área, utilizada por moradores da vila para plantio de mandioca e pasto é, em geral, herdada de seus parentes. Segundo Sr. Arnaldo, a distribuição das áreas nas terras do governo são tratadas como uma espécie de herança “se meu pai trabalhou aqui dez anos, essa área que meu pai trabalhou eu tenho direito de ficar com ela para trabalhar, para cultivar”. A quantidade de área a ser cultivada por família na área do Estado é autorizada pelo presidente da comunidade, que segundo os moradores, é de três tarefas²⁷, ou o quanto agüentasse o que não podia era deixar a terra estragar. Kusters et al(2007) afirmam que a atividade de plantar em terras que não são oficialmente de sua propriedade é um sinal de posse desse patrimônio e se estabelece o início de uma possível negociação com o estado.

²⁷ Uma tarefa equivale a uma área de 25 m x 25 m.

Como não há documentos de comprovação, o pertencimento das áreas é reconhecido pelos moradores da comunidade e os espaços são ocupados para roçados e pastos. É nessa área que está situada a fronteira com o Parque, o “pé da Serra”, área considerada ainda produtiva. As cercas estão presentes nas áreas de pasto para evitar o conflito com animais soltos que invadem os plantios de milho e mandioca.

Em entrevista com um dos moradores que utilizam a área do governo para o plantio, o maior problema, em relação ao Parque, está no estrago que os animais, como caititu e macacos fazem à plantação e como o prejuízo causado por esses animais poderá ser resolvido.

Para muitos moradores, a área do Parque não é do Estado e sim de proprietários uma vez que, “todos os terrenos dão de fundo para as serras”. Segundo o relatório fundiário (BARROS, 2006), elaborado para o plano de manejo, cerca de cinquenta famílias, das comunidades de Lages, Paytuna e Santana, detêm posses na área do Pema e as terras reivindicadas pelos moradores não podem ser totalmente comprovadas juridicamente, em face da não existência de documentos comprobatórios como as escrituras e os títulos que pertenciam aos avós e pais.

9 COMO O TERRITÓRIO É VIVIDO E PENSADO

“O que Deus deixou não se acaba, mas fica escurraçado”
Seu Raimundo (53anos)-comunidade de Santana.

A relação estabelecida entre as populações locais no entorno do Pema como os ecossistemas revela conhecimento íntimo, mas diferenciado com o cerrado e as suas múltiplas utilizações.

As formas de apreensão de recursos naturais por parte dos moradores, ao longo do tempo e no presente, podem ser compreendidas como a transmissão da informação e do conhecimento em conjunção com os padrões de relações materiais com o ambiente. O território comporta múltiplas dimensões: simbólica, jurídica e territorial, ancoradas em um espaço geográfico, onde um grupo encontra e estabelece suas condições de sobrevivência.

Para Tuan (1983), o espaço configura-se como porções de ambientes terrestres passíveis de serem transformados em lugar, mediante o trabalho do homem em relação ao uso, ocupação e significação social, isto é, os espaços que vão sendo ocupados por um grupo social são decodificados e recebem qualificadores e significados advindos de sua cultura. Assim, este território pode ser compreendido como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais), que é apropriado (ou ocupado) por um grupo social que, por sua vez, alicerça raízes e uma identidade com esse espaço (SOUZA, 2003).

A relação de populações com o território, como um elemento fundamental na cultura tradicional, é definida como uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos naturais existentes (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

9.1 OS RECORTES DO TERRITÓRIO

As populações do entorno combinam as seguintes atividades produtivas agricultura, criação de animais e pesca. A ocupação de seus territórios se estende por várias gerações, muito e modo discreto aconteça de alguns moradores individualmente deslocarem-se para centros urbanos e, posteriormente, voltarem para o território de seus antepassados.

Nas comunidades do entorno esse deslocamento ocorre mais entre as mulheres que saem das comunidades em busca de trabalhos ou estudos. Os casais mais idosos deslocam-se para cidade para tratamento de saúde ou em busca de uma vida “menos

pesada”. É maior a saída dos moradores idosos quando os dois recebem aposentadoria. No Ererê com a instalação da energia elétrica, houve um retorno de moradores mais antigos para as residências e espaços que ocupavam e em que viviam anteriormente.

Cada uma das comunidades que vivem no entorno do Pema faz parte de um sistema ecológico, territórios em referência aos quais se definem. Essas comunidades, de um modo geral, constituíram ligações afetivas de interatividade com esses territórios, baseadas na necessidade pautada em no uso cotidiano, de acordo com a oferta sazonal de seus recursos.

As planícies de várzea e as serras, o cerrado e a mata de terra firme, florestas e campos na várzea, são os ecossistemas da região do entorno do Pema com perfis variáveis decorrentes da sazonalidade de cheia e vazante dos rios, inundações das planícies de várzea, além da renovação do pasto nativo nas chuvas.

No período de seca, os rebanhos são transferidos da terra-firme para a várzea. Essa movimentação também acontece com os moradores que vivem nas proximidades da várzea e que não criam gado, como em Santana. As famílias de pescadores se movem acompanhando o recuo das águas, e se mudam para acampamentos a quilômetros de distância, na boca dos igarapés do Ererê e Paytuna, onde passam o verão pescando e, às vezes, “tomando de conta” de rebanhos de outros criadores.

Segundo alguns moradores essa prática era mais comum no passado, quando praticamente todas as comunidades da beira mudavam-se para a várzea. Hoje, muitas famílias permanecem nas comunidades e um dos motivos declarados é o recebimento do salário durante o defeso da pesca, melhores condições de vida nas comunidades (como construção de poços) e o “pouco ganho para tomar conta de gado”. Criadores de gado e pescadores levam uma vida com deslocamentos cíclicos por necessidade, ou seja, transumante (REBELO, 2006).

As noções de território e de espaço, construídas por eles, traduzem-se, muitas vezes, pela concorrência espacial e se expressam pela posse, pela delimitação e pela marcação de áreas. No caso das comunidades do entorno do Pema, essas formas de domínio podem ser coletivas ou individuais e caracterizam-se por uma manutenção de determinada atividade de uso, que pode gerar acordos ou coerção.

9.1.1 A construção local da paisagem

Para o entendimento dos recursos utilizados pelos moradores e das áreas de onde os recursos são retirados, dois métodos foram empregados: o primeiro obtido por meio dos

questionários aplicados aos moradores que forneceram uma lista espontânea desses recursos; o segundo a partir da confecção de mapas das áreas de onde os recursos são retirados. O mapeamento dessas áreas de uso dos recursos naturais permitiu também categorizar as paisagens reconhecidas pelos moradores das comunidades como suporte de reprodução material e simbólica.

O termo paisagem adotado neste estudo, de senso comum, trata de uma porção do espaço ou terreno que pode ser observada com um lance de vista. Essa definição simplista não corresponde às considerações contemporâneas que interpretam esse conceito de forma multidimensional, apresentando aspectos de formas criadas pela natureza, pela ação antrópica e também dimensões funcionais, por meio das relações entre as suas diversas partes.

Milton Santos (1997) concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Nesse sentido, considera paisagem como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos). Os processos que promovem a transformação da paisagem, apoiam-se em pilares como a cultura e o território. Na realidade local, a paisagem está diferenciada e concretiza no espaço geográfico as práticas produtivas e relações sociais a partir da idéia de espaço, do recurso extraído em cada categoria.

As comunidades identificaram um total de oito tipos de unidade de paisagem na região. Os tipos de unidade de paisagem, identificada como “mata”, “coberto” e “várzea”, foram comuns a todas as comunidades. Na comunidade de Santana identificaram seis tipos de paisagem e os moradores das comunidades de Ererê, Paytuna e Maxirá cinco, enquanto os moradores de Lages apenas quatro tipos de paisagem. Somente os moradores do Ererê identificaram o tipo “campo”. Os moradores de Lages, embora vivendo próximos à várzea, não citaram os “campos de várzea” como unidade de paisagem.

Esse tipo foi citado pelos moradores do Maxirá, que embora vivam longe das áreas alagadas a utilizam como pasto no período de estiagem. A unidade de paisagem “areal” foi citada pelos moradores de Santana e Paytuna e compreende a região próxima as comunidades e onde se estendem as estradas de acesso às comunidades. Apenas, os moradores das comunidades de Ererê, Santana e Paytuna e Maxirá citaram uma unidade de paisagem por eles modificada: o “capinzal” para as três primeiras e o “roçado”, para a última respectivamente (Tabela 5).

Tabela 5: Categorias de paisagens identificadas pelas comunidades do entorno.

Comunidades*	Categorias de paisagem								TOTAL
	Mata	Coberto	Campo	Várzea	Campos de várzea	Areal	Roçado	Capinzal	
Ererê	■	■	■	■				■	5
Paytuna			■	■	■	■		■	5
Santana				■	■			■	6
Lages				■	■	■		■	4
Maxirá					■		■	■	5

* não foi coletado essa informação na comunidade do Maxirazinho.

Cada uma dessas paisagens apresenta características de solo e vegetação próprios, pelos quais são diferenciados pela população. O “campo”, considerado “nativo”, é o local onde o gado permanece no período do inverno. Essa região se estende da comunidade do Erere até a estrada de acesso a cidade de Monte Alegre. Localmente, a área é denominada de “desterro” em referência a amplitude do espaço ocupado por esta paisagem. O capim que cobre o campo nativo é chamado de jaraguaia.

O “coberto” (cerrado propriamente dito), segundo alguns moradores, “não é bem uma planta viva, pois é menos verde que a mata”. Ele é caracterizado pelos moradores locais como um local cheio de “ressacas” (campo limpo) e com “ilhas” de árvores. É no “coberto” que são realizadas as coletas de frutos, plantas medicinais e lenha. As espécies mais citadas que são encontradas no “coberto” são o tachi, a mafubeira, o ariauá, o axuá e o sacuri.

Os roçados são feitos nas áreas de “mata”. É utilizado para as atividades agrícolas como o plantio de feijão, milho e mandioca. O “capinzal” é a área onde foi retirada a vegetação do “coberto” e plantado capim para formação de pasto. Segundo os moradores: “o capim nativo morre não dá pra plantar”. O “capinzal” também é plantado em áreas de mata. Essa atividade é chamada “fazer campo” pelos moradores que desejam plantar capim para o gado. As variedades de capim citadas foram: quicuia, mineiro, brachiarão e setara.

A “mata” se caracteriza pelos espaços com vegetação nativa e mais fechada. A região denominada pelos moradores como “Ilha Grande”, é uma mancha de floresta secundária que ocorre dentro do parque. É onde estão às espécies utilizadas comercialmente como as itaúbas, pereira, louro, copaibarana e cupixinguba. Nas áreas mais distantes das comunidades é de onde são retiradas as espécies vegetais comerciais. Fora da região do Pema essa “mata” é derrubada e utilizada para o plantio do roçado. A predominância de solo considerado mais “barrento e pedregoso está mais na mata, que é mais verde, a terra se torna fresca”, morador de Lages, explicando como é o solo da “Ilha Grande”, a presença de serrapilheira e árvores de maior porte.

A várzea ou “varge” é a região onde o alagamento é periódico e há abundância de palmeiras como o inajá, jauari e árvores de porte mais alto entre as quais a macacuba-da várzea, seringa barriguda, açacu. No período de cheia, os capins se desprendem e formam as “ilhas flutuantes” que, segundo os moradores: “às vezes, cobre toda a água; tem que ser cortados pra passar com o barco e fazer caminhos pra rede de pesca”.

Os “campos de várzea” representam as áreas onde há capim nativo, utilizado para alimentar o gado no período de verão. Os tipos de capim de várzea mais citados foram: o premebeca, o rabo de rato, o taripucu, a canarana, o pomomga como os melhores para o gado, há também: o muri, o arroz, a miritirana e o amã que, segundo os moradores, o gado não gosta. Nessas áreas existem os chamados “tesos” que se caracterizam como pequenos “montes de terra aonde a água nunca chega”. As espécies citadas, existentes no teso, foram: o catauaari, a cajurana e o munguba; é também onde se forma o aningal, área preferida para a caça de aves aquáticas.

O areal são as manchas tomadas por areias, com vegetação rala e, em geral, estão situadas nas regiões abertas próximas ao pé das serras; é nesta paisagem onde as comunidades retiram a palha de curuá, utilizada na cobertura das casas e dos galinheiros.

Os recursos que são utilizados pelos moradores em cada unidade de paisagem, como: caça, madeira, remédios produção estão na região da “mata” da ilha grande e na várzea. É do “coberto” que são feitas as coletas de frutos e lenha e remédios. Na comunidade do Ererê, os locais onde as fazendas dos proprietários estão instaladas são os “campos nativos”, onde não há pasto plantado. A comunidade reconhece em seu território de uso os campos do Desterro e o campo do Jacaré.

A percepção da paisagem por comunidades locais vem sendo tratada em diversos trabalhos, como os estudos das áreas comunitárias que apresentam maior riqueza e diversidade de espécies úteis Rocha (2004); caracterização de unidades culturais de paisagem (CAMPOS FILHO, 2002); etnoecologia de paisagens integradas com o sistema de manejo de gado no cerrado (JANCOSKI et al, 2007); e outros, em que a unidade de paisagem é o centro do estudo. Posey (1985) descreve o manejo dos kayapós nos ecossistemas florestais, destacando as mudanças na paisagem florestal como a construção das “ilhas de florestas”, criadas no cerrado.

A subsistência é uma relação-chave entre as comunidades do entorno e as paisagens. As comunidades do entorno desenvolveram várias atividades de subsistência como agricultura, pesca, pecuária de pequena escala, coleta, caça e manufatura de canoas e apetrechos de pesca.

Para Toledo (2000), a diversidade de produtos, obtidos no ecossistema e a integração de diferentes práticas de subsistência, resultam na máxima utilização das paisagens disponíveis pelo ambiente. Ele observa ainda que a paisagem, onde as comunidades locais vivem, torna-se um complexo mosaico em que roças, áreas de pousio, vegetação primária e secundária, quintais, pastos e corpos d'água são segmentos do sistema produtivo como um todo.

9.1.2 As atividades

9.1.2.1 Agricultura

A agricultura dos moradores do entorno do Pema está concentrada em pequenas propriedades, sendo caracterizada pelo uso do sistema itinerante de corte, de queima e pelo manejo de uma diversidade de cultivos. Os moradores declararam manter alguma área de terra dedicada ao cultivo. A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é o principal cultivo. Dela são produzidos: a farinha, o tucupi, a farinha de tapioca e as gomas para a subsistência familiar. A produção tanto é comercializada na própria comunidade ou para outras comunidades próximas quanto no comércio da cidade. Os moradores da comunidade de Santana são pescadores e extrativistas não produzem farinha ou outro produto agrícola.

Do total de moradores entrevistados (n=113), nas comunidades do entorno em 2006, 47 deles declararam ter roçados para produzir mandioca para o fabrico de farinha. Desse total, 38% estão na comunidade de Maxirá; 23% no Ererê; 27% em Lages; 6% na comunidade de Paytuna; e nenhum em Santana. Os demais moradores compram farinha de mandioca na própria comunidade, em comunidades vizinhas, na Colônia Agrícola Nacional do Pará (CANP) ou na cidade de Monte Alegre. Os moradores que compram farinha alegaram que compram por não possuírem terras e outros que não cultivam “pois a produção da farinha não é rendosa”. Dados semelhantes foram reportados em Santo Antônio do Leverger (MT) quanto ao cultivo da mandioca (AMOROZO, 2000) e entre os caiçaras da Mata Atlântica (BEGOSSI, 2001), na comunidade rural de Conceição-Açu, situada na baixada cuiabana, no Município de Cuiabá (MT) (PASA, 2005).

Além da mandioca, há também o cultivo de milho, feijão, arroz e forrageiras para o gado. A agricultura é praticada em áreas pequenas, que correspondem localmente a uma tarefa (25mx25m), com período de pousio da terra, variando de 3 a 6 anos, de acordo com a disponibilidade de terra. É na comunidade do Ererê onde a disponibilidade de terra para plantio é mais problemática. Segundo seu presidente a “terra aqui é pouca” referindo-se a área do governo, disponível para o plantio nas proximidades da comunidade.

O plantio de pasto, atividade crescente nos últimos anos, tem sido visto como “forma de ganho de dinheiro rápido” e, para alguns moradores, causa impacto: “pois, estão derrubando na beira dos igarapés, o que é proibido”. Para os moradores do Ererê, a questão das terras poderá “ser dificultosa” com o crescimento da comunidade. Para o presidente: “agora com o parque os pais terão que procurar outras terras fora da comunidade, pra plantar,”

A agricultura ainda é considerada para muitos moradores como única forma de trabalho, para os moradores do Maxirá, como o Sr. Ruivaldo, para ele: “a terra da mandioca é aqui; é no escaldar da farinha é que está o segredo para ficar amarela”, enfatizando que a comunidade do Maxirá é a maior produtora de farinha e a sua maneira de fazer o produto fica melhor. Os mais antigos, nascidos e criados na comunidade, descrevem a atividade como principal fonte de renda. Para a família de Dona Dulce, por exemplo: “aqui produzimos farinha, massa de carimã que vende bem no período de São João; aqui criei os filhos pela colônia, fazendo farinha, trabalhando com as filhas no roçado”.

Na comunidade de Lages, o cultivo de mandioca está fracassando “pois não existe mais mata pra derrubar, só capoeira que não presta pra plantar, a terra é fraca, acabou a mata”, relata o Sr. Nonato, um dos moradores mais antigos, explicando a dificuldade para ter roçado na comunidade nos dias atuais em função de ser mais difícil “fazer roça” na capoeira. Entre os moradores do Ererê, poucas famílias ainda cultivam a mandioca em suas terras e outros o fazem nos lotes do Incra, fora da comunidade.

Para alguns, como o “Seu” Dílson, que migrou com a família da cidade para a comunidade: “a roça é que dá sustento, tem preço, não vende barato, fazer farinha dá trabalho”. Para as mulheres que vivem do roçado, o fabrico de farinha ainda é o que sustenta a família, conforme afirma a Sra. Tóia: “tendo farinha, não se preocupa com comida”. Os maiores produtores da agricultura estão na família do “Seu” Arnaldo que alega que ainda é possível se viver do roçado e da produção da farinha. Para ele: “a terra ainda produz bem, milho, arroz, feijão, quem não conhece, faz roçado fora do tempo, não queima, deixa o mato crescer e não usa pra plantio. Dizem que a terra não cansa.”

Para os moradores de Paytuna, o plantio de mandioca diminuiu, pois para muitos moradores as terras já não produzem: “a terra já está cansada, no passado já colheu milho e arroz, agora só com máquina”. A questão da comercialização também é levantada como nos relatos sobre o preço do produto: “preço tá esculhambado” e “não ponho roçado”; “a farinha acaba com o capital do pobre”. Para os moradores dessas comunidades, no que se refere à atividade agrícola houve a substituição da mandioca pelo pasto plantado, embora para alguns moradores não houvesse sucesso. Para Sr. Antonio, por exemplo:

“o pasto você vai plantando no inverno, mas não segura, já trabalhei com veneno, consegui um pasto bonito, mas não foi pra frente, dá um tipo de queima, vou vender o terreno e me mudar pra colônia”.

Muitos moradores de Santana e Paytuna estão utilizando a várzea para plantios de cultivos sazonais como a melancia e o feijão. Essa prática, recente entre os moradores, foi iniciada com apoio de técnicos da Emater local, que distribuíram sementes aos que se mudam para a várzea no período de seca.

A relação do roçado está diretamente ligada às estações, de acordo com o calendário agrícola, descrito pelo Sr. Arnaldo, morador do Ererê.

“No costume daqui planta-se primeiro o milho, depois que o milho consente planta-se o arroz se tiver espaço, porque o milho é quente, o pendão cai e queima. O arroz planta livre de tudo, depois pode plantar outra coisa, é frio. O feijão é quente só se for plantado em local muito úmido. A mandioca na terra firme agüenta a piçarra. Fica assim, na terra baixa o arroz, na terra alta a mandioca. A cana caiana é fraca, o jerimum é muito bom dá quase sozinho, em terra baixa. O gado beneficia a terra o estrumo é bom, mas se tirar para usar, se não o gado pisoteia. Na terra alta planta primeiro o milho, em janeiro, o feijão no meio planta no salto (entre um plantio e outro) no mês de março, quando o milho já está virado para colher. Em agosto vai colher o feijão. Se for enxuto julho e agosto começa a plantar a maniva, que vai colher 1 ano. Se deixar a terra sem mexer por até 6 anos, primeiro vem o capim, depois a juquirá e terceiro vem arvorezinhas como cedro, paricá, aroeira (jejuia), periquiteira, malva, ingá, imbaúba. Se não se tem outro lugar pra roçar volta pra onde plantava, derruba e queima. Se tivesse maquinário não ia queimar só ia adubar. A gente deixa a palha do milho e do arroz no roçado.”

O trabalho no roçado é realizado pela mão-de-obra familiar, podendo ocorrer a contratação de mão de obra externa, dos chamados diaristas para realizar atividades, consideradas mais pesadas como a broca e a capina. O custo da mão-de-obra diária varia de acordo com a oferta ou não de alimentação ao trabalhador. Se o diarista leva sua comida o custo sai por R\$12,00 o dia de 6 horas de trabalho, se o dono do plantio dá a refeição o custo cai para R\$10,00 o dia de trabalho.

Nas comunidades do entorno do Pema, foram citadas pelos moradores 23 variedades de manivas conhecidas e utilizadas por eles. Na comunidade Santana não fazem roçados (Tabela 6). Esse resultado aponta uma alta variedade de manivas utilizadas na região.

Os números da tabela correspondem à quantidade de moradores que citaram as variedades de maniva. Um morador conhece e utiliza mais de uma variedade de maniva em seu roçado. As comunidades de Maxirá e Maxirazinho não foram separadas nessa contagem. São conhecidas 23 variedades de manivas pelas comunidades do entorno e dez são exclusivas de alguma das comunidades e foram citadas uma única vez. As variedades de manivas amarelona e tucumã foram citadas por moradores de todas as comunidades que

cultivam mandioca. A comunidade de Lages é a que conhece e utiliza maior diversidade de manivas. As comunidades de Maxirá e Ererê apresentam maior número de frequência de citações de manivas.

Tabela 6 - Frequência de citação das variedades de manivas (n=47).

Variedades de manivas	Comunidades				
	Ererê	Maxirá	Lages	Paytuna	TOTAL
Amarelona	10	12	6	3	31
Mocinha	10	4	0	1	15
Tucumã	6	2	1	3	12
6 meses	4	2	0	0	6
Carauaçu	1	4	1	0	6
Urucuema	0	1	0	0	1
Varjeira	3	0	2	0	5
Achada	1	5	3	0	9
Pecuí	1	0	0	0	1
Olho roxo	1	0	0	0	1
Arara	5	0	0	0	5
Olho de pombo	0	0	0	1	1
Chave	0	8	0	0	8
Jacaré	0	1	0	0	1
Naja	0	1	0	0	1
Curati	0	0	1	0	1
Brechó	0	1	3	0	4
Zolhuda	0	4	7	0	11
Cachorrana	0	0	1	0	1
Pinajé	0	0	2	0	2
Boi	0	0	1	0	1
Mulatona	0	0	1	0	1
Milagrosa	0	0	1	0	1
TOTAL	42	44	30	8	

Segundo Emperaire e Pinton (1998), os critérios de seleção das variedades de mandioca variam significativamente de uma região para outra. Essas autoras identificaram no Médio Rio Negro uma diversidade de variedades muito grande, sendo que cada agricultor conhece em média 20 variedades de mandioca. Nas comunidades do entorno do Pema cada agricultor cultiva em média 2 variedades. Adams et al.(2005) apontam apenas três variedades de mandioca cultivadas pela população da região de Ituqui no Pará. Hanazaki (2001) destaca que, em comunidades da costa atlântica do sul do Brasil, há uma

alta diversidade de mandioca, totalizando 17 variedades entre as “bravas” e “mansas”, cultivadas por três comunidades estudadas. Amorozo (2002), em seu estudo com comunidades no Mato Grosso, encontrou 60 etnovariedades de mandioca entre bravas e mansas.

A diversidade de manivas cultivadas nesses sistemas agrícolas pode ser muito importante para a segurança alimentar, pois garantem não só a autonomia dos agricultores, mas também podem ser fontes de material genético para estudos na agricultura em larga escala. A conservação da agrobiodiversidade pode gerar conhecimentos e manejo de ambientes naturais e processos ecológicos existentes.

O conhecimento sobre o roçado e as variedades de maniva plantadas se estende as características morfológicas, tempo para colheita e produtividade da maniva (Tabela 7). As origens das manivas cultivadas são também diversas. Na comunidade de Paytuna, segundo seus moradores as manivas cultivadas “foram trazidas há muitos anos atrás” de colônias do Salgado e da Pedra Grande e se espalharam pela comunidade.

Os moradores do Maxirá descrevem origens diferentes para algumas variedades de maniva. Para alguns deles, a maniva “achada” tem sua origem “desde o começo do mundo”; para outros “foram os índios, primeiros proprietários que deixaram essas qualidades”; para outros as manivas foram trazidas para a comunidade pelos “seus avós que passaram para os pais e que agora os pais passam pros filhos”; para os que cultivam mandioca na comunidade de Lages, as manivas são originárias da própria comunidade, “sempre existiu na comunidade”; outros trouxeram de outras colônias como Pedra Grande, Arouxi ou Pacoval. No Ererê, as manivas foram “dos antigos moradores”; os mais jovens plantam as manivas doadas pelos pais ou sogros ou também de outras colônias por onde visitam.

Cada morador que cultiva a maniva tem seus “segredos” para a produção de farinha. A boa farinha está associada ao tipo de maniva e, às vezes, a técnica e ao conhecimento do produtor. A boa maniva produz muita massa e é mais seca “dá boa farinha é mais amarela; tem bom preço no mercado local é mais procurada; tem gosto”.

A classificação das manivas, muitas vezes, está relacionada ao seu produto final. Há manivas que são melhores para a produção de goma denominada localmente de “gomosa”, e outras classificadas quanto a sua produtividade de raízes no roçado e conseqüentemente para a produção de farinha são consideradas mais “rendosas”. Alguns moradores preferem misturar as manivas no próprio roçado. Por exemplo, o “Seu” Dílson planta a maniva amarelona com a maniva mais branca; ele mistura “para sair o aperreio” porque a maniva amarelona demora ano para produzir e as brancas podem ser colhidas antes de um ano.

Tabela 7 - Características dos tipos de manivas apontadas pelos moradores.

Tipo de maniva	Cor da batata	Tempo para colher
Achada	Branca	1 ano
Amarelona	Amarela	1 ano
Arara	Amarela	1 ano e meio
Brechó	Creme	8 meses
Carauaçú	Branca	6 meses
Chave	Branca	1 ano
Mocinha	Creme	8 meses
Seis meses	Amarela	Seis meses
Tucumã	Amarela	1 ano
Vargeira	Amarela	1 ano e meio
Inajá	Amarela	1 ano e meio
Zolhuda	Branca	1 ano

As categorias de uso da terra existentes nas comunidades são os lotes, os roçados, os quintais. Na comunidade do Ererê, as áreas de cultivo, utilizadas próximas das moradias, estão distribuídas na chamada área do governo, situada entre o pé da serra e as casas. Segundo os moradores: “nessa área tudo já foi derrubado, somente onde tem paricá é nativo”. O uso dessas áreas está relacionado à descendência dos moradores mais antigos que se instalaram suas casas nas áreas patrimoniais e ganharam as terras do governo para o plantio.

Os parentes desses moradores, que ainda vivem na comunidade, cultivam nos mesmos locais de seus pais e avós. Segundo um dos moradores mais velhos: “cada um tirava o pedaço de terra e fazia o roçado na área do governo, onde tudo era plantado”. Com o crescimento da comunidade e a instalação das políticas de assentamento muitos dos antigos saíram para os loteamentos como a Canp porque “a terra não dava pra cultivar, não tinham terreno”, em função da divisão de terras na comunidade.

Para o presidente da comunidade, a condição para se viver hoje no Ererê: “o caboclo tem que se contentar em trabalhar com pouco”. Para ele, a terra ainda produz bem o milho, o feijão e o arroz. O que dificulta é o desconhecimento de quem quer trabalhar na terra, porque colocam o roçado fora do tempo e não cuidam. Referindo-se a perda de conhecimento para o cultivo e aos poucos espaços de terras disponíveis na comunidade para produção agrícola e a manutenção dos atuais moradores.

Na comunidade do Maxirá tanto nos lotes onde as residências estão fixadas como nos adquiridos mais distantes das casas é onde os moradores fazem seus cultivos. Os

moradores de Lages e Paytuna são posseiros e fazem os plantios nas proximidades das casas e, por vezes, nas áreas de várzea.

Os cultivos de milho, feijão, banana e pasto estão presentes nas comunidades com uma variação de 0,5 a 12 hectares de área plantada, conforme declarado pelos moradores (Figura 12). A medida da área a ser plantada é chamada de “tarefa”, cada “tarefa” corresponde a 25mx25m.

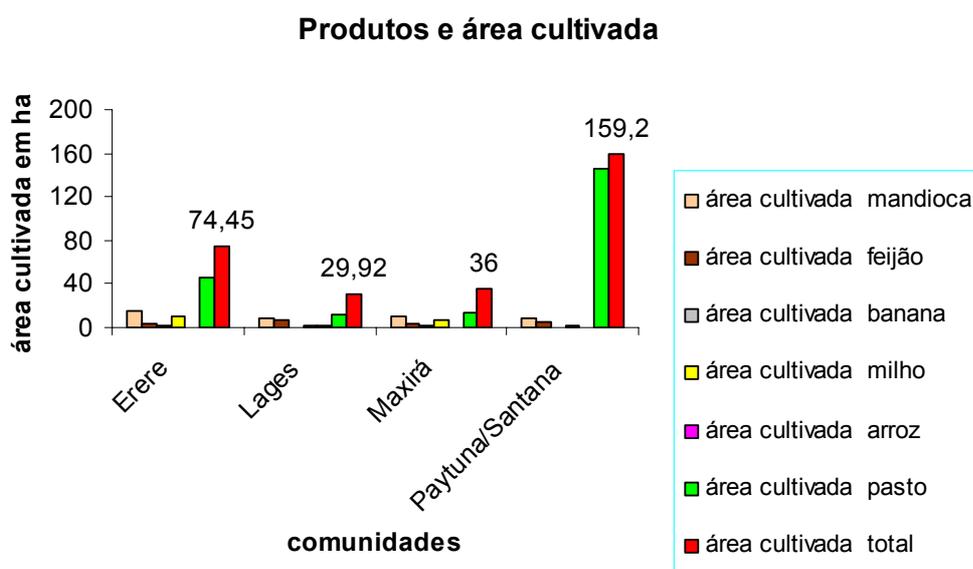


Figura 12- Área total cultivada por produto e por comunidade estudada.

A “tarefa” é medida com uma vara 2m (que corresponde a uma braça)²⁸. Com a vara faz-se também o “pique”, que consiste em delimitar o terreno a ser plantado. Isso é feito abrindo-se uma “vareda”, trilha como 1m de largura que também funciona como o aceiro. Faz-se então o roçado, que é cortar o mato, queimar e plantar, para então se formar a roça, que é a área já plantada “com todo tipo de legume”.

Muitas são as variedades de milho e feijão, plantadas pelos moradores. Entre as variedades de milho foram citadas o “baixinho”, o dente de cavalo, o “pontinha” e o “paulista” como as variedades preferidas, o que segundo os moradores se deve ao fato de produzirem e durarem mais tempo no plantio. As sementes são conseguidas com os vizinhos ou na cidade na colônia dos agricultores.

É prática no período da colheita manter uma parte da safra na área menor onde foi plantado o milho. Esta é “guardada” no roçado para abastecer a criação doméstica. Para a manutenção das espigas, estas têm seus pendões quebrados e ficam de penduradas para

²⁸ As varas são medidas com os dois braços abertos horizontalmente.

baixo “para não entrar água e o bicho não comer”, sendo colhidas quando houver necessidade.

As variedades cultivadas de feijão são o “manteiguinha” e o “branco”, cujas sementes são adquiridas na cidade ou guardadas de uma safra para outra. Há ainda os de “bajé roxa” e o “jalo”. É na comunidade de Lages que estão os maiores plantadores dessas variedades. Eles são conhecidos por essa atividade. Segundo eles, sempre tem “preço bom” no mercado local. O arroz é plantado por poucos moradores e apenas para consumo; a variedade cultivada é a “agulhinha”. A variedade de banana plantada é a “branca”, também utilizada como consumo.

As crenças nos roçados

A agricultura na região é influenciada por crenças e está ligada a santos da igreja católica. Para alguns agricultores da comunidade do Paytuna, deve-se “guardar” a 1ª segunda-feira do mês de agosto e não trabalhar na roça, pois é considerado o dia que Caim matou Abel e, portanto, de mau agouro para a produção do roçado. Os moradores também evitam ir ao roçado por 8 dias após o velório de moradores falecidos na comunidade, pois segundo eles “o roçado não vingará”. No entanto, se o morador quiser trabalhar, ele deve jogar sal nos cantos da roça, com isso “afasta os espíritos”.

Para os antigos como D. Luzia (82 anos), moradora do Ererê, se o agricultor quiser “engrossar o roçado”, deve fazer o plantio na véspera em que se comemora o São Tomé e no dia do santo deve-se benzer o roçado. Esse é considerado como o santo do roçado. O procedimento descrito, segundo ela, é garantia de produção farta.

Para os moradores que não conseguiram preparar suas áreas de plantio na época do verão, resta aguardar o “verão de São Martin”, período de estiagem que ocorre no mês de janeiro quando o “clima fica parecido com o verão”. Alguns moradores utilizam este período para queimar a mata derrubada ou ainda iniciar o plantio, pois “ficaram com preguiça de botar o roçado na época certa, assim como São Martin, considerado o santo “preguiçoso” (Sr. Raimundo Nonato, morador de Lages).

9.1.2.2 Gado

O gado local é principalmente o pé-duro, “qualidade mais braba que tem porque é espantado”, que predomina na proporção de nove para um sobre o gado nelore. O gado não

se encontra distribuído igualmente entre as famílias. Mais da metade das famílias não possui nenhum gado.

Segundo Cerdeira et al (1997), em estudo realizado junto as comunidades do Lago Grande, o consumo local de carne de gado é esporádico, mas o consumo de leite é freqüente. O peixe, a farinha e o leite constituem os principais alimentos da população local. O leite está presente em mais da metade das refeições (104 ml/capita/dia), enquanto o consumo de carne de gado (4,3 g/capita/dia) é bem menos freqüente, apenas duas vezes em cada dez refeições

Os pastos para gado localizam-se no sopé das serras, onde há campos nativos, mas na estação seca, são transferidos para os terrenos de várzea na “arriada da água”, onde o capim se estende desde a beira dos campos até o rio Amazonas.

Durante a estação seca, os moradores e os fazendeiros que possuem gado os levam para a várzea, onde não há cercas, nem divisão de terrenos, “a várzea é livre”. Alguns fazendeiros que possuem terreno na várzea empregam famílias que vão para as casas ou abrigos para cuidar do gado, vivendo em troca da compra do produto da pesca, da oportunidade de caçar e recebendo cestas básicas dos proprietários.

Alguns moradores, principalmente os das comunidades de Santana e Paytuna, se transferem para a várzea com seu rebanho, permanecendo na área até o início da subida das águas em fevereiro. Os moradores que não se mudam para a várzea vão a área a cada 8 dias para “reparar” suas reses. Segundo os moradores locais, durante o reparo as reses são contadas, vistoriadas quanto à detecção de alguma doença e se necessário transferidas para outro local com mais fartura de pasto.

Na estação das chuvas, o gado retorna para a terra firme, onde vive isolado por cercas nas propriedades ou terrenos dos grupos familiares. Algumas famílias alugam o pasto plantado ou sua área de “coberto” para os que não dispõem de terras ou estão com os terrenos sem pasto. O valor do aluguel do pasto é de R\$10,00/ cabeça/ mês quando o gado é “graúdo”, quando pequeno R\$5,00/ cabeça/ mês. Poucas famílias possuem terrenos para essa atividade nas comunidades; outras alugam pastos nos terrenos e lotes de parentes nas comunidades da terra-firme mais próximas.

Nas comunidades do Maxirá e Ererê são mortos dois mamotes (pesam cerca de 130-150 kg) por semana para consumo no açougue local, a carne é cortada lá mesmo e vendida tanto na comunidade quanto nas comunidades vizinhas, ao preço de R\$ 3,00 -3,70/ kg, com osso e sem osso, respectivamente. A venda de carne é uma atividade contínua. Quando o gado é levado para a várzea, parte do gado fica para abate ou venda no período de verão.

O gado constitui o bem mais prezado tradicionalmente nas comunidades do entorno do Pema, sendo uma fonte de alimento essencial e a posse social mais importante; também desempenha um papel de destaque nas festividades. Antigamente, os criadores doavam uma ou mais cabeças de gado para o leilão que ocorre durante as festas dos Santos Padroeiros das comunidades e o festeiro prestava conta de tudo. Atualmente, os velhos alegam que ninguém presta mais contas, justificando o fim da tradição da dádiva.

O gado constitui uma forma de riqueza que pode ser acumulada e é uma propriedade individual. Uma prática para iniciar a acumulação de reses está em comprar gado para os filhos recém-nascidos. A res é comprada com o recebimento do recurso advindo da previdência social. Quando os filhos e filhas se casam é costume os pais doarem reses de presente para iniciar seu plantel, ou em sociedade com parentes. Para os jovens representa uma forma de ganho social.

Segundo os relatos obtidos alguns deles adquirem suas primeiras reses a partir dos 15 anos, “trabalhei em Novo Brasil arrancando feijão, por 2 meses, daí comprei 2 vitelinhos em 2003 e coloquei no pasto do pai. Hoje tenho 22 cabeças de gado” (Rosivaldo, morador de Lages). Criar gado para muitos é também à garantia financeira “quando precisa tem onde meter a mão pra se servir; é na verdade um fundo de reserva, se cair no fracasso tem onde se safar” (Morador do Ererê).

O chefe da família é o dono de seu rebanho e é dele a decisão de venda ou abate. O gado não entra na distribuição da herança familiar. Em relato do “Seu” Arnaldo, sobre como foi a divisão das terras após o falecimento de seu pai. Ele comentou que após o falecimento de seu pai “as reses passaram a pertencer à viúva e a ela cabia o controle do comércio do plantel. Em sua avaliação, as perdas financeiras da família ocorreram em função da venda do gado, realizadas pela sua mãe.

O gado fornece aos moradores além do leite e da carne, outros derivados: as peles são usadas para fazer cordas e arreios para prender animais e selas; são vendidas para os curtumes de Monte Alegre e depois revendidas para Belém; o esterco é usado como combustível de fogueiras que queimam em latas na época que tem muito carapanã (mosquito) - o estrume arde lentamente, produzindo muita fumaça, afastando-os. São utilizados também como meio de transporte no período da colheita da mandioca e colheita de produtos do extrativismo. Ter uma carroça e gado para transportá-la, por si só diferencia socialmente algumas famílias. O custo para transportar produtos é definido pelo dia/ uso. O tipo de produto a ser transportado não modifica o preço da diária que chega a R\$10,00/ dia.

Os mais velhos acham que o gado hoje aumentou muito em quantidade, mas por conta de problemas com a comercialização já não é um grande negócio. As políticas do

governo estadual para o controle de doenças e em busca de melhoria do plantel dificultam aos moradores a manutenção de suas reses.

As despesas com vacinas, veterinários e cuidados com doenças além do imposto, não permitem aos moradores a manutenção de um grande plantel. É da Adepara o controle de rebanhos. A movimentação do gado é controlada pelo pagamento da Guia de Transporte Animal (GTA). O proprietário do gado é obrigado a registrar cada animal comercializado, pelo custo R\$1,50 para vender o animal vivo quando transportado para outra localidade e paga a GTA de R\$3,00 para venda de animais para o abate.

O gado constitui uma das principais causas de conflitos tanto entre os moradores como entre as comunidades. Muitas brigas e discussões são a respeito de gado, entre famílias, entre indivíduos da mesma família, e até mesmo entre comunidades ou grupos familiares foram relatados. A resolução dos conflitos ocorre em instâncias diferenciadas. Em um primeiro momento, a solução é dada pelo presidente das comunidades quando as queixas e primeiras discussões são avaliadas, caso não se resolva, o presidente da comunidade leva o caso ao delegado de polícia ou então ao fórum da cidade. Entre os conflitos mais comuns estão à invasão do gado nos roçados e durante o verão, quando da estadia do gado na várzea, que segundo os pescadores prejudica a pesca com o pisoteio dos animais sobre as redes.

Na comunidade do Ererê, o conflito também é de origem ambiental. Alguns moradores têm requerido áreas próximas às margens dos igarapés para desmatar e plantar de capim, alegando a necessidade de seu sustento com o aluguel do pasto. Pude acompanhar dois desses acontecimentos. O primeiro quando o gado invadiu o roçado de D. Luzia e comeu parte do milharal. Os filhos foram queixar-se ao presidente da comunidade, pedindo indenização no valor de R\$300,00, alegando que este seria o valor que ganhariam com a venda da produção e era o que o gado tinha comido e ou estragado com o pisoteio. Este tomou as seguintes providências: levou a situação ao dono do gado, solicitando que este primeiro reconhecesse que deixou o gado fora dos limites do pasto e segundo que pagasse os prejuízos causados. O Sr. Itamar, dono do gado reconheceu que o gado era dele, porém não concordou com o valor da indenização solicitado, dizendo que “eles não plantaram tudo isso de milho”. A avaliação do presidente da comunidade foi que o valor solicitado de fato extrapolava o verdadeiro prejuízo causado e que:

“o pessoal da D. Luzia, cresceu o olho porque o Itamar é dono da taberna da comunidade, acham que ele tem dinheiro. Eles não plantaram tudo isso, lá quem cuida da terra é a velha, eles não trabalham e agora querem ganhar fácil, se o Itamar der cem reais tá bem pago, porque não dá pra gente saber quanto o gado comeu de verdade”. Sr. Arnaldo presidente da comunidade do Ererê.

Nesse depoimento está inserido o “senso de justiça” que envolve as soluções de conflito na comunidade, que passa pelas relações sociais existente entre os moradores “Seu” Arnaldo conhecia a área de uso dos plantios de milho da família de D. Luzia e a relação familiar que há entre ela e os filhos.

Vale aqui destacar que esse imbróglio levou cerca de 6 meses, sendo discutido na comunidade. Iniciou-se em maio de 2006 (quando começa a colheita do milho) desdobrou-se até outubro. Não houve concordância sobre os valores e o caso foi para o Fórum da cidade.

O segundo caso ocorreu quando o “Birica” começou a desmatar a margem do igarapezinho da ponte para plantio de pasto próximo de sua casa. A justificativa do Birica é que ele precisa “dar sustento a família e plantar pasto e alugar dá dinheiro”. Sua atitude foi contestada pelo “Seu” Luca, que é delegado sindical, alegando que “era proibido desmatar as margens dos igarapés e rios porque seca tudo”, e iria denunciá-lo na delegacia e no Ibama. Nesse caso, o presidente da comunidade não deu permissão para o uso do espaço porque “a área é de toda a comunidade, portanto não poderia ser estragada”.

Os moradores conhecem e manejam os pastos para a criação do gado. As pastagens naturais, segundo eles “queimam, mas agüentam o fogo”. Os pastos são plantados com capim quicuio “tem palha mais grossa”; mineirinho, “que é bem fininho e não cresce alto e o gado gosta”; o braquiarão que é plantado de semente. Segundo os moradores: “este capim cresce alto e coça; pra roçá tem que usar foice e tem tá vestido com bota e calça”, o trabalho no pasto para eles tem que ser “zelado”. No manejo: o “mato é cortado com um metro”, alegam que fazem isso “pra não sufocar o capim”.

No verão limpam o capinzal, e o plantio é feito em janeiro para estar bom em maio para transferir o gado. Costumam usar veneno que mata o mato e deixa o capim. Apesar da diversidade de gramíneas e ciperáceas no campo, os criadores consideram que o capim nativo é “só de um tipo”, pouco contribuindo para a engorda do gado. Na várzea, os capins são nativos e vários tipos são citados: premembeca, rabo de rato, taripucu, canarana, pomonga, são considerado pelos criadores como os melhores. Já as espécies como muri, arroz, miritirana e amã, segundo eles, o gado não gosta.

Na terra-firme, o gado é atacado mais pelos morcegos e carapanã que “chupa o sangue do bicho”; na várzea os jacarés e as serpentes como “surucucu podem matar os bichos, se picar na língua”. As doenças que mais atacam o gado são a broca que “rói o chifre, é tipo um tapuruzinho” e o tratamento aplicado pelo proprietário do gado é “serrar o chifre e botar o remédio conhecido como bezecriol. A outra doença citada é a frieira que pelava a língua e o gado morria de fome, ”como veio a vacina diminuiu a doença”

Embora a região não possua as qualidades favoráveis para a criação de gado, com uma estação seca acentuada e a estação das chuvas concentrada com chuvas copiosas e abundantes no inverno, mas a combinação da cerrado (“coberto”) e dos campos de várzea, com pastagens nativas, favorece a capitalização de criadores que plantam capim, prática que esta se estendendo a moradores, fazendeiros e os que possuem lote fora das comunidades.

Para as comunidades do entorno do Pema, os conflitos da pecuária com o Parque estão refletidos nas estratégias de manejo “de deixar o gado solto porque quem não cuida deixa o solto e o gado vai pra serras”. A outra questão está na busca de áreas para o plantio de capim. Segundo morador de Maxirá e considerado na região como criador o “Parque não é problema porque o meu gado vai pras colônias, aqui só chegam na seca, quando levo pra várzea”. No entanto, para outros criadores em menor escala, o “parque pode atrapalhar porque não vai ter pasto”. Morador de Lages, referindo-se ao impedimento de fazer plantios na área do coberto, interna ao Pema.

9.1.2.3 Caça e uso da fauna

A importância de animais provenientes da caça e da pesca, utilizados tanto para a subsistência quanto para a comercialização pelas populações rurais na Amazônia, tem sido estudada por muitos autores e sempre é foco de discussão, envolvendo a sustentabilidade dos ambientes e a conservação da biodiversidade, em locais, onde há unidades de conservação e populações humanas. O uso alimentar de animais engloba além da pesca, a fauna terrestre nativa, obtida com a caça e com animais de criação doméstica como galinhas, patos e outras aves.

Embora proibida em todo território nacional, a caça é praticada na região, mas não é explorada ativamente como fonte de alimento. Para os moradores que responderam as questões sobre caça (n=35), essa fonte de recurso está diminuindo para 13% deles. Os motivos apontados para isso incluem: “o desmatamento, e queimadas nas áreas de mata”; as estratégias de caça como a “caça com cachorro”; e o aumento do número de pessoas que estão praticando esta atividade foi citado: “porque tem mais gente caçando”. As políticas públicas, como a criação do Pema, têm contribuído com a redução de caçadas, conforme identificado a partir da fala do morador de Lages: “é proibido caçar em área de reserva, por causa do Ibama”.

Para um quinto dos entrevistados, a caça está aumentando: “porque têm mais bichos, a criação da reserva favorece o aumento de animais de caça”. Para outros: “porque é difícil

caçar e por que proibiram a caça com cachorros”. A atividade não é praticada por muitos moradores. Para caçar, a pessoa tem que ter um bom preparo físico, pois caminha por muitas horas na mata o que implica em conhecer bem os caminhos e o espaço.

Nas comunidades de Paytuna e Santana (n=11), Lages (n=17), Maxirá (n=5) e Ererê (n=2), os moradores que declararam caçar, afirmam que os motivos que levam a esta atividade são a subsistência da família, além da venda da carne para gerar renda. A caça é mais praticada no período do verão, pois há maior concentração de animais na região em busca dos poços de água, facilitando a captura. Para os moradores mais antigos, a caça era farta na época deles: “e agora tem muita procuração, vem gente da cidade caçar. Eles usam as motos nas serra, isso acaba com a caça”. Segundo os moradores de Lages, no verão de 2006, só em uma noite mataram nove pacas e um veado.

Os moradores locais caçam e comem todos os animais, exceto raposas, cães, onças e os macacos. O consumo de carne de caça é raro (dois, em cada cem dias) e tende a aumentar no verão (CERDEIRA et.al., 1997; REBELO, 2006). Em geral, caçam aqueles animais que se aproximam das roças como veado e caititu (para comer milho, feijão e mandioca). Poucos moradores saem para caçar. Os bons caçadores são identificados por terem mais sucesso com as caçadas, conhecerem os animais e terem boas estratégias para caçar.

Nas entrevistas realizadas com alguns caçadores a descrição dos ambientes e comportamento dos principais animais caçados foi bem apresentada por eles, além das técnicas utilizadas para captura. As caças mais abundantes são veado-vermelho *Mazama americana*, caititu *Tayassu tajacu*, paca *Agouti paca*, cutia-vermelha *Dasyprocta leporina* e tatus *Dasytus* spp. Outros animais consumidos são a capivara *Hydrochaeris hydrochaeris*, e o veado-foboca *Mazama* sp.

A onça (*Panthera onça*) aparece algumas vezes, vem atrás dos porcos e dos caititus. É também uma ameaça para a criação doméstica, os moradores a matam se têm a oportunidade. Eles afirmam que existem poucas onças-pintada). Já os caçadores afirmam existir poucas onças-vermelhas (*Puma concolor*) na serra do Paytuna e nenhuma na serra do Ererê.

Da fauna aquática consomem peixes, jacarés e quelônios. Na região da várzea são consumidos os jacaretinga *Caiman crocodilus*, jacaré-açú *Melanosuchus niger* e tracajá *Podocnemis unifilis*. Na seca, coletam ovos de tracajá nos campos de várzea, para consumo. Coletam jabuti *Geochelone carbonaria* quando encontram no coberto ou na serra. Caçam também aves aquáticas como patos-do-mato *Cairina moschata*, marrecos

Amazonetta brasiliensis, *Dendrocygna* spp, às vezes, maguari e patori “quando a água vai quebrando” - período de baixa da d’água.

A atividade de caça nas comunidades é mais freqüente na estação seca (87% dos entrevistados) que na estação chuvosa (13%). Os principais motivos que levam os moradores a escolherem a estação seca para investirem nesta atividade são: a dificuldade da caça encontrar água e alimento na área do parque, a facilidade que ela se cansa durante sua perseguição e a melhor percepção auditiva da caça durante suas atividades. A caçada diurna (60%) foi preferida em relação à noturna (33%), mas a caça também pode ser praticada nos dois períodos do dia (7%). Alguns ainda relataram preferência em realizar a caçada na estação seca durante a noite e na estação chuvosa durante o dia.

Os moradores utilizam várias estratégias de caça. No entanto, as caçadas dependem de seu conhecimento sobre o ambiente e a fauna e, sobretudo de sua habilidade com armas e confecção de armadilhas. Entre as estratégias utilizadas destacam: a caça com cachorros; a caça de espera “moitá”; o “batuque”; a “varrida”; a caça andando e armadilhagem. Entre as táticas utilizadas para a captura da caça, a mais adotada é da espera (89%), outras duas bem menos utilizadas são a caça andando (77%) e a caça com cachorro (33%).

Para a caça de espera: faz o “moitá”. O caçador já sabe que caça pegar “vai de dia, atravessa um pau entre a copa de uma árvore pra outra e amarra com cipó”. O moitá é utilizado onde há bebedor ou fruteira “comidia”²⁹. O caçador “fica sentado a tarde toda e lá de vez em quando aparece a caça e aí pode acertar ou não”. Também preparam a comidia para a caça de veados e utilizam malfim ou nalfim “o bicho chupa as frutas que dá em outubro, deixa só o caroço”. Nos roçados e na mata capturam paca e utilizam a muúba, as cutias são atraídas com comidias de caju, curuá ou laranja da terra. No coberto, o veado-foboca é caçado na época do cajuaçú. Para a captura da capivara na várzea, fazem a comidia com os capins pomonga e canarana.

A caça de varrida é feita à noite. Primeiro verificam a vereda que “é o caminho do bicho”. Uma vez identificado o caminho ou percurso que o animal utiliza, o caçador faz a varrida, uma trilha limpa paralela ao caminho do animal, que é o “caminho do caçador”. Para a captura, o caçador “fica andando na varrida até às 21h, se vê a caça, pode atirar”.

No batuque, que é mais utilizado no inverno, enganam alguns animais batendo no chão com pauzinho, imitando o comportamento da cutia que bate o pé quando está no cio. Essa estratégia, segundo os caçadores, quando utilizada “vem cutia, veado, caititu”. Utilizam a técnica do “rói-rói” para caçar cutias. Esta técnica consiste em arranhar o cabo da

²⁹ Nomenclatura para armadilhas em que se utilizam frutas e outros atrativos comestíveis para atrair ou capturar animais.

espingarda fazendo barulho semelhante ao dos animais para atraí-los. No assobio, para chamar cutia: “mas tem que ser um assobio ritmado - fiuu-fiu-fiuuu, quando está no ponto dela, onde elas andam, pode assobiar que elas vêm correndo”. Essa estratégia é mais utilizada no período do inverno.

A utilização de cães para as caçadas tem gerado conflitos entre os moradores, pois segundo eles, o cachorro espanta a caça porque “ele dá muita carreira, espanta bicho, e o animal acaba ficando, ele fica velhaco”. Caçador, explicando os efeitos negativos de se caçar com cachorro e a esperteza dos animais que aprendem quando tem cachorro perto.

Utilizam os cães vira-latas, os machos é que são treinados para a caça “cachorro bom é o que pode treinar”. O treinamento dos cães é feito quando o animal é novo. Eles os levam para as caçadas e os colocam no rastro da caça para que o animal aprenda. A caça com cães é utilizada mais no inverno, pois os cães, segundo os caçadores conseguem perceber melhor o rastro, “porque é recente, é fresquinho”. Segundo os caçadores é possível caçar durante todo o ano, mas somente se “você for atrás, dá de ir a todo canto, mas lá no centro da mata (Ilha Grande) e nas serras é mais fácil a captura”.

Segundo Rebelo (2006), a caça nas serras persegue os animais que usam as cavernas e gruta principalmente as pacas, tatus e cutias. Mas a extensa rede de galerias é um refúgio importante para a caça. Os caçadores conhecem uma raça de pacas brancas chamada localmente de “paca-concha” que eles dizem viver nas cavernas das serras e para os caçadores tem “o couro mais saboroso, não tem pintas, nem listras”

Os caçadores também usam outros artifícios, entre eles a armadilhagem. Essa técnica consiste em utilizar a arma de fogo que é disparada por um mecanismo disparador do gatilho acionado por um fio atravessado na trilha. Esse artifício é usado somente quando o caçador percebe o rastro ou a toca de um animal, mas como pode causar acidentes, em algumas comunidades é proibido (SOUZA E SILVA JR. et al, 2006).

As caças são distribuídas entre os moradores, dependendo da quantidade e do tamanho do animal caçado. Há certa hierarquia na distribuição da carne. Primeiro distribuem para os parentes mais próximos como os pais, que recebem as partes consideradas mais saborosas: “os quartos para o pai é seguro”. Na seqüência sua própria família: mulher e filhos, em seguida os irmãos. Se algum vizinho estiver doente ou necessitado recebe primeiro que os demais moradores. Pode ocorrer a venda ou troca da carne de caça por produtos como farinha e feijão, como por exemplo, a carne de capivara que é muito apreciada, chega a valer R\$2,00 o kg, em algumas comunidades.

Para alguns caçadores, o perigo de caçar está em dois motivos: as cobras, principalmente as cascavéis. Segundo eles, a região “tem bem cascavel de ficar com medo,

pode pisar em cima, essa cobre é muito lenta, da feita que se enfeza ela não corre mais da gente, enfrenta”. O segundo é de ter “panema”. Estar com “panema” é considerado como ter má sorte, ou passar por algum momento “de aperreio”. Podem até correr perigo de vida como no relatado por um deles “tava com panema, dormi no galho do apu e quase caiu, mas agüentou na marra até passar”. Para curar a “panema”, o aconselhável é tomar banho com folhas de araticum. Que segundo os moradores “o araticum limpa o corpo”.

Alguns animais são utilizados como remédios. Usam o couro, a cauda e principalmente a banha. Dos remédios mais citados estão a banha de jacaré e da sucuriju, que em geral têm valor no mercado da cidade. Eles os utilizam para curar asma e como purgante para o gado. A cauda de tatu é utilizada para curar veneno de cobra.

Na criação doméstica predominam os “bicos”: galinhas, os picotes, os perus, os patos e os marrecos, que segundo os moradores são perseguidos pelas raposas e cachorros do mato. A criação de porcos já foi abundante na região do entorno. A queda do preço e os conflitos gerados para a criação destes animais, como ausência de cercas e áreas apropriadas, contribuíram para a redução da atividade. Os animais domésticos são criados pelas mulheres. Vivem soltos nos quintais e são alimentados com milho retirado da roça, casca de arroz e cruieras (sobras de mandioca quando do preparo da farinha). Em geral, constroem-se pequenos abrigos para guardar os animais durante a noite. Os moradores acompanham a procriação e cuidam para a manutenção de seus “bicos”. As galinhas têm bom preço no mercado local e são apreciadas na cidade. Os moradores consomem os ovos e esporadicamente a carne.

Para os moradores, a implementação do Pema poderá trazer complicações quando a invasão dos roçados pela fauna. Para alguns moradores: “botando o parque espanta o que dá prejuízo para a gente como caititu, se fosse cercado”. D. Raimunda, explicando a sua expectativa de reduzir a invasão de animais nos roçados.

9.1.2.4 Pesca

A atividade pesqueira na região do entorno do Parque ocorre ao longo do ano e é praticada com mais intensidade pelas comunidades de Santana, Paytuna e Lages. Na comunidade de Maxirá, nenhum morador se declarou pescador e no Ererê apenas um morador é pescador. A pesca é artesanal, de pequena escala é realizada com barcos pequenos, canoas e casco, pouco motorizado com motores de 3,5 a 40HP, visando à captura de peixes.

Entre os moradores, o aprendizado sobre o trabalho da pesca tem início durante a infância, à maioria dos pescadores entrevistados começou a pescar com 8 a 10 anos de idade. Para muitos: “a casa do pai é escola do filho”, começam acompanhando os pais ou parentes nas suas atividades pesqueiras, ou pescando individualmente na beira do lago próximo a casa.

A pesca é a principal fonte de renda da família para 85% dos moradores de Santana, 66% dos moradores do Paytuna e 39% dos moradores de Lages. A pesca gera uma renda variável com a época do ano, mesmo sendo uma atividade realizada durante o ano: “porque tá ficando difícil o ramo da pesca pra quem ‘veve’ dela, mas nasci na pesca, tenho que morrer nela”. O destino do pescado é o consumo familiar e a comercialização.

Para os pescadores que trabalham por conta própria, os locais utilizados para pesca durante todo o ano são os lagos e igarapés próximos às comunidades. Os pescadores que trabalham por conta própria utilizam o Lago Grande, o Lago de Lages e os igarapés do Paytuna e do Ererê. Para os pescadores que trabalham com algum patrão, a pesca ocorre em locais mais distantes, como Lagos Camapu, Tandéia e o próprio rio Amazonas. Algumas áreas são preferidas de acordo com a estação do ano. No verão, os locais mais citados pela maioria dos pescadores entrevistados foram o rio Amazonas, o rio Oiteiro, o rio Marinheiro, a área de várzea e os lagos do Maripa, Vila Franca, Panacu, Apiró. No inverno a pesca ocorre no igapó, no Lago Grande e na área de várzea, conhecida como Itandeuca.

O pescado é vendido para as geleiras ou patrões na própria comunidade, ou para moradores locais ou de outras comunidades, levados em isopor a cavalo ou de moto. A relação com os patrões da comunidade, que tem em média cinco pescadores cada um é estabelecida de acordo com o grau de parentesco.

Como exemplo, há o caso do “Seu” Erinaldo da comunidade do Paytuna, que trabalha para o pai o qual tem outro patrão na cidade. Há pessoas que passam a viver na comunidade, são pescadores e servem ao patrão da cidade, são conhecidos como capatazes. O patrão é também chamado de “dono do barco” (barco a motor com isopor e gelo para armazenar o pescado) que é responsável por fornecer o gelo, o café, o açúcar e a farinha para o pescador durante o período de pesca. As pescarias podem ter duração de uma semana ou até mais caso haja “perseguição de algum cardume”. Um bom dono de barco “tem que se entender bem com a gente e pagar a gente direito no fim de semana”. As pescarias iniciam-se na segunda-feira e os pescadores retornam para a comunidade ao sábado.

Quem é dono de barco na comunidade tem na cidade o seu patrão ou revendedor. Este por sua vez, é o dono da barraca de peixe no mercado da cidade, para onde se destina

o produto final. O município de Monte Alegre não dispõe de frigorífico para armazenamento, assim, toda produção de peixe é colocada para ser comercializada e o excedente é salgado e revendido na feira ou nos bairros.

A embarcação utilizada pelos pescadores nas comunidades de Santana, Paytuna e Lages é a canoa a remo ou casco. A diferença entre a canoa e o casco, além do tamanho é a sua estrutura interna e o preço. Segundo os pescadores, casco não tem “braço” (laterais externas que dão apoio ao pescador): o tronco utilizado para construí-lo é cavado e queimado para abrir e ter espaço para colocar um banco para sentar. A canoa tem braço para pegar e as cavernas que dão segurança e equilíbrio. Sobre as cavernas são pregadas as tábuas para sentar. As canoas são feitas de itaúba preta ou itaúba amarela (*Mezilaurus* Sp) e em geral encomendadas nas comunidades vizinhas.

O peixe é vendido em cambadas. Em uma cambada, os peixes são amarrados com cipó ou corda de nylon. Uma cambada equivale a 3 kg de peixe. O preço da cambada de peixe é pago de acordo com o tipo de peixe pescado e com o local de comercialização. Por exemplo, se o pescador vende seu produto para o dono do barco, no local da pesca, o preço é um. No entanto, se o pescador chega com seu produto e vende para o barraqueiro na cidade pode conseguir, dependendo da época do ano, aumentar o valor de seu produto em até 30% ou mais. Uma cambada com vários tipos de peixe é repassada ao dono do barco por cinco reais, no entanto se o pescador chega até a cidade e vende para o barraqueiro pode conseguir vender por até sete reais. Preços observados no verão.

Alguns peixes, como o tucunaré, surubim e tambaqui, que possuem melhor valor de mercado, têm seu preço avaliado pelo peso. Os peixes de escama como curimatã, pescada, bocó (filhote de tambaqui) e carauaçu, têm melhor preço por cambada que os peixes lisos como surubim, jandiá e dourada, por que são mais apreciados pelos consumidores.

Os apetrechos ou artes de pesca não diferem muito entre as comunidades. A maioria dos pescadores utiliza mais de um apetrecho para pesca, porém as malhadeiras de algodão (39%), seguida do anzol (10%) e malhadeira de mica (9%), são os apetrechos preferidos. Apetrechos como rede, flexa e arpão são mais utilizados pelos moradores da comunidade de Santana. Na comunidade de Paytuna são os antigos pescadores de pirarucu que dominam a arte de utilizar a astia, para captura desde pescado (Figura 13).

As malhadeiras de algodão ou nylon, como são chamadas localmente, são consideradas pelos pescadores como fracas para a pesca, pois segundo eles: “o peixe vê a malha e foge”. Ainda que sejam consideradas fracas para a pesca, as malhadeiras de algodão são as mais utilizadas pelos pescadores. Eles alegam que o preço da linha de algodão usada para confeccioná-la é mais barato, além de serem menos destruidoras. As

melhores, porém mais “perigosas”, são as malhadeiras de mica (confeccionadas de linha de nylon transparente) porque “pega muito peixe miúdo, porque a malha é pequena, mas é destruidora”. “Seu” Erinaldo, pescador do Paytuna, revelando preocupação com os estoques de pescado.

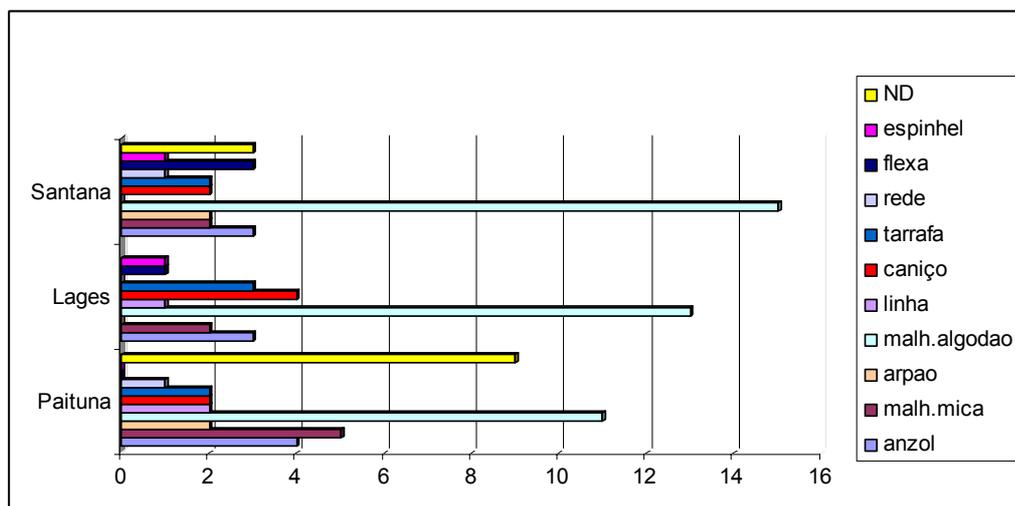


Figura 13 - Aparelhos de pesca utilizados pelos pescadores entrevistados em Paytuna (n=33), Lages (n=10) e Santana (n=20). ND= corresponde ao número de pescadores entrevistados.

As malhadeiras são confeccionadas pelos próprios pescadores, muitas vezes, auxiliados pelas mulheres. Os homens iniciam a malha e fazem o serviço de “entralha” e “caseo das malhas”. São responsáveis também pelo chumbamento que é costurado na parte de baixo, e a bóia que é presa na parte de cima da malhadeira. Há mulheres que tecem malhadeiras para vender, mas, em geral, elas consertam as malhadeiras “bocozadas” (malhadeira destruída por boto, jacarés ou piranhas) para seus maridos e filhos.

Segundo os pescadores: “para cada peixe tem uma malhadeira e uma linha diferente e a altura que fica dentro da água também influencia o tamanho da malhadeira. Para a captura do tucunaré são quatro dedos folgados; para o bocó uma chave; para o tambaqui é a linha 33 com 1 palmo e 2 dedos; o surubim 4 dedos unidos; e para o curimatá 3 dedos unidos. As malhadeiras diferem-se também pelo tamanho da malha e o local onde serão colocadas. Segundo eles para pescar: “onde tem capim ou mato é usada a mais curta e no limpo é a longa” (80 braças). As malhadeiras para a pesca do pirarucu são confeccionadas com linha 36 e 48, e o tamanho da malha usada é a mesma para a pesca do surubim.

Os pescadores confeccionam suas palhetas e as agulhas para fiar as malhadeiras. As palhetas são feitas de pedaços de madeira ou tábua pode ser cedro ou itaúba e que compram na cidade. Para esse trabalho, eles lixam os pedaços de tábua, raspam com a faca ou terçado até chegar aos tamanhos desejados (tamanho da malha) e lisos, o

suficiente para deslizar a linha. As agulhas são feitas de pedaços de galhos ou troncos de “malfim”, jará ou jenipapo colhidos na mata próxima da casa. Em geral, os pescadores possuem várias palhetas e agulhas de tamanhos diferentes.

As malhadeiras são estiradas no lago, nos locais de entrada da água, tanto nos períodos de inverno quanto nos períodos do verão. Na arriada da água, as malhadeiras são estiradas nos chamados “caminhos”. Os “caminhos” que são um tipo de transsecto aberto com terçado no capinzal, pois segundo os pescadores em “lugar que tem peixe e tem capim, então tem que abrir caminho pra rede poder sentar”. Segundo os pescadores, alguns conflitos acontecem nessa época de pesca. Os conflitos são entre os próprios pescadores, em função da invasão de um pescador no “caminho” que o outro fez. O pescador que abriu o caminho é quem “manda” nesse espaço.

Os artefatos como caniço, arpão ou astia e flexa são confeccionados de furuira, maçaranduba ou preciosa ou pau d’arco e taboca, respectivamente. Esses artefatos são utilizados de acordo com o período do ano (subida ou arriada da água), o ambiente (lagos, capinzal ou rio) e para pesca de diferentes tipos de peixes. Segundo os pescadores, a astia (arpão) “só é para pesca do pirarucu, tem gente que arpoa peixe boi, a época do pirarucu é na arriada, arpoa da canoa, no rio, no canalzão”. O caniço é “usado na cheia, pega mais carauçu e aruanã”.

A flexa é usada na arriada da água de setembro até novembro para pesca em ambientes dos lagos ou rios mais cerrados, onde tenha no mato “às vezes, trepo no pau, ou se não da canoa mesmo e atiro. Na flexa se pega o curimatã, o carauçu, o pacu, o tucunaré”. A flexa é desarmada também com a astia. A flexa feita de flexeira, “a gente planta, tora arvore, e tira a flexa”. O arco é feito jatazeiro, de pau d’arco ou maçaranduba.

Para cada tipo ambiente, tem uma flexa. A flexa com o bico é usada nos ambientes cobertos com capim o pomunga (capim que dá na água) e no aningal. A flexa com zagaia é usada nas áreas do lago mais aberta. O espinhel é uma linha de 20 a 15 braças, onde a cada três braças são pendurados os anzóis. Estes são utilizados no inverno, quando a água esta alta, para a pesca do tambaqui, da pirapitinga, preferencialmente margeando os locais onde há frutas.

As espécies mais capturadas no verão de 2006 pelos pescadores da comunidade de Paytuna foram: o acari, *Liposarcus pardalis*; curimatã; tamoatã *Hoplosternum littorale*; e bocó (filhote de tambaqui). Em Lages, os pescadores citaram o bocó, o tucunaré-pinima *Cichla temensis* e o acari. Na comunidade de Santana, foram citados o tucunaré, o curimatã, a pescada *Plagioscion* spp. e o surubim *Pseudoplatystoma* spp.

Para mais de 90% dos pescadores está havendo redução do estoque de peixes. Os principais motivos que levam a isso são a presença e o aumento de miqueiros (pescador

que utiliza a malhadeira de mica), para eles, essa prática deveria ser proibida. A invasão de geleiras de outras comunidades nos lagos, o aumento da população de pescadores e também o aumento da população “tem mais gente pra comer”.

Os aspectos sazonais foram lembrados como “secas muito grandes”, “no inverno devido à água grande” ou ainda “a área é o mesmo tamanho só que a poluição aumenta”. Isso demonstra a preocupação com o ambiente e a sua relação com seu meio de vida e com o espaço utilizado para seu ofício. Nas comunidades pesqueiras, a apropriação dos lugares de pesca se dá a partir do trabalho e do conhecimento. É esse lugar que garante a reprodução de suas atividades tanto da pesca quanto de suas atividades culturais. O lugar representa a manifestação de fenômenos tanto no espaço físico quanto no espaço social (MALDONADO, 1993)

No relato dos pescadores mais antigos, a diminuição na abundância do pescado se deve também a uma maior intensidade na atividade da pesca e ao comportamento dos peixes, como explicado pelo Sr. Aristeu, pescador do Paytuna:

“antigamente era fácil. Pegava peixe com facilidade, agora pega mais não é como era, o peixe era mais manso, não era cismado, tá velhaco, dá pra pegar, mas não com facilidade, devido ao ramo do pessoal, pescarem em grande quantidade o peixe foi ficando velhaco”.

Para os pescadores, as espécies mais afetadas são os chamados peixes grandes como pirarucu, o tambaqui, a pirapitinga e o surubim que estão desaparecendo: “já não se pesca mais, só aqui ou acolá aparece um no lago”. As espécies que ainda “dá muito, não falta no lago” são o acari que “sempre teve”, a piranha e a pescada pequena. O conhecimento dos pescadores sobre a dinâmica biológica dos peixes e do ambiente orienta as suas atividades. Em geral procuram evitar a pesca nos períodos de reprodução, os relatos e descrições locais comprovam este cuidado.

Muitos peixes são evitados na época da subida da água porque estão magros, e no período da reprodução. Segundo os pescadores, o tamatá: “faz ninho na subida das águas, tá reproduzindo, amontoa o folhiço e choca embaixo, fica vigiando e defende as crias”. O tucunaré desova e choca nas “ilharga” dos galhos e nos paus ocos, na época da subida da água. Nas partes mais baixas do teso, eles comem o camarão. O carauçu desova quando água pára de crescer. O aruanã fêmea carrega os filhos na boca, até ficarem maiores, nesse tempo os pescadores não conseguem pegar as fêmeas no anzol, pegam os machos que segundo eles “estão desocupados”. O pirarucu segundo “Seu” Ivo, pescador e morador na comunidade do Ererê:

”começa a chocar de novembro em diante. Começa a fazer o buraco, faz tipo um panelão não sei se é com a boca ou com rabo, onde a água está entrando, e desova lá. Quando tira, carrega o filhote na boca, tira os filhos bem pequeno e ficam ao redor da cabeça dele (do macho), vai crescendo vai passando mais para trás, quando vai no pasto debaixo do capim, os filhos fazem barulho no capim, conforme vai ficando do tamanho de uma traíra, assim a gente escuta longe o barulho já sabe que eles estão lá”.

Sobre o comportamento do pirarucu e dos pescadores, “Seu” Ivo comenta:

O pirarucu choca na subida das águas, no fundo, faz buraco e fica dentro - “panelão” - sai para respirar e volta. Carrega os filhos na boca também, sai pra boiar, solta da boca e pega novamente, solta quando estão grandes, maiores do que uma “chave”, eles saem devagar, pois o adulto tem “ciúme” e não larga. Os filhos vão por cima e ele por baixo. Tem pescador que sai pra matar, mas o pessoal reclama para deixar crescer; quando o pirarucu sente a perturbação entra para baixo do aningal e fica difícil pegar.

O curimatã choca é na cachoeira: “desova na subida da água quando a água está crescendo”. Não cuida dos filhotes: “deixa por conta”; eles comem o limo: “é bicho que veve de limo”. O tambaqui, para alguns pescadores: “a gente não tem muita coisa dele assim, acho que parem no amazonas, quando a gente vê os filhos já estão bocozinho”; para outros o tambaqui quando desova: “deixa por conta”. Comem frutas e as preferidas são catauari e jenipapo. O surubim procura o paredão, onde fica a ribanceira e os poços fundos para se reproduzirem.

Para os pescadores, a “situação piorou” com a criação do Pema no que se refere à produção de canoas. As madeiras para a confecção de cascos e canoas que antes era abundante na região da Ilha Grande atualmente não são encontradas com facilidade. E como a madeira “só tem nas áreas preservadas que está o parque e fica difícil, não querem deixar tirar”. Eles alegam que por causa da criação do Pema “o custo aumentou muito”. Uma canoa feita em Lages chega a quatrocentos reais. A canoas e os cascos agora têm de vir de fora, alguns encomendaram de Itaituba e outros Santarém; e o casco compra em Santa Maria do Uruará ou em Prainha.

O saber tradicional dessas comunidades envolve formas de conhecimento construídas por meio da experiência e da intuição. Essas experiências, os permite dominar o ecossistema da várzea como as subidas e descidas das águas, o ciclo biológico das espécies que pescam, incluindo época de reprodução, migração e comportamento, entre outros aspectos, o que corresponde a um vasto conhecimento empírico.

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria. Pode-se acrescer ainda o meio aéreo, cujas manifestações interferem

diretamente nas pescarias e o subaquático, caracteriza as pescarias como articuladora de um espaço tridimensional (CUNHA, 2001).

As crenças na pesca

Há um conjunto de crenças antigas e recentes dos espíritos e visagens que habitam os ambientes aquáticos. São indicadores de locais remotos ou selvagens, pouco conhecidos, onde o medo pode manter afastados outros pescadores. Nem sempre se pode confirmar as informações dessas crenças. Elas podem estar associadas à demarcação de território ou, às vezes, ter origem em um fato histórico. Para os pescadores entrevistados estar em uma canoa sozinho, durante a noite é motivo de apreensão e perigo. Segundo eles, o pescador “é muito perseguido, só proteção de Deus” para garantir seu trabalho.

Os maiores perigos estão no enfrentamento dos animais como o jacaré-açu, que segundo pescadores da comunidade de Lages: “é um animal feroz”, enfrenta qualquer pessoa. Há relatos na comunidade de um grande animal que habita o lago: “uma vez colocaram linha, mas não pegaram era linha bem grossa, mas o bicho pesava muito e arreventou”.

Outro animal considerado muito perigoso é a cobra grande. Para os pescadores de Paytuna e Santana, no lago habita uma cobra que é encantada, a cobra mostra os olhos na água e forma um rolo grande na água que é o banzeiro: “vem fazer a vontade dela mesmo quebrando e afundando a canoa. A canoa vira o pescador cai na água e ela come o pescador”.

9.1.3 Estrutura social e espaços

As estruturas sociais e a convivência que se desenvolvem nas comunidades do entorno do Pema são percebidas em suas redes de trocas de conhecimento e no estabelecimento dos espaços de uso dos recursos.

Ficou evidente que os laços familiares e as redes de apoio, forjadas entre amigos e parentes nas comunidades do entorno do Pema são essenciais para a sua sobrevivência. São redes que se interligam nas próprias comunidades e que funcionam de maneira inter-comunitária. Essas redes também se estendem às cidades, como Monte Alegre, Santarém e Manaus, onde os moradores encontram em seus entes uma base de apoio para escoar produtos, mandar seus filhos para a escola, passar férias, tratar da saúde, cuidar de negócios e outras atividades. As cidades também servem como um local para conexão para as pessoas se deslocarem para outros locais, a busca de emprego e outros empreendimentos.

As redes familiares também são importantes nas trocas e permutas entre seus membros. É comum encontrar uma cooperação na divisão de trabalho e colaboração entre os grupos de família e amigos no sentido de prestar serviço e fornecer bens uns aos outros. A cooperação entre as famílias é visível, seja na repartição de caça, ou na distribuição de manivas e peixes.

O mapeamento do uso dos recursos, elaborado em cada comunidade, permitiu entender a utilização dos espaços acerca dos lagos, roças, serras, ambientes florestais, etc., como elementos geográficos e de uso que dão forma ao seu mundo vivido. O espaço é percebido sobre o cotidiano onde suas atividades estão organizadas a partir do regime dos rios e das estações de seca de chuva. As percepções espaciais permitiram desvendar a relação que as comunidades têm com suas áreas de uso. “As percepções espaciais podem se constituir em verdadeiros mapas mentais, uma vez que são os produtos das experiências vividas no espaço, transportadas para o papel a partir de um conhecimento acumulado”. Fraxe et.al (2006, p.238).

Os mapeamentos foram realizados de forma coletiva e reuniu moradores de diversas faixas etárias, homens e mulheres para identificar suas áreas de uso e os principais recursos utilizados de cada local (Figura 18) Durante este procedimento foram anotados os comentários surgidos entre eles e suas dúvidas e até uma ‘certa disputa’ entre eles sobre o conhecimento dos locais identificados. Os mapas fornecidos eram imagens de satélite onde estavam indicadas as principais construções de cada comunidade. Antes dos moradores apontarem os recursos e de onde são retirados. Os principais elementos geográficos foram nomeados por eles.

Em um primeiro momento, ao depararem com a imagem de satélite, houve certo “espanto” por parte dos moradores que se traduziu mais em curiosidade do que em dificuldade de entender do que se tratava. Logo, foram reconhecidos os espaços aquáticos e a partir desses espaços começaram a delinear os demais elementos como as estradas, a Ilha Grande, os campos e as serras. Ao localizarem as residências e as sedes comunitárias, foram então sinalizando de onde se retira e quais recursos são retirados. Vale ressaltar que a lembrança dos locais de retirada dos recursos foi espontânea. Os recursos foram selecionados de acordo com as respostas dos questionários quando lembrado algum recurso que não havia sido citado no questionário, estes foram desenhados e inseridos no mapa (Figuras 14, 14a, 15, 15a, 16, 16a e 17, 17a).

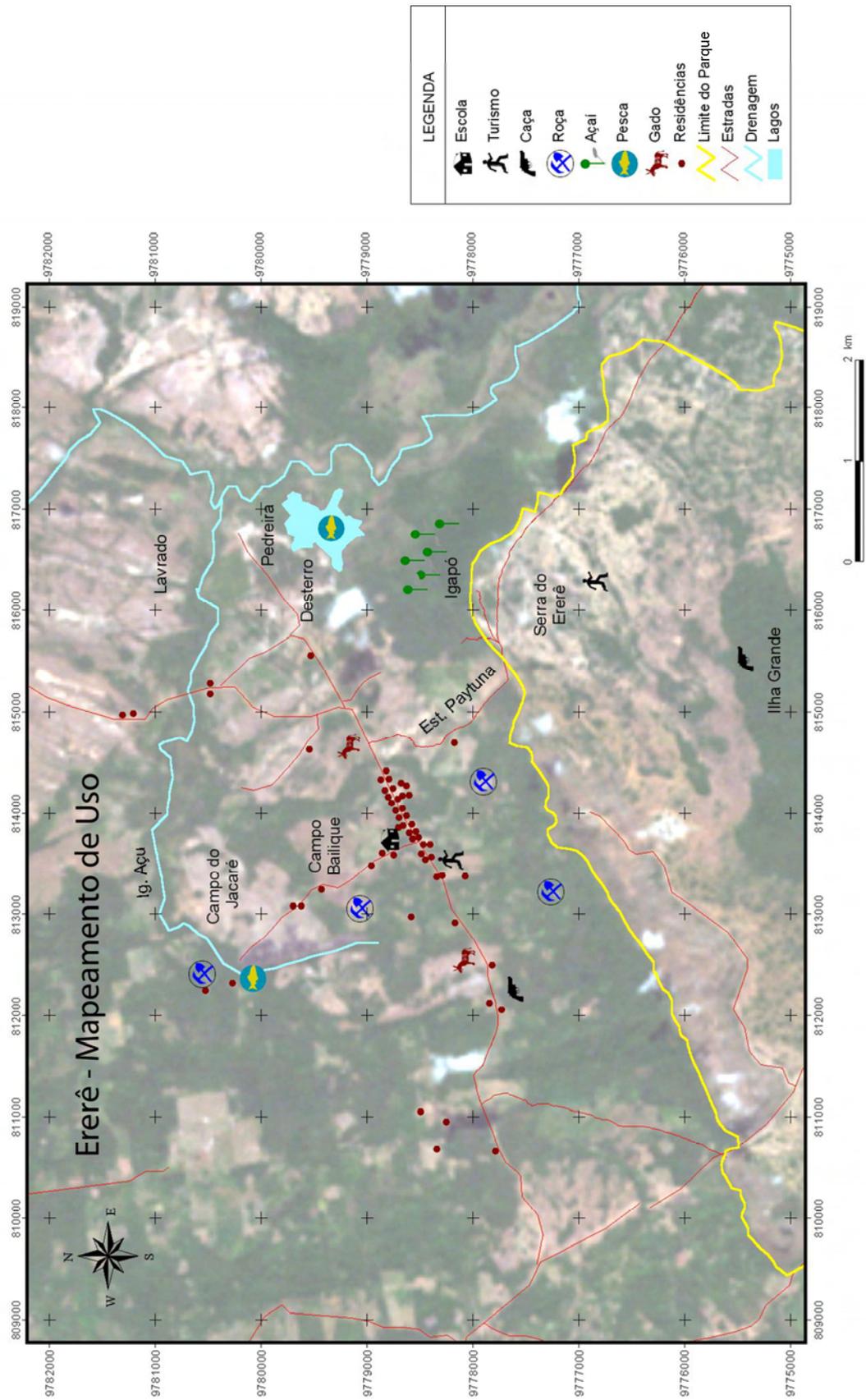


Figura 14 - Mapa de uso do espaço da comunidade do Ererê.

A comunidade do Ererê sinalizou as quatro áreas de campos, existentes na comunidade, onde estão os pastos nativos, utilizados pelos proprietários de fazenda no local. Os moradores estão concentrados, em sua maioria, na estrada que corta a comunidade, conhecida como área patrimonial, mas há moradores que vivem mais afastados da Vila. Estes são os que têm sua propriedade distante e os que trabalham nas propriedades dos fazendeiros.

A área de roçados está localizada na região entre o pé da serra e as casas, que eles denominam como área do governo; os outros roçados estão localizados em regiões mais afastadas da comunidade, onde estão os lotes da Gleba Inglês de Souza. Caçam na região da Ilha Grande dentro do Pema e nas matas da estrada que liga a comunidade ao Maxirá. Os moradores localizaram sua região de extrativismo do buriti e açai, atividade realizada por muitas famílias da comunidade, nas proximidades do igarapé do Ererê, onde também é a região de pesca de alguns dos moradores.



Figura 14 a - Moradores do Ererê fazendo o mapa de uso.

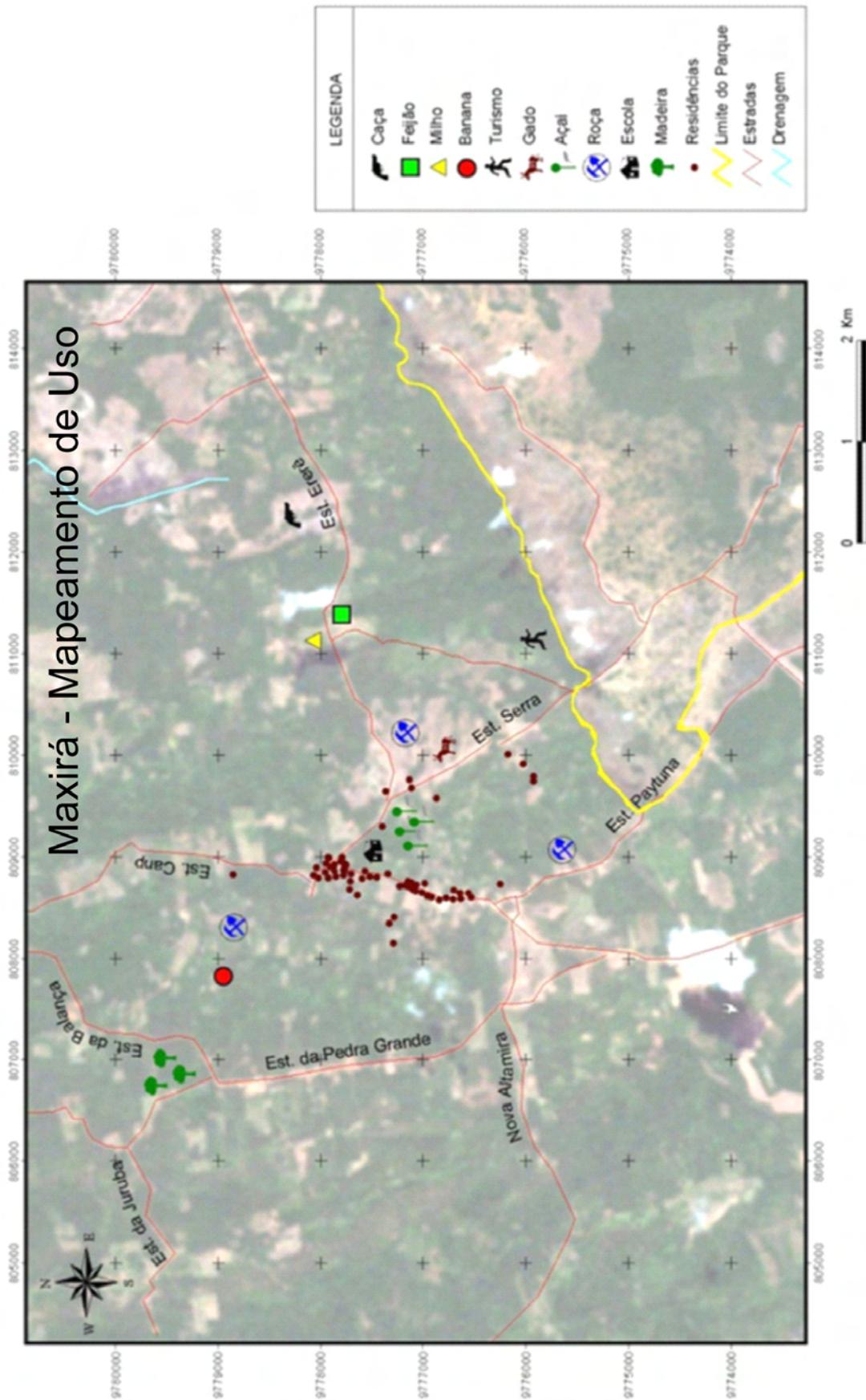


Figura 15 - Mapa de uso do espaço da comunidade do Maxirá e Maxirazinho.

Nas comunidades do Maxirá e Maxirazinho, os roçados estão localizados distantes das moradias e próximos ao limite do Pema. Os pastos situados próximos às comunidades são onde estão os campos nativos. A madeira é retirada de outras localidades, onde eles possuem lotes (Gleba Inglês de Souza), nas proximidades das estradas que dão acesso a outras comunidades do município. O local de caça está situado na área de mata que existe próxima a estrada que leva à para a comunidade do Ererê. Os outros cultivos marcados no mapa foram milho e banana.

Os moradores do Maxirá e Maxirazinho, não demarcaram retirada de recursos de dentro do Pema. As estradas de acesso a comunidade foram os primeiros elementos nomeados por seus moradores, o que sugere sua relação com as demais comunidades e provavelmente seus deslocamentos. Os turistas que visitam a região são vistos, segundo os moradores, na estrada que vai para região da serra da Lua.



Figura 15 a - Moradores do Maxirá/ Maxirazinho elaborando o mapa de uso.

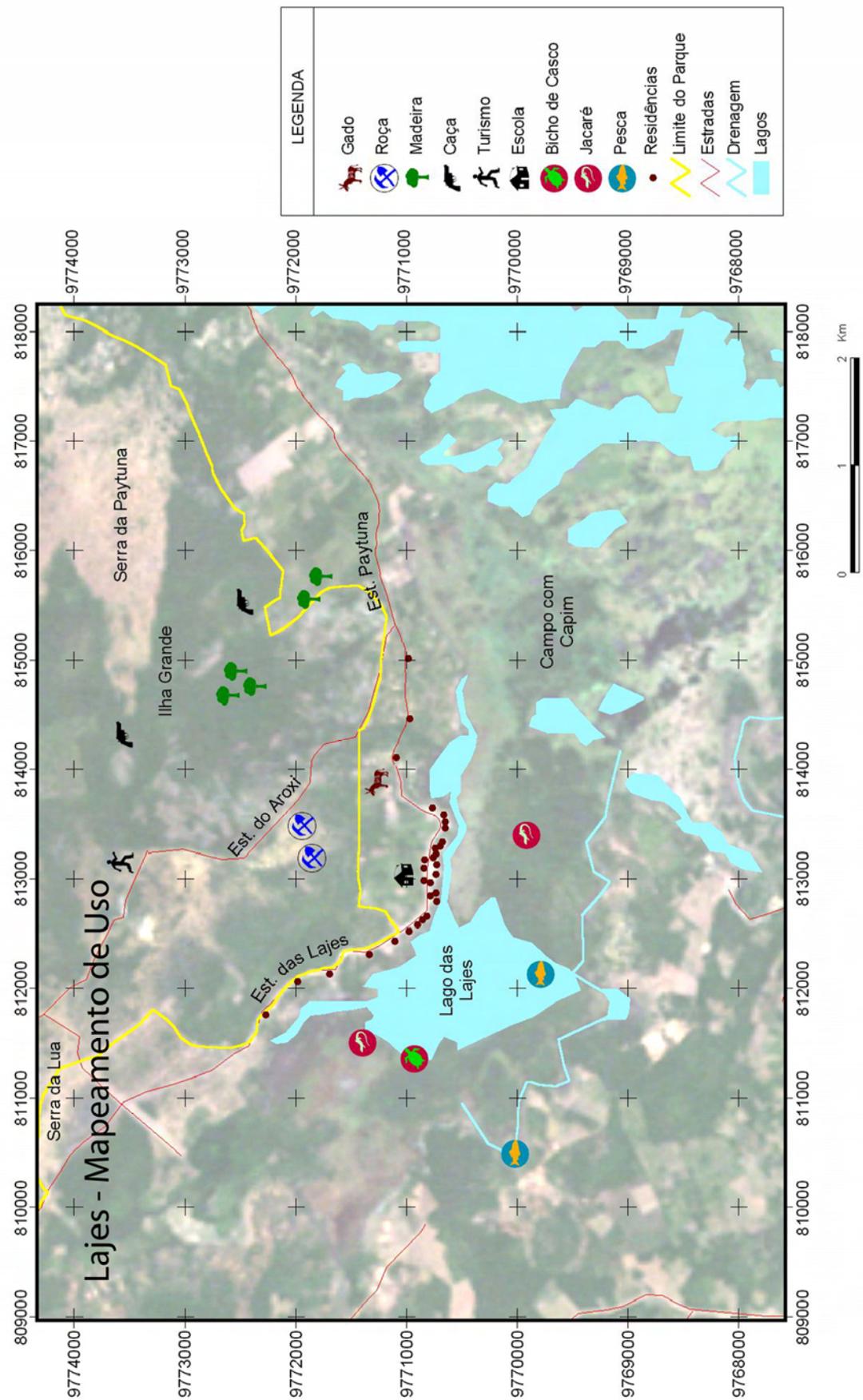


Figura 16 - Mapa de uso do espaço dos moradores de Lajes.

Os moradores de Lages destacaram o lago, o campo de várzea e as estradas como seus elementos geográficos. Assinalaram a estrada do Arouxi, na comunidade do Maxirá onde alguns deles possuem lotes e cultivam roçados. Alguns moradores exercem atividades agrícolas no interior do Pema, assim como as caçadas e a extração de madeira. Na várzea, assinalaram as regiões de pesca (peixes e jacarés), coleta de quelônios e os campos com capim, onde o gado fica no período de estiagem. Marcaram a área, onde o experimento agrícola, origem do Projeto junto ao FNMA, está sendo realizado. Os moradores têm suas casas situadas nas proximidades da estrada que corta a comunidade. Assinalaram também a presença de turistas na área do Pema.



Figura 16a - Morador de Lages apontando os espaços geográficos.

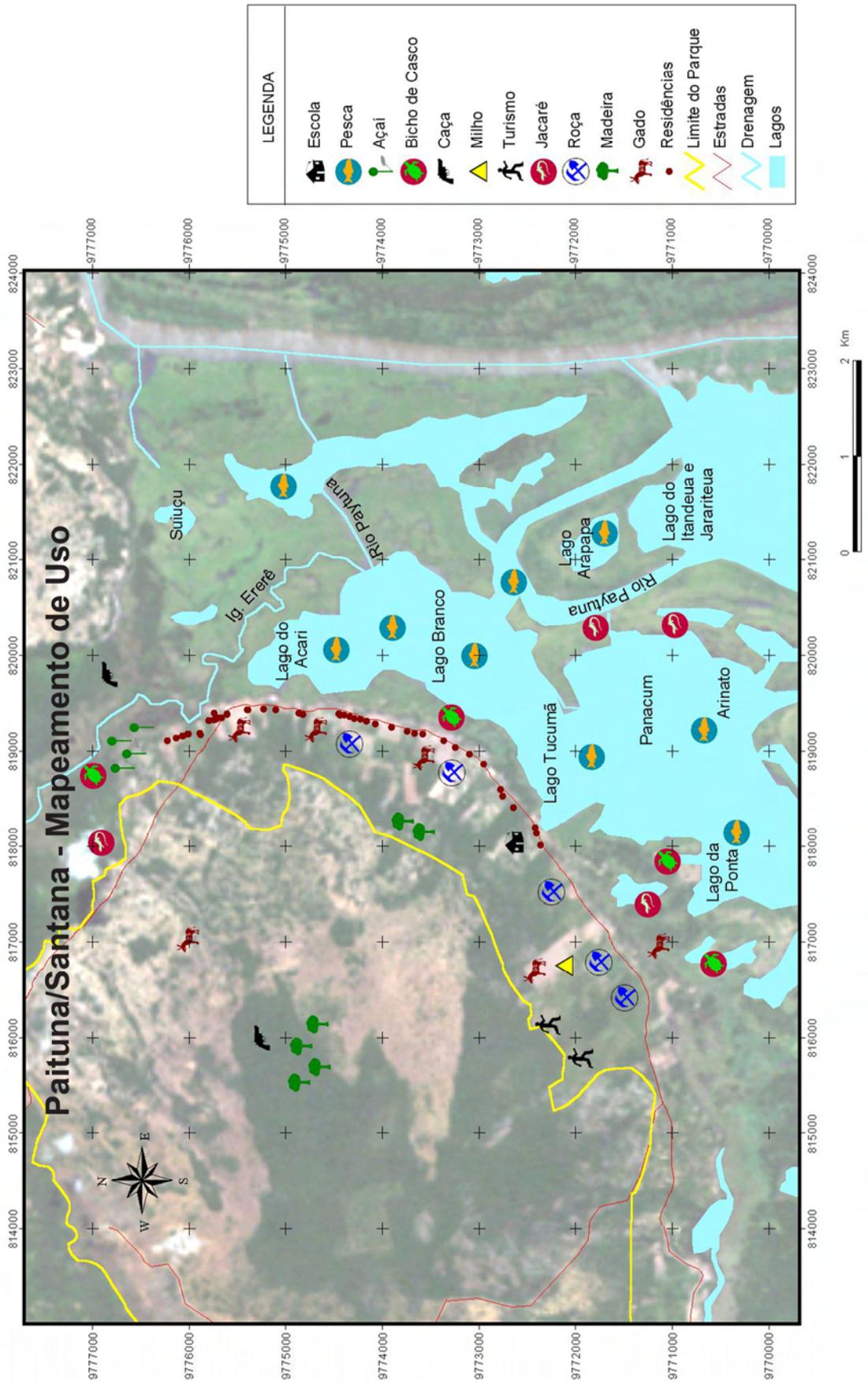


Figura 17 - Mapa de uso do espaço dos moradores de Santana e Paytuna.

Os moradores das comunidades de Santana e Paytuna identificaram nove lagos na proximidade de suas comunidades como seus locais de uso. A pesca é a atividade mais importante seguida da mariscagem de quelônios e pesca de jacarés; suas áreas de uso foram bem marcadas o que demonstra ser sua atividade principal e o conhecimento dos moradores sobre o local de uso. Os campos de várzea e as áreas de campo nativo dentro do Pema foram as áreas indicadas onde estão os pastos.

Os roçados estão situados nas proximidades das áreas das residências, o que explica a pouca disponibilidade de terras para cultivo e não sendo uma atividade predominante na comunidade, é o limite entre a comunidade de Paytuna e Santana. A caça é praticada na região da Ilha Grande dentro do Pema e na região de proximidade dos igarapés. A madeira é retirada nas matas próximas das residências e de dentro do Pema. Utilizam a região de proximidade do igarapé do Ererê para extrativismo de açai.



Figura 17a - Moradores de Paytuna e Santana no mapeamento de uso.